

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

2025



Banco de Cabo Verde

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

BANCO DE CABO VERDE

Avenida OUA, nº 02

C.P. nº 7954 - 094 – Praia – Cabo Verde

Tel.: +238 2607000 / e-mail: <http://www.bcv.cv>

Edição

Gabinete de Estabilidade Financeira

Todos os direitos reservados. Qualquer reprodução para fins educacionais e comerciais só é permitida, desde que a fonte seja mencionada. O Banco de Cabo Verde agradece o envio da cópia de qualquer publicação que usa este relatório como fonte de consulta. Nenhum uso para finalidade comercial será permitido, salvo autorização expressa do Banco de Cabo Verde. A informação contida neste relatório não pode ser entendida como um aconselhamento financeiro. O relatório está disponível no sítio da internet do BCV em <https://www.bcv.cv>.

O Banco de Cabo Verde e a Estabilidade Financeira

A nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, aprovada pela Lei n.º 70/X/2026, de 26 de janeiro, estabelece como objetivo principal do Banco a manutenção da estabilidade dos preços e, como objetivo secundário, a promoção da estabilidade do sistema financeiro. O Banco de Cabo Verde é ainda a autoridade macroprudencial nacional, competindo-lhe definir e executar a política macroprudencial.

Neste enquadramento, entende-se por estabilidade financeira a condição em que o sistema financeiro, incluindo intermediários financeiros, mercados e infraestruturas de pagamentos, se mostra resiliente, ou seja, capaz de resistir a choques e desequilíbrios financeiros, continuando a desempenhar cabalmente as suas funções e garantindo o normal funcionamento da economia.

O Relatório de Estabilidade Financeira apresenta os principais desenvolvimentos no sector financeiro, com especial enfoque no sector bancário, e os resultados das análises relativas à evolução dos riscos e vulnerabilidades, às interligações no sistema financeiro e à sua capacidade de resiliência face a potenciais choques. A análise contempla igualmente as perspetivas de evolução dos riscos para a estabilidade financeira a curto e médio prazo.

Enquanto instrumento de comunicação com a sociedade em geral e com o sistema financeiro em particular, o relatório apresenta ainda as principais iniciativas prudenciais desenvolvidas pelo Banco de Cabo Verde, bem como outras medidas adotadas por entidades com competência na matéria, que contribuam para a manutenção e o reforço da estabilidade do sistema financeiro.

Índice

Sumário Executivo	6
1. Avaliação Global da Estabilidade Financeira	9
2. Vulnerabilidades e Riscos para a Estabilidade Financeira	13
2.1 Principais Vulnerabilidades do Sistema Financeiro	14
2.2 Riscos relacionados com o ambiente macroeconómico e financeiro	17
2.3 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector não financeiro	25
2.4 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector financeiro	34
2.4.1 Riscos relacionados com o Sector Bancário	34
2.4.2 Riscos relacionados com o Sector Segurador	62
Caixa 1: Penetração de seguros em África: limitações e oportunidades	70
2.4.3 Riscos relacionados com o Mercado de Capitais	73
2.5 Riscos relacionados com as infraestruturas do mercado financeiro	76
2.6 Riscos relacionados com o <i>cibercrime</i>	78
Caixa 2: Risco cibernético, uma preocupação crescente para a estabilidade macrofinanceira.....	80
2.7 Riscos de contágio entre as instituições dos diferentes sectores económicos	82
3. Principais Medidas Prudenciais	87
Principais iniciativas regulatórias e prudenciais em 2025.....	88
Caixa 3: A nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde e o reforço do quadro macroprudencial.....	90
Artigos	92
Artigo 1: Migração para o acordo de Basileia III em Cabo Verde: desafios e implicações para a estabilidade financeira.....	93
Artigo 2: Análise do rácio <i>cost to-income</i> na perspetiva de eficiência bancária	99
Glossário.....	105
Anexos	109

Sumário Executivo

O sistema financeiro nacional manteve-se resiliente em 2025, beneficiando da manutenção de um crescimento económico robusto e do reforço da posição financeira do setor bancário. A capitalização e a liquidez permaneceram em níveis elevados, a rentabilidade manteve-se favorável e a qualidade da carteira de crédito registou uma melhoria significativa. Não obstante esta evolução, persistiram vulnerabilidades estruturais associadas, sobretudo, à concentração nos mercados de crédito e depósitos, à dependência de fontes institucionais de financiamento e às elevadas exposições aos setores imobiliário e público.

A economia cabo-verdiana cresceu 6,3 por cento em 2025, embora em desaceleração face ao ano anterior, num contexto de melhoria das contas públicas e externas e de reforço das reservas internacionais. A evolução favorável da atividade económica contribuiu para conter os riscos para a estabilidade financeira, não obstante o aumento da inflação e a persistência de elevada incerteza no enquadramento internacional. A curto e médio prazo, o abrandamento previsto da economia mundial, a persistência das tensões geopolíticas e os riscos de aumento dos preços das matérias-primas, dos bens alimentares e dos produtos energéticos poderão repercutir-se sobre a atividade económica nacional e sobre a situação financeira das famílias e empresas.

As vulnerabilidades associadas à situação financeira do setor não financeiro apresentaram uma evolução diferenciada. Nas famílias, o aumento do emprego formal constituiu um fator favorável, embora num contexto de aceleração do endividamento bancário e de sinais de menor capacidade de poupança e maior vulnerabilidade financeira a choques adversos. Nas empresas não financeiras, a evolução positiva do volume de negócios foi acompanhada pela redução do endividamento bancário, não obstante o aumento do recurso ao financiamento no mercado obrigacionista.

O setor bancário manteve uma posição globalmente robusta. O rácio de solvabilidade aumentou de 23,9 para 25,2 por cento, permanecendo amplamente acima do mínimo regulamentar de 12 por cento. A liquidez permaneceu confortável e a rentabilidade favorável. Destaca-se, em particular, a melhoria da qualidade dos ativos: o crédito em incumprimento diminuiu 32,4 por cento e o respetivo rácio reduziu-se de 7,9 para 5,2 por cento, enquanto se reforçou a cobertura das exposições em incumprimento. Estes desenvolvimentos reforçaram a capacidade do setor bancário para absorver potenciais choques adversos.

Persistiram, contudo, vulnerabilidades estruturais relevantes no setor bancário. A concentração nos mercados de crédito e depósitos manteve-se elevada, bem como a dependência de fontes institucionais de financiamento. A exposição ao setor imobiliário continuou expressiva e a interligação entre o setor bancário e o setor público permaneceu significativa, apesar da sua redução em termos relativos. As interligações entre instituições e setores constituem potenciais canais de transmissão e amplificação de choques, justificando a sua monitorização contínua.

Nos setores financeiros não bancários, os riscos para a estabilidade financeira permaneceram contidos. No setor segurador, os níveis elevados de cobertura das provisões técnicas e de solvência e o recurso ao resseguro reforçaram a capacidade de absorção de perdas, embora persistam vulnerabilidades decorrentes das fortes interligações com o setor bancário. No mercado de capitais, o segmento acionista manteve uma evolução favorável e as emissões obrigacionistas empresariais aumentaram significativamente. As infraestruturas do mercado financeiro mantiveram um funcionamento estável e resiliente, sem registo de incidentes com potencial para afetar a estabilidade do sistema financeiro.

Os riscos cibernéticos e climáticos mantiveram-se como fontes relevantes de vulnerabilidade para o sistema financeiro. O risco cibernético assume importância crescente num contexto de maior digitalização dos serviços financeiros e de rápida evolução tecnológica. A elevada dependência de infraestruturas tecnológicas e a interligação entre instituições aumentam o potencial de disrupção da atividade financeira e de propagação de incidentes cibernéticos. Em paralelo, a elevada exposição do país a riscos climáticos físicos permanece relevante, tendo os fenómenos meteorológicos extremos ocorridos em 2025 evidenciado o seu potencial para afetar a atividade económica, os rendimentos e o património das famílias e empresas e, por esta via, o sistema financeiro.

No domínio macroprudencial, a aprovação, em janeiro de 2026, da nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde reforçou o quadro institucional para a preservação da estabilidade financeira, ao consagrar formalmente o Banco de Cabo Verde como autoridade macroprudencial nacional. A operacionalização deste mandato deverá contribuir para reforçar a capacidade de identificação e mitigação dos riscos sistémicos e a resiliência do sistema financeiro.

Em síntese, o sistema financeiro nacional manteve-se resiliente em 2025, apoiado pela evolução favorável do setor bancário e pela melhoria dos indicadores de qualidade dos ativos. Persistem, contudo, vulnerabilidades estruturais associadas à concentração e às interligações no sistema

financeiro, num contexto em que os riscos macrofinanceiros externos, cibernéticos e climáticos permanecem relevantes. A preservação da estabilidade financeira requer, assim, a monitorização contínua destas vulnerabilidades e o reforço da capacidade do sistema financeiro para prevenir e absorver potenciais choques adversos.

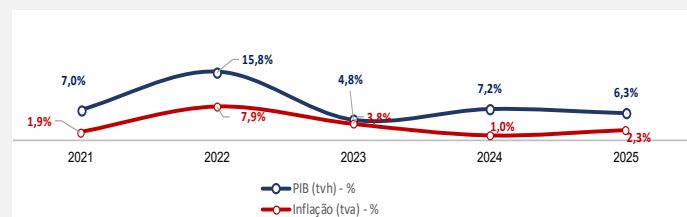
1. Avaliação Global da Estabilidade Financeira



PERSISTÊNCIA DE RISCOS ELEVADOS À ESTABILIDADE GLOBAL

Continuidade das tensões geopolíticas, revisão em baixa das perspectivas de crescimento global, aumento das tensões comerciais e persistência de riscos elevados à estabilidade financeira

- Crescimento robusto da atividade económica nacional em 2025, pese embora em desaceleração
- Risco de aceleração da inflação em 2026, associado ao aumento esperado dos preços importados



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas (base de 2015)

• Setor não financeiro - particulares e empresas

Ligeiro aumento do endividamento bancário dos particulares e redução nas empresas, num contexto de melhoria da qualidade do crédito.

Particulares

Endividamento bancário face ao PIB

25,6% 2024
25,7% 2025

Stock de créditos em stage 3 (tvh)

-3,3% 2024
-3,4% 2025

Empresas

Endividamento bancário face ao PIB

31,7% 2024
28,6% 2025

Stock de créditos em stage 3 (tvh)

31,9% 2024
-23,1% 2025

• Setor bancário

Consolidação da robustez do setor

(Reforço da solvabilidade, qualidade de ativos, rentabilidade e liquidez)

Rendibilidade do ativo

1,96% 2024
1,96% 2025

Rácio de solvabilidade total

23,9% 2024
25,3% 2025

Crédito em incumprimento

7,9% 2024
5,2% 2025

Rácio de ativos líquidos / ativo

26,0% 2024
28,6% 2025

• Setor segurador

Manutenção de elevado nível de rentabilidade e solvência

Taxa de rentabilidade (ROE)

20,6% 2024
15,8% 2025

Margem de solvência

476,8% 2024
669,2% 2025



PERSISTEM VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS RELEVANTES

A evolução favorável de algumas vulnerabilidades conjunturais coexistiu com a persistência de vulnerabilidades estruturais relevantes e de riscos para a estabilidade financeira.

- Elevada exposição do país a choques externos do lado da oferta, em particular através dos preços dos bens importados
- Revisão em baixa das perspectivas de crescimento dos parceiros económicos e predominância de riscos descendentes para as perspectivas de crescimento global

• Setor bancário - persistência de vulnerabilidades estruturais

Redução significativa do incumprimento, embora permanecendo acima dos níveis observados em economias comparáveis

Manutenção de elevada concentração nos mercados de crédito e depósitos, Elevada concentração do funding, sobretudo em depositantes institucionais

NPL - diferencial face a Maurícias

4,1 pp



2024

1,7 pp**

2025

5 maiores depositantes/depósitos totais

23,3%



2024

24,4%

2025

Índice HH - crédito (pontos)

2 010



2 104

2025

Índice HH - depósitos (pontos)

2 190



2 106

2025

• Manutenção de elevada exposição da banca ao setor público e imobiliário

Exposição ainda elevada ao setor público, apesar da redução da dívida pública em percentagem do PIB e da exposição bancária à dívida soberana

Manutenção de exposição elevada a ativos imobiliários

Dívida Pública / PIB

118,2%



107,5%

2025

Saldo Conta Corrente / PIB

4,0%



3,7 %

2025

Dívida soberana* / Ativo bancário

21,0%



18,8%

2025

Exposição a ativos imobiliários (% de ativos)

19,6%



18,5%

2025

• Riscos cibernéticos e climáticos permanecem relevantes

A crescente digitalização dos serviços financeiros e a rápida evolução tecnológica aumentam a exposição ao risco cibernético

A elevada exposição do país aos riscos climáticos físicos mantém-se como uma vulnerabilidade relevante, num contexto de aumento da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos

* face ao sistema bancário



RISCOS À ESTABILIDADE FINANCEIRA

Predominância de riscos descendentes no curto prazo, associados sobretudo ao enquadramento externo

- Revisão em baixa das perspetivas de crescimento da economia global para 2026;
- Risco de agravamento abrupto das condições financeiras globais;
- Persistência das tensões geopolíticas, com riscos de aumento dos preços das matérias-primas, dos bens alimentares e dos produtos energético;
- Risco de agravamento abrupto das condições financeiras globais;
- Potenciais repercussões sobre a procura externa, as contas externas e a situação financeira das famílias e empresas.

Persistência de riscos relevantes para a estabilidade financeira no médio prazo:

- Abrandamento da economia dos principais parceiros económicos, com potenciais repercussões sobre a procura externa e os fluxos externos para o país;
- Persistência das tensões geopolíticas e da fragmentação geoeconómica, com riscos para o crescimento e os preços internacionais;
- Eventual deterioração da situação financeira das famílias e empresas, num contexto de potenciais pressões inflacionistas;
- Riscos associados ao setor empresarial do Estado e à trajetória da dívida pública;
- Aumento da exposição ao risco cibernético e da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos.

Potenciais impactos à escala nacional:

- Menor procura externa e redução das remessas de emigrantes e de outros influxos externos;
- Aumento dos preços dos bens importados e maior pressão sobre a situação financeira de famílias e empresas;
- Condições de financiamento mais restritivas para os agentes económicos;
- Pressões sobre as finanças públicas e reforço das interligações entre o setor bancário e o setor público.



RESPOSTA DAS AUTORIDADES EM 2025

Banco de Cabo Verde

Governo

Política monetária

Aumento das taxas de juro de referência em 2025, no âmbito do processo de normalização da política monetária e da preservação das condições de suporte ao regime cambial.

Alterações das principais taxas de juro (Banco de Cabo Verde)				
%	nov/24	jan/25	mar/25	mai/25
Taxa diretora	1,75	2,25	2,50	2,50
Taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez	2,00	2,50	2,75	2,75
Taxa de facilidade permanente de depósito	1,20	1,70	1,95	2,25

Medidas prudenciais e outras

Prosseguimento da atualização do quadro regulamentar e prudencial, com destaque para a revisão dos requisitos de reporte, a criação do Programa de Assistência de Emergência (PAE) e a revisão da identificação das instituições de importância sistémica.

- Aprovação de novas instruções técnicas no âmbito do projeto de Reporting, visando reforçar a consistência e a qualidade da informação reportada;
- Regulamentação da Assistência de Liquidez de Emergência (ALE), estabelecendo os termos e condições para a concessão de liquidez de emergência às instituições de crédito;
- Revisão da identificação dos bancos domésticos de importância sistémica e dos respetivos requisitos adicionais de fundos próprios.

Medidas implementadas pelo Governo

Adoção de medidas de apoio à economia e de resposta aos impactos da tempestade Erin, a par do reforço de despesas de investimento público.

- Subvenções, linhas de crédito bonificadas e outros apoios específicos a operadores informais e microempresas;
- Subsídios aos transportes marítimos a título de indemnização compensatória;
- Aumento das despesas de investimento público, incluindo em reabilitação e requalificação urbana e economia azul.

DASHBOARD DE AVALIAÇÃO DO RISCO SISTÊMICO E DA RESILIÊNCIA							
RISCO SISTÊMICO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Outlook
1. Interligações e indicadores compósitos de risco sistêmico							→
Depósitos (instituições financeiras - Seguradoras e INPS)							↑
Crédito ao governo central							→
Crédito para aquisição de habitação e à construção (exposição a ativos imobiliários)							→
Participações de instituições financeiras no capital de bancos							→
Troca de fundos no Mercado Monetário Interbancário (MMI)							→
Índice de Estabilidade Financeira							→
2. Risco macroeconómico							↑
Contexto macroeconómico externo							↑
Crescimento económico nacional							↑
Balança corrente em percentagem do PIB							↑
Rácio da dívida pública em relação ao PIB							→
Rácio do défice público em relação ao PIB (variação)							↑
Reservas externas (meses de importações)							→
3. Risco de Crédito							→
Créditos em risco							→
Créditos de grande risco							→
Rácio de crédito em incumprimento (IT195)							→
Crédito bancário às famílias							↑
Crédito bancário às empresas não financeiras							↑
Alterações nos critérios de concessão de crédito às famílias para aquisição de habitação							→
Alterações nos critérios de concessão de crédito às empresas não financeiras							→
4. Funding e Liquidez							→
Crescimento dos depósitos							→
Grau de conversão dos depósitos em crédito							→
Exposição a grandes depositantes							→
Grau de liquidez dos ativos							→
Financiamento do Banco Central							→
5. Rendibilidade e Solvência							→
Rendibilidade dos capitais próprios - ROE (antes de impostos)							→
Rendibilidade do ativo - ROA (antes de impostos)							→
Cost-to-income							→
Margem de intermediação financeira							→
Solvabilidade (rácio Tier I)							→
6. Risco estrutural							→
Concentração no mercado de depósitos - dois maiores bancos							→
Concentração em termos de ativos - dois maiores bancos							→
Concentração no mercado de crédito - dois maiores bancos							→
7. Riscos relacionados com as infraestruturas de mercado (sistema de pagamentos)							→
Falhas, Interrupções, Intrusões							→
8. Riscos emergentes							↑
Risco cibernético							↑
Risco climático							↑
RESILIÊNCIA AO RISCO SISTÊMICO							→
Solvência do sistema bancário							→
Liquidez do sistema bancário							→
Cobertura do risco de crédito (provisões e imparidades)							→
Robustez do sistema de pagamentos							→

Código de cores:				
Risco	Baixo	Moderado	Elevado	Muito alto
Resiliência	Elevada	Média	Baixa	Muito baixa

2. Vulnerabilidades e Riscos para a Estabilidade Financeira

2.1 Principais Vulnerabilidades do Sistema Financeiro

Evolução diferenciada das vulnerabilidades estruturais

A reduzida dimensão da economia nacional e a forte dependência de determinados fluxos externos continuaram a constituir importantes vulnerabilidades estruturais em 2025, mantendo o país particularmente exposto a choques provenientes do exterior. Não obstante, a evolução favorável das condições macroeconómicas contribuiu para mitigar os riscos associados a estas vulnerabilidades. A atividade económica manteve-se robusta, embora em desaceleração, num contexto de estabilidade das condições de financiamento, evolução favorável das contas públicas e externas e reforço das reservas cambiais.

A elevada concentração nos mercados de crédito e depósitos manteve-se como uma importante vulnerabilidade estrutural do sistema bancário em 2025. No mercado de crédito, a concentração por instituições permaneceu praticamente inalterada, tendo as duas maiores instituições aumentado ligeiramente a sua quota de mercado, para 55,4 por cento. A concentração setorial manteve-se igualmente elevada, com os três principais setores económicos a representarem 70,7 por cento do crédito às empresas, proporção praticamente inalterada face a 2024. Esta concentração mantém o sistema bancário particularmente exposto a choques adversos que afetem os principais setores de atividade, com potenciais repercussões sobre a qualidade dos ativos e a adequação de capital.

No mercado de depósitos, observou-se uma redução da quota das maiores instituições bancárias, em 1,8 pontos percentuais, para 58,7 por cento, a favor das instituições de menor dimensão. Não obstante, manteve-se elevada a concentração neste segmento, bem como a dependência do *funding* proveniente dos cinco maiores depositantes, que representava cerca de um quarto dos depósitos totais e registou um aumento de 1,2 pontos percentuais em 2025. Permanecem, assim, relevantes as vulnerabilidades associadas à concentração nos mercados de crédito e depósitos e à dependência de fontes institucionais de financiamento.

As infraestruturas do sistema financeiro mantiveram-se resilientes em 2025, não obstante a crescente exposição ao risco cibernético, num contexto de contínua digitalização dos serviços financeiros e de rápida evolução tecnológica. A elevada dependência de infraestruturas tecnológicas e a interligação entre instituições mantêm relevante o potencial de disrupção da atividade financeira e de propagação de incidentes cibernéticos no sistema. Em 2025, foram reforçadas as medidas de segurança da rede interbancária de pagamentos, tendo as tentativas de

intrusão fraudulenta sido atempadamente detetadas e bloqueadas. As interrupções permaneceram reduzidas e a disponibilidade da rede manteve-se elevada.

A elevada exposição do país a riscos climáticos físicos, decorrente da sua localização geográfica e insularidade, manteve-se como uma vulnerabilidade relevante em 2025. A ocorrência de chuvas intensas e inundações em algumas ilhas, com perdas humanas e danos materiais significativos, evidenciou o potencial destes fenómenos para afetar a atividade económica, os rendimentos e o património das famílias e empresas e, por esta via, a qualidade dos ativos do sistema financeiro.

Redução das vulnerabilidades conjunturais

As vulnerabilidades associadas à qualidade dos ativos reduziram-se em 2025, refletindo a melhoria dos principais indicadores de qualidade da carteira de crédito. O rácio de incumprimento diminuiu para 5,1 por cento, o nível mais baixo dos últimos dez anos, num contexto de contração de 32,4 por cento do *stock* de crédito em incumprimento.

A evolução das vulnerabilidades associadas à situação financeira do setor não financeiro refletiu dinâmicas distintas nas famílias e nas empresas. Nas famílias, o aumento do emprego formal constituiu um fator favorável, coexistindo, contudo, com a aceleração do endividamento bancário e sinais de menor capacidade de poupança. Nas empresas, a evolução positiva do volume de negócios foi acompanhada pela redução do endividamento bancário, não obstante o aumento do recurso ao financiamento no mercado obrigacionista.

Reduziram-se igualmente as vulnerabilidades associadas ao *nexus* entre o setor bancário e o setor público, embora a exposição permaneça elevada. A exposição do setor bancário à dívida pública diminuiu 2,2 pontos percentuais, para 18,8 por cento do ativo bancário, num contexto de melhoria das contas públicas e de redução do rácio da dívida do Governo Central em 10,8 pontos percentuais face a 2024. A melhoria da avaliação do risco soberano, com a elevação do *rating* de B para B+ em 2026, reforçou esta evolução favorável.

Riscos de aumento das vulnerabilidades a curto e médio prazo

A curto e médio prazo, identifica-se um conjunto de fatores suscetíveis de contribuir para o aumento das vulnerabilidades do sistema financeiro, designadamente:

- a revisão em baixa das perspetivas de crescimento da economia mundial para 2026 e 2027, com potenciais repercussões sobre a atividade económica nacional;

- a persistência das tensões geopolíticas e da incerteza associada aos conflitos internacionais, com riscos de aumento dos preços das matérias-primas, dos bens alimentares e dos produtos energéticos;
- a eventual deterioração da situação financeira das empresas e das famílias e do respetivo perfil de risco, num contexto de potenciais pressões inflacionistas e de aumento do endividamento do setor não financeiro;
- a eventual deterioração da situação financeira das empresas do setor empresarial do Estado e o risco de inversão da trajetória de redução do rácio da dívida pública em percentagem do PIB;
- o aumento da exposição ao risco cibernético, associado à crescente digitalização dos serviços financeiros e à rápida evolução tecnológica;
- o aumento da frequência e intensidade de fenómenos meteorológicos extremos, num contexto de alterações climáticas.

A persistência de vulnerabilidades estruturais, apesar da evolução favorável de algumas vulnerabilidades conjunturais, bem como a possibilidade de intensificação dos riscos externos, cibernéticos e climáticos, reforçam a necessidade de um acompanhamento contínuo da estabilidade financeira. A identificação atempada de alterações na natureza e intensidade das vulnerabilidades permite antecipar potenciais fontes de risco sistémico e avaliar os respetivos canais de transmissão ao sistema financeiro. Neste contexto, a monitorização constitui um elemento fundamental para a avaliação e, quando necessário, adoção de medidas adequadas à mitigação dos riscos identificados e ao reforço da resiliência do sistema financeiro.

2.2 Riscos relacionados com o ambiente macroeconómico e financeiro

A atividade económica global e os mercados financeiros globais mantiveram-se resilientes em 2025 e no primeiro trimestre de 2026. Contudo, os riscos para a estabilidade financeira global permanecem elevados¹.

A atividade económica global manteve-se resiliente em 2025, apesar das tensões geopolíticas e do aumento das medidas protecionistas, beneficiando do processo de desinflação, da antecipação dos fluxos comerciais e dos investimentos empresariais em resposta à expectativa de aumento das tarifas, bem como do reforço do investimento em inteligência artificial. No primeiro trimestre de 2026, apesar da escalada do conflito no Médio Oriente, o crescimento da economia global foi superior ao esperado, refletindo, entre outros fatores, o desempenho excepcional das economias que lideram a cadeia de valor tecnológica global, o aumento da capacidade de produção de energia renovável em algumas economias, a utilização de reservas de combustível para mitigar os efeitos do choque de oferta e o reforço da procura interna e do apoio orçamental em alguns países.

O Fundo Monetário Internacional perspetiva, contudo, um menor crescimento da economia global e uma maior inflação em 2026. O choque de oferta decorrente do conflito no Médio Oriente contribuiu para o aumento da inflação e das respetivas expectativas, com impactos mais severos antecipados para as economias emergentes e em desenvolvimento mais dependentes da importação de combustíveis. Cenários de recrudescimento do conflito, acompanhados de maiores perturbações à navegação marítima, como as registadas em julho de 2026, podem conduzir a novos aumentos dos preços das matérias-primas e a perturbações no abastecimento, bem como ao aumento da volatilidade nos mercados e das pressões cambiais. Os países com baixos níveis de reservas das matérias-primas afetadas pelo conflito e com margem de resposta de política limitada estão particularmente expostos ao agravamento dos desequilíbrios externos e a maiores pressões sobre a balança de pagamentos. Por sua vez, a tentativa de repor as reservas de combustível e de garantir o abastecimento interno poderá amplificar as pressões globais sobre os preços.

Os mercados financeiros globais têm reagido de forma relativamente ordeira às tensões geopolíticas e não registaram reações significativas às tarifas impostas pelos EUA em julho de 2026, mantendo-se as condições de financiamento acomodáticas para as empresas, apesar de

¹ Fontes: *World Economic Outlook*, julho de 2026; *Global Financial Stability Report*, abril de 2026.

alguns episódios de volatilidade. Todavia, persiste o risco de um agravamento abrupto das condições financeiras globais, que poderá intensificar-se com o prolongamento do conflito no Médio Oriente. O aumento das expectativas de inflação tem-se refletido na subida das taxas de rendibilidade das obrigações soberanas, aumentando as pressões sobre a sustentabilidade das finanças públicas nos países com níveis elevados de endividamento. As vulnerabilidades associadas aos elevados níveis de dívida soberana e à erosão das margens orçamentais em muitos países permanecem significativas, num contexto em que um aumento da volatilidade nos mercados obrigacionistas poderá também intensificar os riscos associados ao *nexus* banco-soberano. Adicionalmente, a possibilidade de efeitos de segunda ordem decorrentes do aumento dos preços energéticos reforçou as expectativas de aumento das taxas diretoras dos bancos centrais. A crescente utilização da inteligência artificial poderá, por sua vez, introduzir novos riscos para o sistema financeiro. O Fundo Monetário Internacional recomenda, no âmbito da política monetária e financeira, a priorização do restabelecimento da estabilidade de preços, assente numa atuação independente do banco central, numa supervisão financeira rigorosa e numa comunicação clara das medidas de política. No âmbito das finanças públicas, recomenda a reconstituição das reservas orçamentais e a utilização moderada de medidas de apoio orçamental temporárias e direcionadas, que preservem os sinais de preços. Recomenda, ainda, reformas estruturais destinadas a promover a segurança energética e a adaptação à inteligência artificial, bem como o reequilíbrio macroeconómico interno, salientando a importância do reforço da cooperação internacional para mitigar as pressões decorrentes das tensões atuais.

As estimativas apontam para um crescimento robusto da economia de Cabo Verde em 2025, ainda que em desaceleração.

Em 2025, a economia cabo-verdiana cresceu 6,3 por cento em termos reais (7 por cento em 2024), de acordo com as primeiras estimativas do INE², beneficiando do crescimento resiliente e acima do esperado da economia global, apesar do contexto global de incerteza historicamente elevado. Do lado da oferta, o menor dinamismo da atividade foi determinado, sobretudo, pela contração do setor de comércio e pela desaceleração dos setores de alojamento e restauração e de agricultura. Os principais contributos ao crescimento provieram dos setores dos transportes, da educação e da administração pública. Do lado da procura, o consumo privado desacelerou, refletindo a redução do poder de compra das famílias associada ao aumento dos preços no

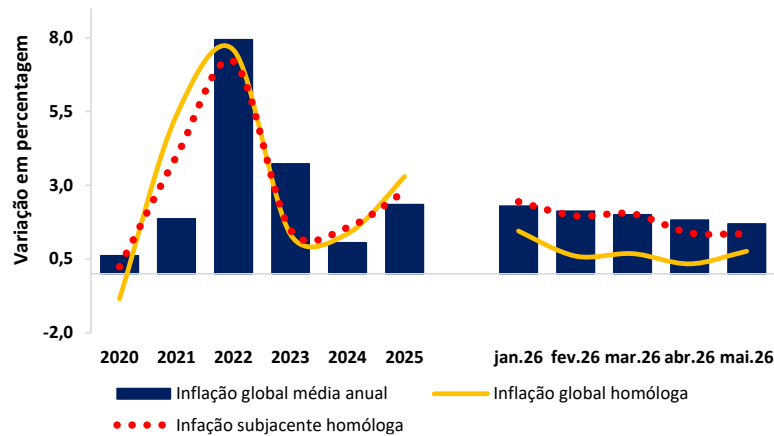
² Estas estimativas incorporam os dados das contas nacionais definitivas de 2023, que indicam um crescimento real do PIB de 4,8 por cento em 2023, abaixo dos 5,4 por cento inicialmente estimados.

consumidor, o que, a par da redução das exportações de bens, contribuiu para o menor dinamismo do crescimento económico. As exportações de serviços, o investimento e o consumo público deram os contributos mais significativos ao crescimento no período. Destaca-se, em particular, que as estimativas do INE sugerem que o investimento cresceu ao ritmo mais acelerado desde 2014.

Não obstante a atividade económica ter sustentado o crescimento do emprego em 2025, particularmente nos setores de construção, do alojamento e restauração e da administração pública, as estimativas do BCV sugerem uma evolução menos favorável do rendimento disponível real das famílias no período. Efetivamente, a tendência de desinflação foi interrompida em 2025, não obstante a redução do custo de energia e da inflação importada de bens de consumo. A inflação global anual fixou-se em 2,3 por cento (1,0 por cento em 2024), refletindo pressões inflacionistas que se têm mantido em algumas classes de bens e serviços menos voláteis. Estas pressões têm-se refletido numa inflação subjacente tendencialmente superior à inflação global desde abril de 2025. Entre janeiro e maio de 2026, a inflação subjacente fixou-se em 1,8 por cento, em termos homólogos, enquanto a inflação global se situou em 0,8 por cento. A evolução da inflação global no primeiro semestre de 2026 refletiu, em larga medida, a redução do preço administrado de eletricidade, a diminuição dos preços dos bens energéticos nos primeiros três meses do ano e os efeitos das medidas transitórias adotadas pelo Governo para limitar o aumento abrupto dos preços dos bens energéticos, mitigando os impactos de curto prazo no poder de compra das famílias e na gestão financeira das empresas.

As estimativas referentes ao primeiro trimestre de 2026 sugerem uma aceleração da atividade económica relativamente ao período homólogo, sustentada pela dinâmica da administração pública, do setor financeiro, do comércio e da educação, num contexto de estagnação do setor de alojamento e restauração. As exportações de serviços, o consumo privado e o investimento sustentaram o crescimento do lado da procura.

Figura 01. Evolução da inflação (Variação homóloga, média anual e subjacente)



Fonte: Banco de Cabo Verde

A economia cabo-verdiana deverá continuar a arrefecer em 2026 e 2027, crescendo 4,5 e 4,0 por cento, respetivamente, de acordo com as projeções do Relatório de Política Monetária (RPM, abril de 2026). Estas projeções continuam a refletir um contexto económico global marcado por elevada incerteza, acentuada pelas tensões geopolíticas, e a convergência do crescimento para a capacidade potencial da economia. A dinâmica de crescimento em 2026 deverá ser suportada pelo consumo público, cujo contributo deverá mais do que compensar a moderação do consumo privado, a estagnação do investimento e a redução projetada das exportações de bens e serviços.

A inflação anual deverá acelerar para 2,7 por cento em 2026, refletindo o aumento esperado dos preços importados, e desacelerar para 1,8 por cento em 2027, sob a hipótese de normalização dos preços internacionais. O aumento da inflação, a par da redução das prestações sociais e das outras transferências correntes líquidas, deverá continuar a condicionar a evolução do rendimento disponível real das famílias.

O *stock* de reservas internacionais líquidas deverá manter-se acima de oito meses de importação de bens e serviços em 2026 e 2027, de acordo com as projeções do BCV, nível considerado adequado à preservação da estabilidade cambial do país, num quadro de redução esperada do saldo positivo das contas externas relativamente aos dois anos anteriores. Perspetiva-se para 2026 um menor crescimento das exportações de serviços, das remessas dos emigrantes e das outras transferências privadas, bem como uma redução nos influxos de IDE e o aumento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais.

Os riscos à materialização das hipóteses de crescimento, de acordo com o BCV, são sobretudo descendentes e estão associados à eventualidade de intensificação e prolongamento da guerra

no Médio Oriente, de uma maior inflação dos preços dos alimentos e de maior fragmentação do comércio mundial.

O país mantém-se muito vulnerável aos choques externos e climáticos. Estas vulnerabilidades e os problemas estruturais do setor empresarial do Estado constituem fontes de pressão sobre o orçamento do Estado e, num contexto de aumento da dívida pública e de atrasos na implementação de reformas estruturais nas empresas do Estado, têm o potencial de condicionar a estabilidade das finanças públicas.

O saldo da conta corrente manteve-se positivo e a posição externa do país melhorou em 2025, mitigando a elevada vulnerabilidade externa do país.

As contas externas registaram um excedente na balança corrente pelo segundo ano consecutivo em 2025³, sustentado pelo aumento, ainda que em desaceleração, das exportações de serviços de turismo e de transporte aéreo e das remessas de emigrantes, bem como pela redução do défice da balança de rendimento primário, num contexto de aumento mais expressivo das importações de bens e serviços e de desaceleração das exportações de bens. No primeiro trimestre de 2026, o excedente da balança corrente diminuiu ligeiramente, em termos homólogos, refletindo o aumento das importações e a redução das exportações de bens e das remessas de emigrantes, não obstante o crescimento mais acelerado das exportações de serviços.

A posição devedora do país face ao exterior melhorou em 2025⁴, em função do aumento dos ativos de reserva e da redução dívida pública externa, decorrentes da reavaliação cambial, apesar do aumento dos influxos de investimento direto estrangeiro e da redução dos ativos externos dos bancos comerciais. Os ativos de reserva continuaram a sustentar a melhoria da posição externa do país no primeiro trimestre de 2026, a par do aumento das aplicações externas dos bancos relativamente ao trimestre anterior.

O rating da dívida soberana do país manteve-se inalterado, com outlook positivo, em abril de 2026, num contexto de consolidação das contas públicas, apoiada por reformas fiscais, e de perspetivas de crescimento económico robusto.

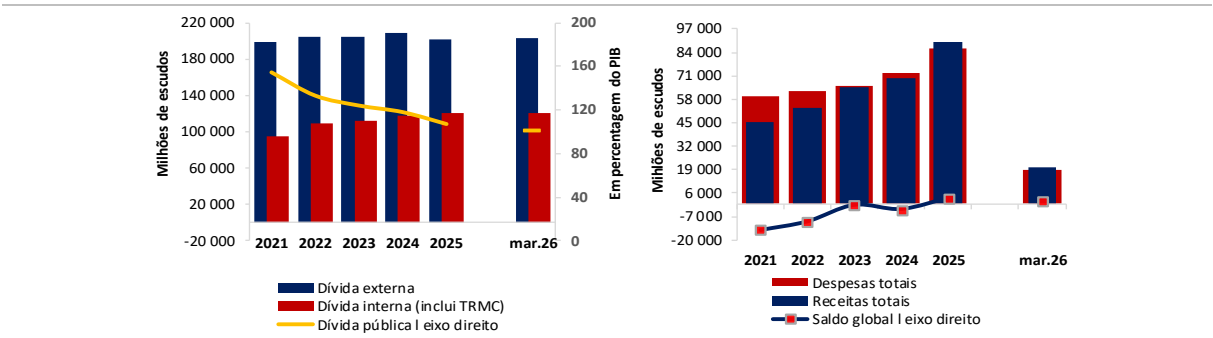
³ O saldo da balança corrente foi positivo em 3,7 por cento do PIB (4,0 por cento em 2024).

⁴ A posição de investimento internacional líquida aumentou para -108,4 por cento do PIB em 2025 (-123,2 por cento em 2024).

Em 2025, as contas públicas evidenciaram, pela primeira vez desde 2007, um excedente⁵ no saldo global, que se fixou em 1,1 por cento do PIB (-1,1 por cento em 2023), apesar de as despesas correntes terem registado o maior aumento desde 2006. O *stock* da dívida pública diminuiu em 2025, num contexto de menor crescimento da dívida interna e de redução da dívida externa, devido à reavaliação cambial, fixando-se em 107,5 por cento do PIB. As estatísticas referentes ao primeiro trimestre de 2026 sugerem uma relativa estabilização do *stock* da dívida pública, com o saldo global primário a manter-se positivo, apesar de inferior ao período homólogo.

A evolução das contas públicas, num quadro de implementação de reformas tributárias, e o fortalecimento do setor de turismo, que deverá suportar o crescimento económico e a posição externa do país no médio prazo, sustentaram a manutenção do *rating* da dívida soberana⁶ de longo prazo em B, tanto em moeda estrangeira como em moeda local, com *outlook* positivo, em abril de 2026. O *rating* poderá ser negativamente afetado pela eventual materialização de um choque externo com potencial para afetar o crescimento económico e as reservas externas do país, por uma desaceleração significativa na dinâmica de redução do rácio da dívida pública, devido à materialização de passivos contingentes ou à adoção de uma política orçamental expansionista, e pela deterioração da situação financeira ou por atrasos nas reformas do setor empresarial do Estado.

Figura 02. Evolução, do *stock* da dívida interna e externa central e do défice fiscal



Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde; Cálculos do Banco de Cabo Verde. Nota: 1) As receitas totais incluem as receitas de vendas de ativos não financeiros; 2) As despesas totais resultam da soma das despesas orçamentais correntes e da compra de ativos não financeiros

A taxa de juro média ponderada do financiamento público externo manteve-se em 0,90 por cento e o peso da dívida a taxa fixa aumentou para 87,6 por cento do total, num contexto de manutenção de condições financeiras favoráveis. A dívida com vencimento a um ano

⁵ Traduzindo um expressivo aumento das receitas, em particular, dos rendimentos de propriedade, com o recebimento de dividendos e das receitas de concessão aeroportuárias e de outras concessões, bem assim de uma maior arrecadação de receitas de impostos. O forte aumento das despesas correntes e dos ativos não financeiros limitou a criação de uma maior almofada de liquidez para as finanças públicas.
⁶ Long Term Issuer Default Rating da Fitch Ratings. Em fevereiro de 2026, a S&P Global Ratings elevou o rating do crédito soberano de longo prazo de Cabo Verde, em moeda estrangeira e local, de B para B+, com outlook positivo, mantendo o rating do crédito soberano de curto prazo do país em B.

representou 0,68 por cento do *stock* total no final de 2025 (0,13 por cento no final de março de 2026) e a maturidade média da dívida fixou-se em 16,4 anos (11,7 anos no final de março de 2026). Dados disponíveis até abril de 2026 indicam que o peso da dívida em euros diminuiu para 48,9 por cento (56,2 e 51,1 por cento, respetivamente, entre 2019-2024 e em 2024), traduzindo uma maior exposição da dívida pública externa a moedas distintas do euro e, consequentemente, ao risco cambial.

As condições de financiamento interno mantiveram-se favoráveis nos primeiros nove meses de 2025, com a redução das principais taxas de juro de financiamento, associadas a emissões com maturidades entre 6 e 8 anos. Estas taxas aumentaram, contudo, entre 0,44 e 0,75 pontos percentuais no quarto trimestre de 2025, mantendo-se acima de 3 por cento até maio de 2026⁷. Destaca-se, igualmente, o aumento do custo de financiamento de curto-prazo, com a taxa de juro dos Bilhetes de Tesouro a 91 dias a aumentar 0,44 pontos percentuais em agosto de 2025, depois de se manter inalterada desde agosto de 2017, bem como a tendência de aumento da taxa a 182 dias, desde fevereiro de 2026, após 19 meses sem alterações. Em maio de 2026, esta última situava-se 0,44 pontos percentuais acima da taxa registada em dezembro de 2025.

O *stock* da dívida interna com maturidade entre 6 e 8 anos aumentou para 59,2 por cento do total em 2025, contribuindo para uma maturidade média de 4 anos (3,9 anos em 2024). A dívida interna com vencimento um ano representou 13,4 por cento do total em 2025, mantendo-se nesse nível no primeiro trimestre de 2026 (13,5 por cento em 2024).

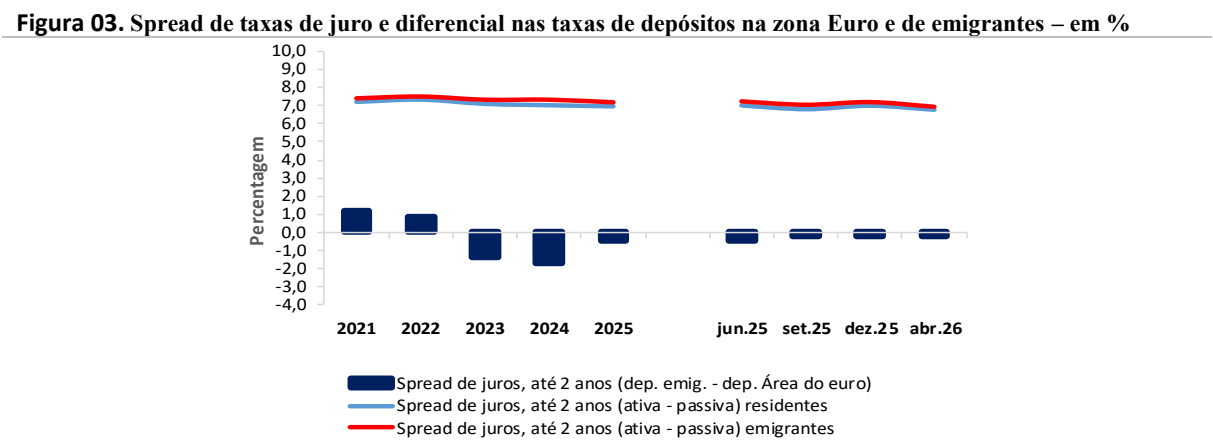
A análise da sustentabilidade da dívida pública⁸ sugere que, não obstante a tendência de redução do nível da dívida pública, os riscos para a sustentabilidade da dívida permanecem elevados para a dívida global e moderados para a dívida externa. A vulnerabilidade macroeconómica e financeira, que deriva do elevado nível de endividamento público, poderá ser mitigada com a racionalização das despesas correntes, a manutenção da estratégia de endividamento centrada no financiamento concessional, uma gestão prudente da dívida pública e a implementação de reformas estruturais ao nível da tributação fiscal e do setor empresarial do Estado.

Dando continuidade à política de preservação da estabilidade cambial do país, o BCV aumentou as taxas diretoras na primeira metade de 2025, mantendo-as posteriormente inalteradas.

⁷ Última informação disponível à data da realização deste relatório.

⁸ Realizada pelo FMI em fevereiro de 2026.

A política monetária conduzida em 2025 centrou-se no aumento gradual das taxas de juro diretoras, o que permitiu que os diferenciais com as taxas do Banco Central Europeu (BCE) revertissem para valores positivos, ainda que próximos de zero. A condução da política monetária contribuiu para o reforço da sustentabilidade do regime cambial, num contexto de acumulação de reservas internacionais líquidas, cuja cobertura atingiu 8,8 meses de importação de bens e serviços (8,5 meses em abril de 2026). Contudo, o aumento das taxas diretoras do BCE, em junho de 2026, reduziu o diferencial positivo, tendo a taxa de facilidade de depósito do BCE igualado a taxa de absorção de liquidez do BCV. Os ativos externos dos bancos comerciais, depois de reduzirem 9,6 por cento em 2025, aumentaram 8,9 por cento entre dezembro de 2025 e maio de 2026 (-6,8 por cento no período homólogo), devido ao aumento de depósitos a prazo no exterior. Dados disponíveis até abril de 2026 indicam que o diferencial entre as taxas de juro dos bancos comerciais em Cabo Verde e na Área do Euro se tornou mais negativo no caso das taxas aplicadas a residentes e emigrantes e passou para valores negativos no caso das taxas aplicadas a não residentes. Em julho de 2026, o BCV aumentou a taxa de disponibilidade mínima de caixa de 10 para 12 por cento, contribuindo para a absorção de parte do excesso de liquidez do sistema bancário. O elevado nível de incerteza em torno da evolução do conflito EUA-Irão dificulta a antecipação dos efeitos dos choques sobre a inflação na Área do Euro e, consequentemente, a condução da política monetária do BCE, com implicações na condução da política monetária nacional.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

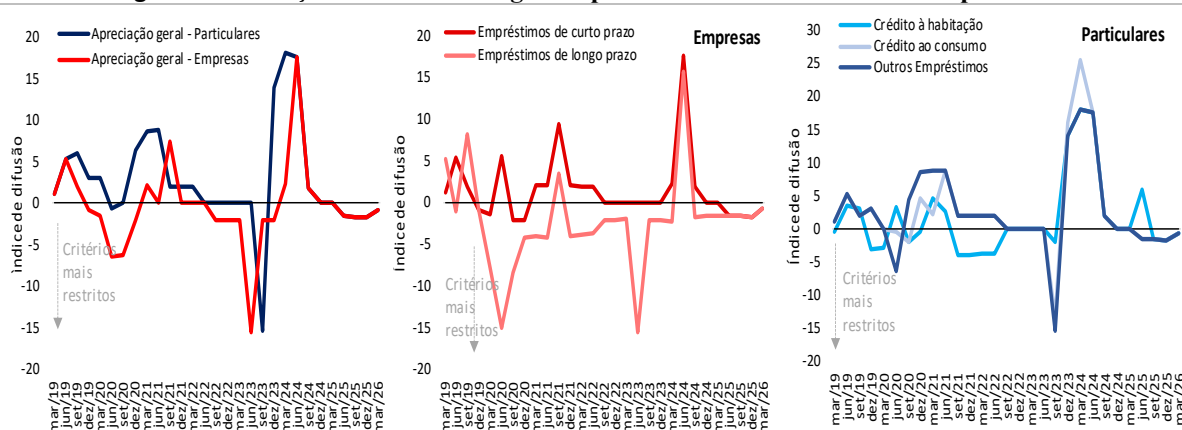
No âmbito da política prudencial e com vista à monitorização dos riscos para a estabilidade financeira, o BCV classificou, com base em dados de 2025, dois bancos como instituições de elevada importância sistémica, três como instituições importância sistémica ligeira e dois como instituições sem importância sistémica, em cumprimento ao Aviso n.º 2/2023, de 28 de dezembro.

2.3 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector não financeiro⁹

Os critérios de concessão de crédito às famílias e às empresas tornaram-se mais restritivos em 2025, com exceção dos empréstimos para habitação. O custo dos empréstimos bancários aumentou ligeiramente.

Os critérios para aprovação de pedidos empréstimos bancários a empresas e famílias terão sido mais restritivos em 2025, com a exceção dos empréstimos para habitação, e no primeiro trimestre de 2026, de acordo com os inquéritos qualitativos ao mercado de crédito realizados pelo Banco de Cabo Verde¹⁰. A menor tolerância ao risco de incumprimento foi o fator que mais contribuiu para o aumento da restritividade dos critérios de concessão, num contexto de aumento da perceção de riscos relacionados com setores de atividade específicos, bem como com a dimensão das empresas e a qualidade creditícia das famílias. Registou-se, assim, uma maior rejeição dos pedidos de financiamento de empresas em 2025. Relativamente às famílias, a redução na proporção de pedidos de empréstimo rejeitados na íntegra foi menos expressiva. No primeiro trimestre de 2026, a proporção de pedidos rejeitados diminuiu tanto para as famílias como para as empresas.

Figura 04. Evolução dos critérios seguidos pelos bancos na concessão de empréstimos



Fonte: Banco de Cabo Verde. | Nota: O índice de difusão em cada período refere-se à apreciação qualitativa dos bancos relativamente ao período anterior. Um valor igual a 0 significa que os critérios se mantiveram praticamente inalterados; no intervalo]0, +50] significa uma redução ligeira da restritividade; no intervalo]+50, +100] significa uma redução considerável da restritividade; no intervalo]0, -50] significa um aumento ligeiro da restritividade; no intervalo]-50, -100] significa um aumento considerável da restritividade.

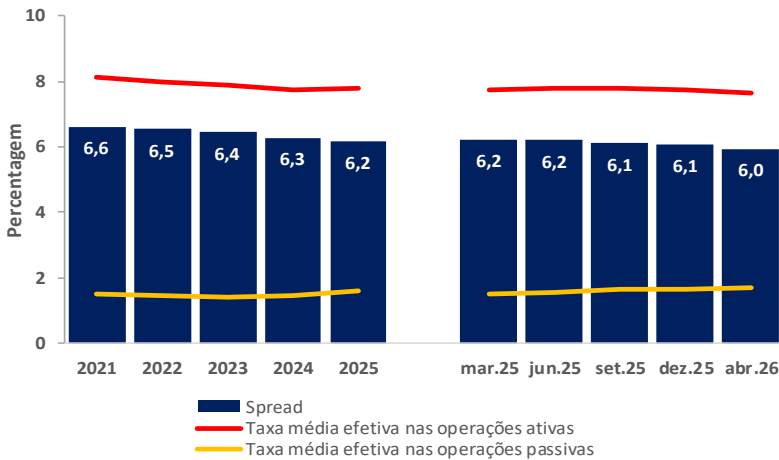
⁹ A análise do setor não financeiro é feita relativamente aos créditos não titulados de empresas e particulares.

¹⁰ No âmbito da análise dos desenvolvimentos no mercado de crédito, o Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente um inquérito qualitativo aos bancos, com o objetivo de obter informações mais detalhadas sobre as políticas de crédito seguidas e as condições no mercado de crédito.

As condições contratuais tornaram-se mais restritivas ao nível das taxas de juro aplicadas às empresas, em 2025, e do *spread* aplicado aos empréstimos de maior risco de empresas e famílias, no primeiro trimestre de 2026, tendo melhorado ou permanecido inalteradas relativamente às demais condições. O reporte dos bancos aponta para as medidas de política monetária, sobretudo no caso das famílias, bem como para o custo do *funding* e as restrições dos balanços dos bancos, entre os fatores que influenciaram as condições contratuais do crédito à economia, tanto em 2025 como no primeiro trimestre de 2026. Contrariamente ao observado nos critérios de aprovação dos pedidos de empréstimo, a perceção de riscos e o nível de tolerância ao risco de incumprimento não se destacaram entre os principais fatores na definição dos termos e condições dos contratos, tendo a perceção de riscos aumentado apenas no primeiro trimestre de 2026.

A taxa de juro efetiva média anual do crédito subiu para 7,77 por cento em 2025, face a 7,74 por cento em 2024 e a uma média de 8,02 por cento nos cinco anos anteriores, refletindo o ligeiro aumento das taxas de juro nas maturidades inferiores a 5 anos. A taxa de juro média dos financiamentos de longo prazo (maturidade superior a cinco anos) manteve-se inalterada em 7,42 por cento, em termos homólogos, com um ligeiro aumento da taxa de juro dos financiamentos com maturidade superior a 10 anos, compensado pela redução das taxas aplicadas às maturidades entre 5 e 10 anos. De janeiro a abril de 2026, as taxas de juro diminuíram, em termos médios, em todas as maturidades, sugerindo uma atenuação dos efeitos das medidas de política monetária sobre as taxas de juro dos empréstimos bancários.

Figura 05. Evolução das taxas de juro médias efetivas das operações de crédito e do *spread*



Fonte: Banco de Cabo Verde. | Nota: A taxa de juro média efetiva das operações de crédito exclui o descoberto bancário; *Spread* bancário corresponde à diferença entre a taxa de juro média efetiva ativa e a taxa de juro média efetiva passiva.

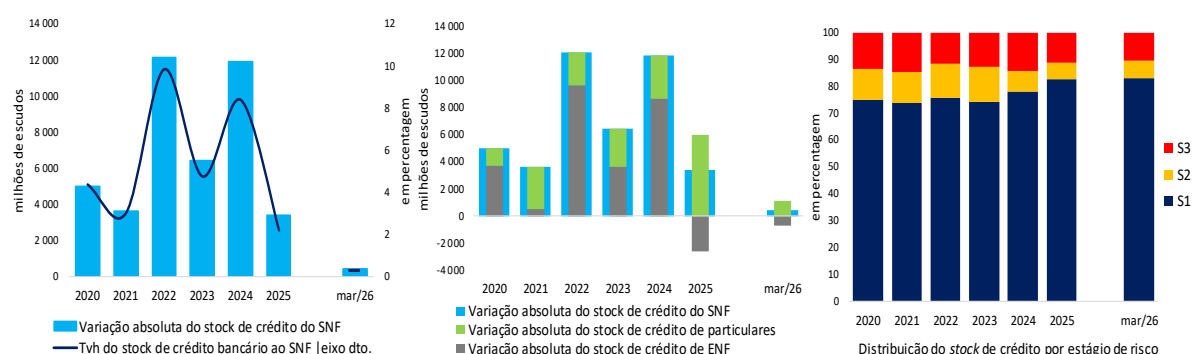
O endividamento do setor não financeiro desacelerou em 2025, refletindo dinâmicas divergentes no financiamento de empresas e famílias.

O ritmo de endividamento do setor não financeiro, nos mercados bancário nacional e obrigacionista, desacelerou para 4,6 por cento em 2025 (8,2 e 5,9 por cento, respetivamente, em 2024 e no período 2020-2024), em função do abrandamento do endividamento das empresas, apesar do aumento mais expressivo da dívida das famílias. A dívida do setor não financeiro contraída nestes mercados atingiu 57,5 por cento do PIB em 2025, mantendo a tendência de redução observada desde 2021, mas permanecendo acima do nível registado no período pré-pandemia (55,9 por cento, em média, entre 2018 e 2019). A dívida junto do sistema financeiro, sob a forma de crédito bancário, representou 91,1 por cento do *stock* da dívida do setor não financeiro em 2025 (93,3 por cento em 2024), mantendo-se como a principal fonte de financiamento deste setor.

O *stock* de crédito bancário concedido ao setor não financeiro cresceu 2,2 por cento em 2025, desacelerando face a 2024 (8,4 por cento) e situando-se abaixo da média dos cinco anos anteriores (6,1 por cento). O *stock* de crédito com menor risco de incumprimento (*Stage 1*) cresceu 8,6 por cento (13,7 por cento em 2024), enquanto o *stock* de crédito com deterioração assinalável da qualidade de crédito (*Stage 2*) reduziu 23,1 por cento (-34,4 por cento em 2024) e o de risco elevado (*Stage 3*) reduziu 18,7 por cento (+22,0 por cento em 2024)¹¹. Esta dinâmica resulta duma conjugação de fatores, entre os quais o aumento da concessão de novos créditos e a conversão da dívida bancária de elevado risco de uma empresa pública em títulos obrigacionistas. O *stock* de crédito em *Stage 1* passou, assim, a representar 83,1 por cento da carteira de crédito em 2025 (+4,8 pontos percentuais que em 2024), o *stock* em *Stage 2* fixou-se em 5,7 por cento (-1,9 pontos percentuais face a 2024) e o *stock* em *Stage 3* atingiu 11,1 por cento (-2,8 pontos percentuais). Os dados disponíveis até março de 2026 apontam para uma redução do *stock* de crédito em *Stage 3* e para um aumento nos *Stages 1* e 2.

¹¹ A informação relativa aos estágios de risco de crédito provém da classificação de risco feita pelos bancos.

Figura 06. Evolução do *stock* de crédito bancário do sector não financeiro |variação absoluta em milhões de escudos, taxa de variação homóloga e estágios de crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde

Notas: SNF – sector não financeiro; ENF – empresas não financeiras; S1 – Stage 1; S2 – Stage 2; S3 – Stage 3

O endividamento das famílias aumentou em 2025, enquanto os indicadores acompanhados pelo BCV sugerem uma maior vulnerabilidade financeira das famílias a choques adversos.

As estatísticas oficiais¹² indicam que o rendimento disponível bruto das famílias cresceu, em termos reais, a uma taxa média anual de 4,2 por cento entre 2015 e 2023. Contudo, a poupança bruta real reduziu a uma taxa média anual de 7,2 por cento, sugerindo uma dinâmica de consumo superior à do rendimento. A taxa de poupança bruta nominal foi de 6,2 por cento entre 2015 e 2023, em termos médios, mantendo-se em 3,7 por cento em 2022 e 2023. As estimativas do BCV sugerem uma deterioração da poupança das famílias em 2024 e 2025, apontando para uma menor margem financeira para fazer face a choques adversos. No primeiro trimestre de 2026, 98,9 por cento das famílias inquiridas reportaram, no âmbito do inquérito à confiança dos consumidores, não possuir condições financeiras para poupar.

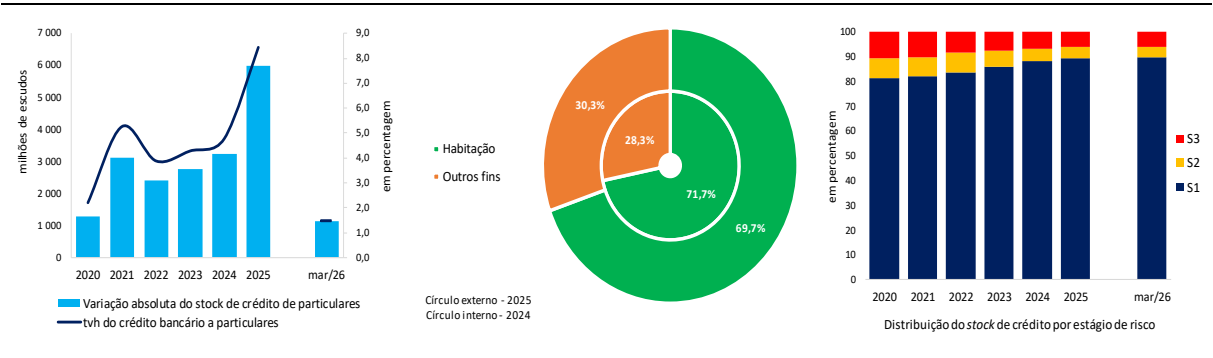
Não obstante o aumento mais expressivo da população empregada em 2025, em particular nos setores da construção, do alojamento e restauração e da administração pública e defesa, o rendimento disponível bruto das famílias, em termos reais e nominais, terá evidenciado um menor crescimento em 2025 e uma dinâmica inferior à sua média histórica, de acordo com as estimativas do BCV. Apesar desta evolução, o endividamento das famílias junto do sistema bancário aumentou de forma mais expressiva em 2025, devido ao crescimento dos empréstimos para consumo e outros fins. De acordo com o inquérito aos bancos, registou-se, em 2025, um aumento da procura de empréstimos para consumo e outros fins garantidos por ativos imobiliários. A procura de empréstimos para aquisição ou construção de habitação continuou,

¹² Publicadas em 2026 pelo Instituto Nacional de Estatística.

por sua vez, a ser constrangida pelo aumento das despesas de consumo não relacionados com habitação.

O *stock* de crédito bancário às famílias cresceu 8,4 por cento em 2025 (4,8 por cento em 2024)¹³, acelerando pelo quarto ano consecutivo. Os empréstimos bancários destinados ao consumo e outros fins aumentaram 16,4 por cento e os destinados à aquisição ou construção de habitação registaram um aumento de 5,3 por cento¹⁴. O *stock* de crédito aos particulares aumentou no *Stage* 1 (9,7 por cento) e *Stage* 2 (1,5 por cento) e reduziu no *Stage* 3 (-3,4 por cento). O *stock* de crédito em *Stage* 1 passou a representar 89,4 por cento do total (+1,1 pontos percentuais face a 2024), o *Stage* 2, 4,5 por cento (-0,3 pontos percentuais) e o *Stage* 3, 6,1 por cento (-0,7 pontos percentuais). Esta evolução ocorreu num contexto de redução do *stock* de créditos reestruturados em *Stage* 2 e *Stage* 3.

Figura 07. Evolução do *stock* de crédito bancário aos particulares| variação absoluta em milhões de escudos, taxa de variação homóloga e estágios de crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde

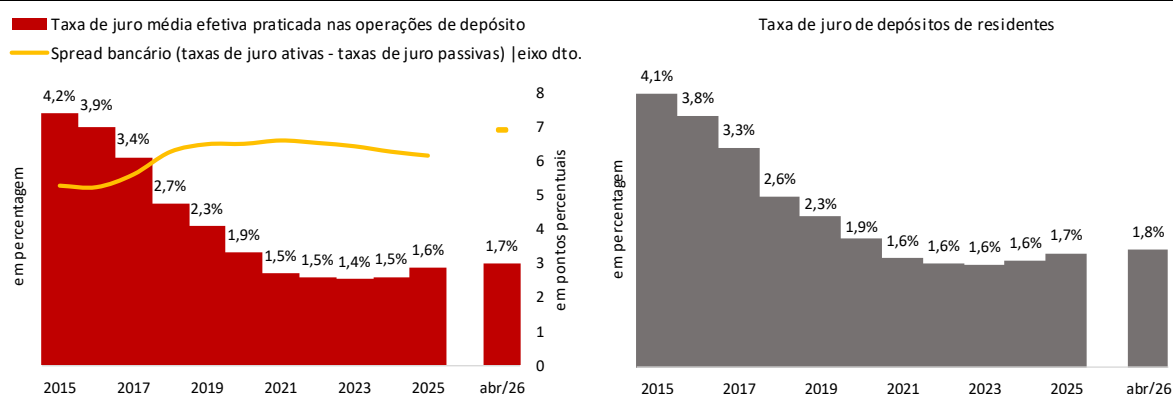
Notas: S1 – *Stage* 1; S2 – *Stage* 2; S3 – *Stage* 3

O endividamento bancário das famílias em percentagem do PIB inverteu a tendência de redução que vinha evidenciando, aumentando 0,1 ponto percentual para 25,7 por cento em 2025, apesar de se situar ainda abaixo da média dos cinco anos anteriores (29,2 por cento). Relativamente ao rendimento disponível bruto, o rácio de endividamento reduziu de 38,3 para 35,6 por cento, entre 2018 e 2023, mantendo-se relativamente constante em 2024, mas aumentando cerca de 1,6 pontos percentuais em 2025, de acordo com as estimativas do BCV.

¹³ O *stock* de crédito aos particulares situou-se em 49,1 por cento do *stock* de crédito do sector não financeiro (46,3 por cento em 2024).

¹⁴ Compara a 7,4 e 5,1 por cento, respetivamente, em 2024 e nos cinco anos anteriores, em média.

Figura 08. Evolução das taxas de juro médias efetivas das operações de depósito e do *spread* bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rentabilidade das aplicações em depósitos bancários a prazo aumentou 0,15 e 0,08 pontos percentuais, para 1,61 e 1,68 por cento, respetivamente, em 2025 e nos primeiros quatro meses de 2026, em termos homólogos, favorecendo ligeiramente a remuneração das aplicações financeiras das famílias.

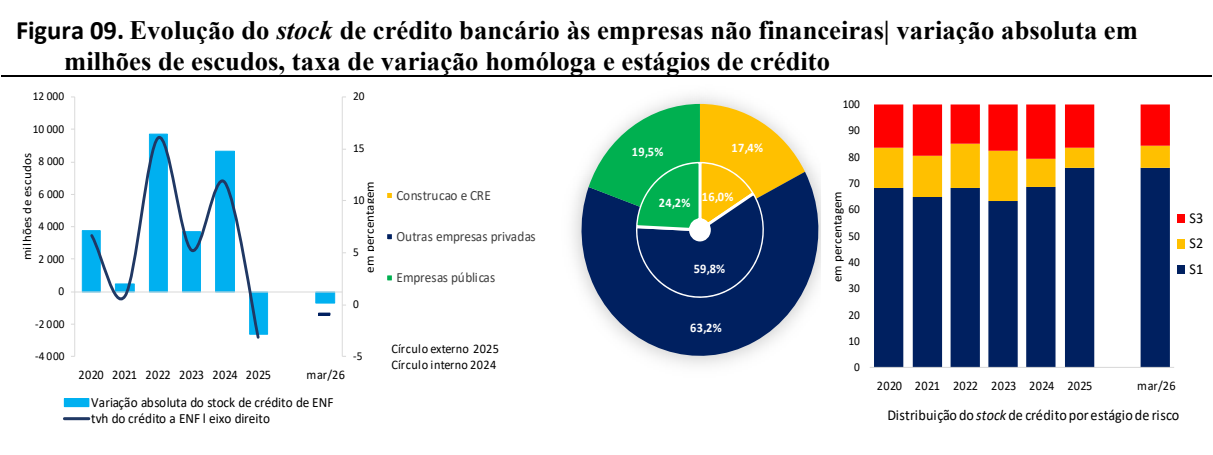
O crescimento do endividamento das empresas não financeiras abrandou em 2025, num contexto de redução da sua dívida no mercado bancário e de aumento no mercado obrigacionista.

O *stock* de dívida das empresas não financeiras, nos mercados bancário e obrigacionista, aumentou 1,8 por cento em 2025 (10,9 e 7,5 por cento, respetivamente, em 2024 e no período 2020-2024). No mercado bancário, o *stock* de crédito bancário às empresas não financeiras reduziu 3,2 por cento, devido, essencialmente, à conversão de créditos bancários de uma empresa pública em dívida obrigacionista, sem alteração dos credores. A dívida bancária das empresas privadas aumentou 2,9 por cento (10,6 por cento em 2024), mantendo um padrão de crescimento irregular nos últimos anos. No mercado obrigacionista, as empresas de capital exclusivamente privado reduziram o seu endividamento em 3,3 por cento, enquanto empresas com participação direta ou indireta do Estado aumentaram o recurso a este mercado, sobretudo através de emissões destinadas à conversão e ao refinanciamento de dívida, tendo o recurso a novo financiamento assumido menor expressão. O endividamento destas últimas no mercado obrigacionista aumentou 69,5 por cento em 2025, face a uma redução de 10,7 em 2024 e a um crescimento médio de 1,2 por cento no período 2020-2024.

Estas dinâmicas resultaram na redução, em 2 pontos percentuais, do rácio de endividamento das empresas no agregado dos dois mercados, para 31,7 por cento do PIB em 2025. Este nível

de endividamento situou-se abaixo da média do período 2020-2024 (35,4 por cento do PIB), mas ainda acima do nível médio registado no período pré-pandemia (29,3 por cento do PIB entre 2018 e 2019).

Relativamente ao perfil de risco da dívida bancária, os *stocks* de créditos em *Stage 2* e *Stage 3* registaram uma redução (-23,1 e -32,7 por cento, respetivamente), enquanto o *stock* de créditos de menor risco (*Stage 1*) cresceu 7,4 por cento. Esta evolução refletiu, essencialmente, a conversão em obrigações de exposições anteriormente classificadas em estágios de maior risco e a concessão de novos créditos e, em menor medida, o *write-off* de créditos vencidos. Esta dinâmica determinou o aumento do peso do *stock* de créditos de menor risco das empresas para 76,2 por cento do total da carteira (+7,5 pontos percentuais). Por sua vez, o peso do *stock* de créditos em *Stage 2* reduziu para 7,4 por cento do total (-3,2 pontos percentuais) e o do *stock* em *Stage 3* reduziu para 16,4 por cento do total (-4,2 pontos percentuais).



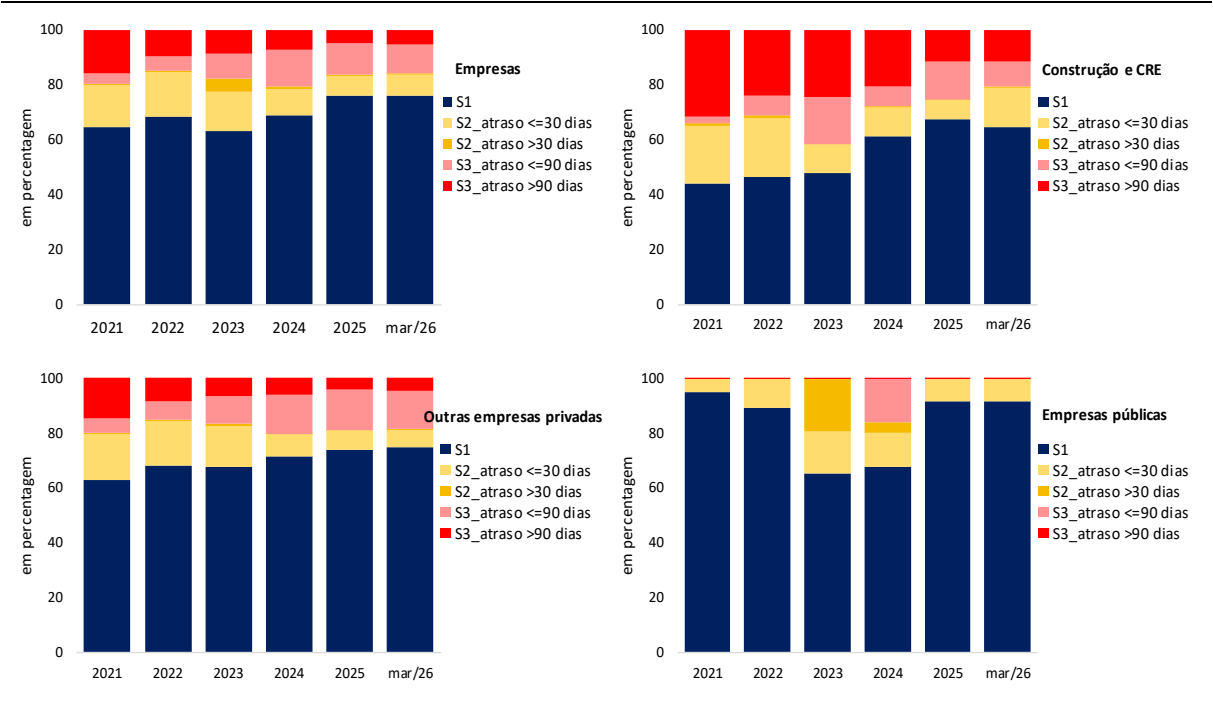
Fonte: Banco de Cabo Verde.
Notas: ENF – empresas não financeiras; S1 – *Stage 1*; S2 – *Stage 2*; S3 – *Stage 3*

A análise por segmento evidencia uma redução do peso dos créditos classificados em *Stage 2* e *Stage 3* na carteira de crédito ao setor de construção e imobiliária comercial (CRE)¹⁵ em 2025, tendo passado a representar, respetivamente, 7,5 por cento (-3,4 pontos percentuais) e 25,1 por cento (-2,6 pontos percentuais) do total de créditos concedidos a este segmento¹⁶. O crédito classificado em *Stage 1* passou, assim, a representar 66,4 por cento do total do segmento (+6,0 pontos percentuais). A evolução do perfil de risco de crédito do setor refletiu, sobretudo, a dinâmica observada nos bancos de importância sistémica, tendo o *stock* de crédito em *Stage 2* aumentado nos bancos não sistémicos e o *Stage 3* permanecido relativamente estável. Esta

¹⁵ CRE – Comercial Real Estate
¹⁶ Em termos médios, os empréstimos em *Stage 3* deste segmento representaram 32,6 por cento do total, no período 2020-2024.

dinâmica ocorreu num contexto de melhoria do desempenho económico do setor em 2025, com as estimativas do INE a sugerirem uma recuperação do valor acrescentado bruto do setor da construção, após quatro anos de contração, enquanto o setor imobiliário manteve uma evolução positiva, embora em desaceleração. Outros indicadores apontam, contudo, para a persistência de fragilidades ao nível do desempenho das empresas do setor, designadamente a redução da faturação média por empresa e da produtividade por trabalhador.

Figura 10. Evolução do *stock* de crédito bancário às empresas não financeiras| distribuição do *stock* de crédito por estágio, dias de atraso, e segmento de mercado



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: S1 – Stage 1; S2 – Stage 2; S3 – Stage 3

À semelhança do setor de construção, o peso dos créditos classificados em *Stage 2* e *Stage 3* na carteira de outras empresas privadas reduziu em 2025, fixando-se em 7,2 e 18,9 por cento do total do segmento, respetivamente. Esta melhoria do perfil de risco foi observada ao nível do sistema bancário. Apesar da desaceleração, setores relevantes como o alojamento e restauração e a indústria transformadora terão mantido um robusto crescimento do valor acrescentado bruto em 2025. Destaca-se, em particular, o desempenho do setor do alojamento e restauração, que tem registado um aumento da faturação média por empresa e da produtividade média por trabalhador ao longo dos últimos anos. O setor do comércio registou, contudo, uma contração do valor acrescentado bruto em 2025 e tem evidenciado, nos últimos anos, à semelhança da

indústria transformadora, uma redução da faturação média por empresa e um menor desempenho da produtividade do trabalho.

Os indicadores de qualidade da carteira de crédito bancário das empresas públicas melhoraram em 2025, refletindo, em particular, a conversão de empréstimos bancários de uma empresa pública em obrigações. A proporção do *stock* de créditos bancários em *Stage 1* aumentou 24,1 pontos percentuais para 91,5 por cento do *stock* total do segmento, tendo-se reduzido expressivamente o peso dos créditos classificados nos estágios de maior risco. Contudo, uma vez que as obrigações permaneceram na carteira do setor bancário, esta operação não implicou uma redução equivalente da exposição dos bancos a este segmento.

As vulnerabilidades associadas ao setor empresarial do Estado constituem um fator relevante na interligação entre o setor bancário e o soberano em Cabo Verde, num contexto de exposição contínua dos bancos a este segmento e de elevado nível de endividamento público. Mantém-se o risco de agravamento das vulnerabilidades financeiras deste segmento, particularmente num cenário de intensificação das pressões orçamentais ou quase-orçamentais, com potenciais repercussões sobre a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade do setor financeiro.

2.4 Riscos relacionados com a situação patrimonial, financeira e prudencial do sector financeiro

2.4.1 Riscos relacionados com o Sector Bancário

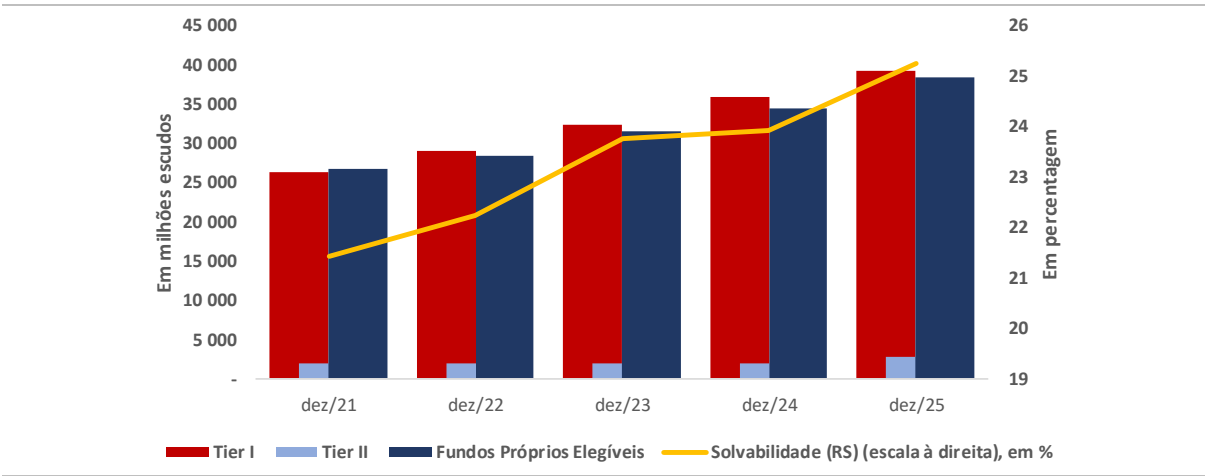
O setor bancário nacional manteve, em 2025, uma posição globalmente robusta, suportada por níveis elevados de capitalização, condições confortáveis de liquidez e uma rentabilidade favorável. Estes fatores continuaram a contribuir para a resiliência do setor e para a preservação da estabilidade financeira, num enquadramento nacional marcado pela manutenção de um crescimento económico robusto, embora em desaceleração, e pelo aumento da inflação.

2.4.1.1 Adequação de capital

Níveis elevados de solvabilidade reforçam a capacidade de absorção de perdas.

Em 2025, o sistema bancário registou um aumento dos níveis de capitalização, com o rácio de solvabilidade a passar de 23,9 para 25,2 por cento, mantendo-se amplamente acima do mínimo regulamentar de 12 por cento e da média de 20,4 por cento dos últimos dez anos. O reforço da adequação de capital foi sustentado pelo crescimento de 11 por cento dos fundos próprios elegíveis, significativamente superior ao aumento de 5,2 por cento dos ativos ponderados pelo risco. Esta evolução reforçou a margem de capital disponível para fazer face a potenciais perdas e deu continuidade à melhoria sustentada da solvabilidade do sistema bancário observada nos últimos anos.

Figura 11. Evolução do Tier I, Tier II, fundos próprios e solvabilidade



Fonte: Banco de Cabo Verde

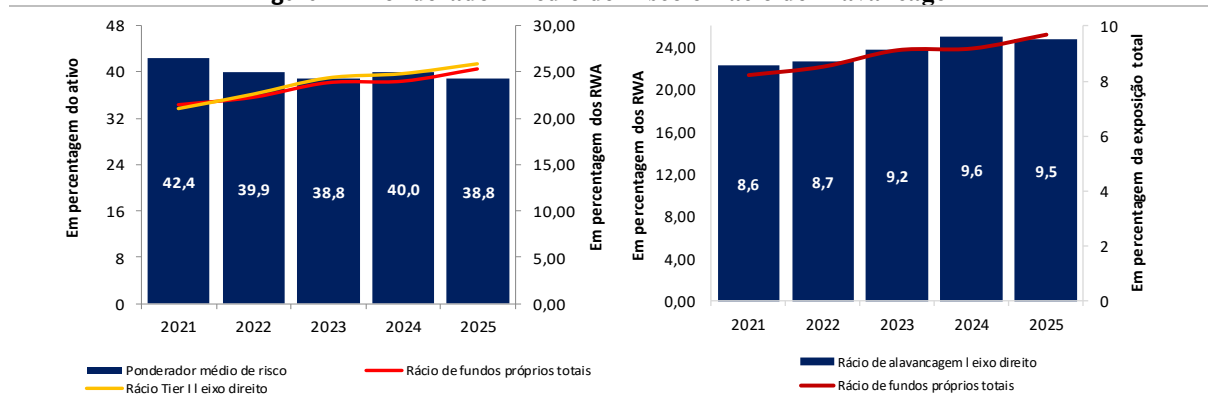
O crescimento dos fundos próprios elegíveis foi determinado, sobretudo, pelo aumento de 9,7 por cento do capital de Tier I, suportado maioritariamente pela acumulação e retenção de resultados. Entre os principais fatores subjacentes a esta evolução destacaram-se o aumento das reservas legais, estatutárias e outras constituídas por resultados não distribuídos (+14,4 por cento) e dos resultados transitados de exercícios anteriores (+26,6 por cento). Por seu turno, o capital de Tier II registou um crescimento expressivo, de 38,5 por cento, associado, principalmente, ao aumento dos empréstimos subordinados e ações preferenciais (+49,4 por cento) e de outras reservas de reavaliação (+56,5 por cento). Não obstante esta evolução, o peso do Tier II na estrutura de capital manteve-se reduzido, permanecendo o Tier I como a principal componente dos fundos próprios elegíveis e aquela com maior capacidade de absorção de perdas. A predominância do Tier I evidencia, assim, a qualidade dos fundos próprios do sistema bancário e reforça a sua capacidade de absorção de potenciais perdas.

Quanto à composição dos ativos ponderados pelo risco, não se registaram alterações significativas em 2025, permanecendo relativamente estável a distribuição entre as diferentes categorias de risco. O risco de crédito manteve-se como a principal componente, embora o seu peso tenha diminuído ligeiramente, de 86,9 para 86,4 por cento. Em contrapartida, o peso do risco operacional aumentou de 12,7 para 13,3 por cento, enquanto o risco cambial permaneceu residual, reduzindo-se de 0,4 para 0,3 por cento. A estrutura dos ativos ponderados pelo risco continuou, assim, a ser predominantemente determinada pelo risco de crédito.

A posição de solvabilidade manteve-se diferenciada entre os vários grupos de instituições em 2025. Os bancos de elevada importância sistémica doméstica apresentaram um rácio de solvabilidade de 28 por cento, acima dos 27,3 por cento registados em 2024, enquanto nos bancos de ligeira importância sistémica o rácio aumentou de 17,3 para 20 por cento. Em sentido contrário, nos outros bancos, o rácio de solvabilidade diminuiu de 39,2 para 33,9 por cento, permanecendo, ainda assim, em níveis elevados. Não obstante as evoluções diferenciadas, todos os segmentos mantiveram rácios de solvabilidade acima dos requisitos regulamentares aplicáveis¹⁷.

¹⁷ Os valores referentes a 2024 foram revistos face aos publicados no Relatório de Estabilidade Financeira anterior, na sequência da correção do cálculo dos rácios por grupo de instituições.

Figura 12. Ponderador Médio de Risco e Rácio de Alavancagem



Fonte: Banco de Cabo Verde

O ponderador médio de risco reduziu-se de 40 por cento, em 2024, para 38,8 por cento, em 2025. Esta evolução resultou do crescimento dos ativos ponderados pelo risco (5,2 por cento) a um ritmo inferior ao do ativo total (8,7 por cento), sugerindo que a expansão do balanço incidiu, em maior proporção, sobre exposições sujeitas a ponderadores de risco relativamente mais baixos. Não obstante a redução observada, o indicador manteve-se próximo dos níveis registados nos últimos anos.

O rácio de alavancagem situou-se em 9,5 por cento em 2025, mantendo-se relativamente estável face aos 9,6 por cento registados no ano anterior e amplamente acima do limiar mínimo de 3 por cento definido no âmbito de Basileia III. O indicador permaneceu em níveis elevados face ao seu histórico, refletindo a manutenção de uma posição de capital robusta face à exposição total do sistema, independentemente das ponderações de risco aplicadas aos ativos.

Em termos globais, os indicadores de adequação de capital apontam para a manutenção de níveis elevados de capitalização do sistema bancário nacional. O aumento do rácio de solvabilidade, conjugado com a manutenção do rácio de alavancagem em níveis elevados face ao seu histórico e acima do limiar mínimo de referência, evidencia a existência de uma margem de capital face aos requisitos regulamentares. Esta posição reforça a capacidade do sistema bancário para absorver eventuais perdas e mitigar os efeitos de potenciais choques adversos.

2.4.1.2 Qualidade dos ativos

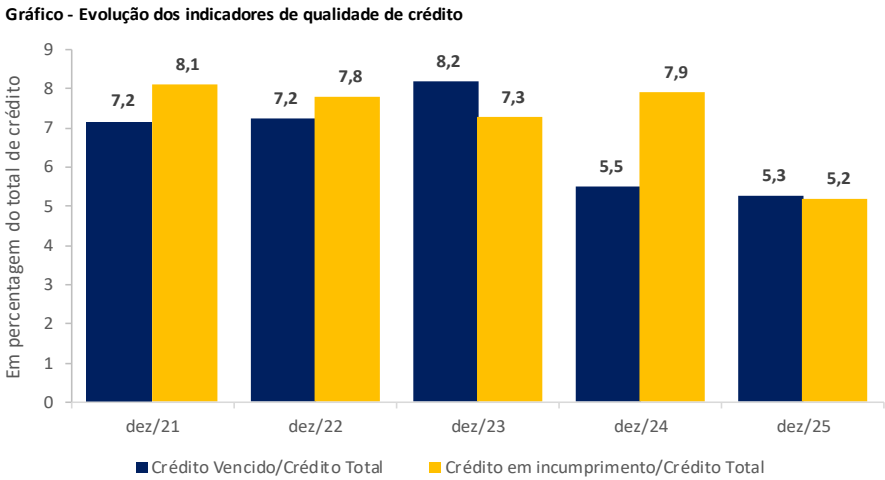
Os indicadores da qualidade da carteira de crédito apresentaram uma evolução globalmente favorável em 2025, refletindo a redução dos níveis de incumprimento e das exposições de maior risco, num contexto de crescimento moderado do crédito.

Em 2025, a qualidade da carteira de crédito do sistema bancário registou uma evolução favorável, traduzida na redução dos principais indicadores de risco e incumprimento, num contexto de crescimento moderado do crédito.

O crédito em incumprimento¹⁸ diminuiu 32,4 por cento em 2025, invertendo o aumento observado no ano anterior. Esta evolução traduziu-se numa redução do respetivo rácio de 7,9 para 5,2 por cento do crédito total, correspondendo a uma diminuição de 2,7 pontos percentuais. A redução do incumprimento foi observada nos escalões entre 90 dias e três anos, tendo sido mais acentuada nas exposições com atrasos entre 90 e 180 dias (-31,8 por cento). Em sentido contrário, as exposições em incumprimento há três anos ou mais registaram um ligeiro aumento (+2,2 por cento), permanecendo como a principal componente do crédito em incumprimento.

O crédito vencido¹⁹ registou uma redução de 1,8 por cento, dando continuidade, embora de forma menos expressiva, à evolução observada no ano anterior. Em conjugação com o crescimento da carteira de crédito, esta evolução determinou uma redução do respetivo rácio de 5,5 para 5,3 por cento, mantendo a tendência de diminuição observada ao longo dos últimos anos, não obstante algumas oscilações pontuais.

Figura 13. Evolução dos indicadores de qualidade de crédito



Fonte: Banco de Cabo Verde

¹⁸ Correspondendo ao crédito vencido por período igual ou superior a 90 dias, de acordo com a instrução técnica nº195/2018, de 21 de dezembro.

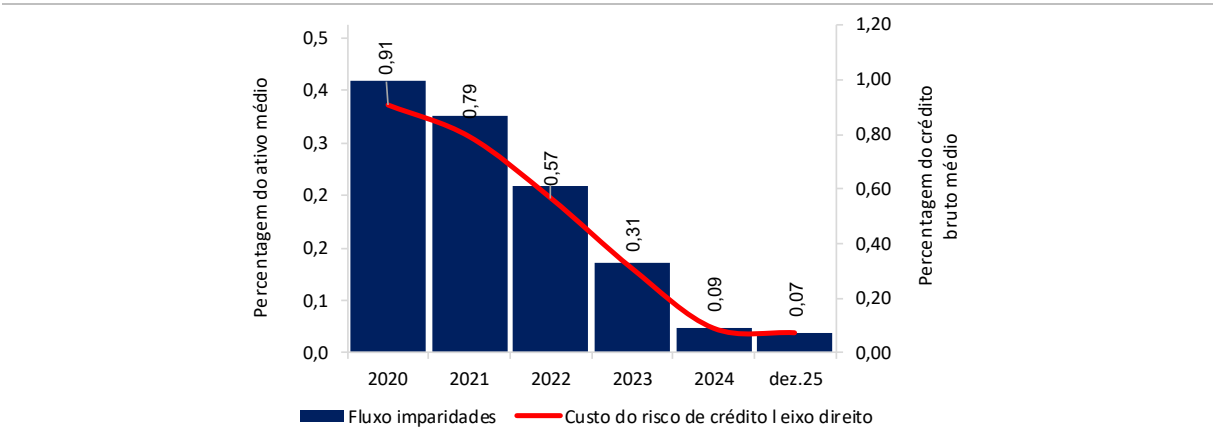
¹⁹ Anteriormente denominado crédito com imparidade, representado crédito vencido há mais de 30 dias.

No que diz respeito ao crédito em risco, que agrega as exposições com maior potencial de perda, observou-se uma reversão da deterioração registada nos dois anos anteriores. O montante destas exposições reduziu-se 19,8 por cento, enquanto o seu peso na carteira de crédito diminuiu de 23,7 para 18,6 por cento. Esta redução de 5,2 pontos percentuais aproxima o indicador dos níveis observados antes do agravamento registado em 2023, embora permaneça acima dos valores verificados entre 2020 e 2022.

Os créditos reestruturados registaram igualmente uma evolução favorável em 2025, diminuindo 18,3 por cento e revertendo o aumento observado no ano anterior. O respetivo peso na carteira de crédito reduziu-se de 10,1 para 7,8 por cento, situando-se abaixo dos 8,0 por cento registados em 2023 e reforçando os sinais de melhoria da qualidade da carteira.

Os fluxos líquidos de imparidade associados ao crédito diminuíram 16,5 por cento em 2025, dando continuidade à redução observada no ano anterior, embora a um ritmo menos expressivo. A imparidade acumulada registou igualmente uma diminuição, de 3,9 por cento, fixando-se em cerca de 7,6 mil milhões de escudos. Em linha com esta evolução, o custo do risco de crédito reduziu-se para 0,07 por cento, mantendo-se em níveis historicamente baixos.

Figura 14. Evolução do indicador de Custo de Risco



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A evolução das exposições por estágio aponta para uma melhoria da carteira, com o aumento das exposições classificadas no *Stage 1* e a redução das exposições nos *Stages 2* e *3*. Em termos de imparidades, registou-se uma redução nos três estágios, mais acentuada no *Stage 2*. No *Stage 1*, as imparidades diminuíram 1,8 por cento, apesar do crescimento de 8,7 por cento das respetivas exposições. No *Stage 2*, a redução das imparidades foi mais expressiva (-14,2 por cento), num contexto de diminuição de 23,1 por cento das exposições classificadas neste estágio. No *Stage 3*, as imparidades recuaram 3,1 por cento, enquanto as respetivas exposições

diminuíram de forma mais acentuada (-18,4 por cento), apontando para um reforço da cobertura relativa das exposições com maior deterioração de crédito.

A exposição do sistema bancário a grandes riscos reduziu-se em 2025, com o respetivo montante a diminuir 2,3 por cento, para 23,8 mil milhões de escudos. Esta evolução foi acompanhada por uma redução dos indicadores de concentração, tendo o peso dos grandes riscos no crédito total passado de 15,4 para 14,7 por cento e o rácio de grandes riscos sobre fundos próprios diminuído de 70,5 para 62,0 por cento. Este último manteve-se amplamente abaixo do limite regulamentar, que estabelece que o agregado dos grandes riscos não pode exceder oito vezes o montante total dos fundos próprios.

Quadro 01. Grandes riscos em percentagem do crédito total

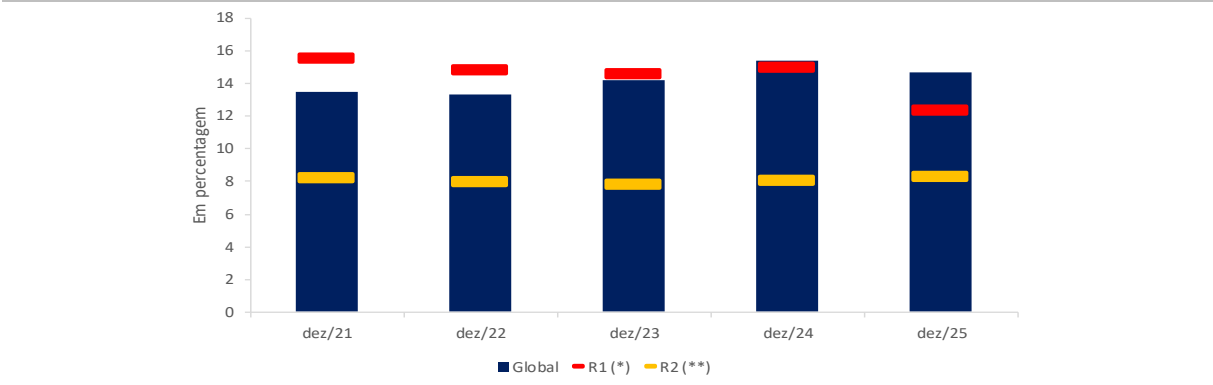
	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (pp)
Global	13,4	13,3	14,2	15,4	14,7	-0,76
R1 (*)	15,5	14,8	14,6	14,9	12,3	-2,61
R2 (**)	8,2	8,0	7,8	8,0	8,3	0,25

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: (*) Nível de exposição ao risco da maior instituição bancária nacional; (**) Nível de exposição ao risco das duas maiores instituições bancárias nacionais; pp – pontos percentuais.

Ao nível das instituições, o rácio de exposição a grandes riscos da maior instituição bancária (R1) diminuiu de 14,9 para 12,3 por cento do crédito total, situando-se abaixo dos níveis observados nos anos anteriores. Por sua vez, o rácio R2, relativo às duas maiores instituições bancárias, aumentou ligeiramente, de 8,0 para 8,3 por cento, mantendo-se próximo dos níveis observados nos últimos anos. Esta evolução evidencia comportamentos distintos entre as maiores instituições, com uma redução mais expressiva da exposição a grandes riscos na maior instituição bancária.

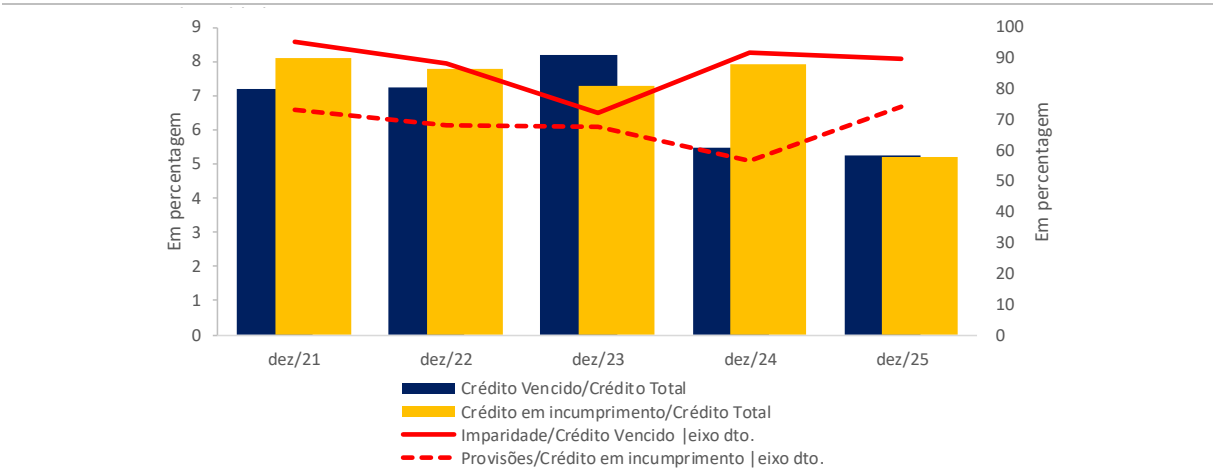
Figura 15. Evolução do nível de exposição aos grandes riscos



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que diz respeito aos níveis de cobertura do risco, observou-se um reforço significativo da cobertura do crédito em incumprimento. O rácio de cobertura por imparidades aumentou de 63,7 para 90,7 por cento, enquanto a cobertura por provisões passou de 56,7 para 74,0 por cento. Esta evolução ocorreu num contexto de forte redução do crédito em incumprimento, superior à diminuição da imparidade acumulada, contribuindo para o aumento dos respetivos rácios de cobertura.

Figura 16. Evolução do risco de crédito e dos níveis de cobertura do crédito em incumprimento e vencido



Fonte: Banco de Cabo Verde

Em sentido contrário, os níveis de cobertura do crédito vencido registaram uma redução face ao ano anterior. A cobertura por imparidades diminuiu ligeiramente, de 91,6 para 89,7 por cento, enquanto a cobertura por provisões apresentou uma redução mais expressiva, de 81,5 para 73,2 por cento. Não obstante, os níveis de cobertura mantiveram-se acima dos registados em 2023.

Quadro 02. Cobertura do risco de crédito

	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (pp)
Imparidade / Crédito vencido	95,5	88,4	72,3	91,6	89,6	-2,0
Imparidade / Crédito em incumprimento (IT n.º 195/2018)	84,5	82,0	81,3	63,7	90,7	26,9
Provisões / Crédito vencido	82,9	73,4	60,2	81,5	73,2	-8,3
Provisões / Crédito em incumprimento (IT n.º 195/2018)	73,4	68,0	67,7	56,7	74,0	17,3

Fonte: Banco de Cabo Verde |Nota: pp – pontos percentuais.

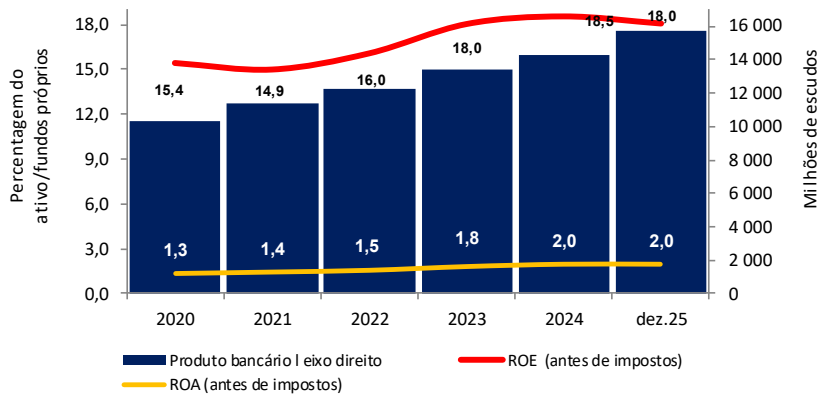
Relativamente ao crédito em risco, os níveis de cobertura também aumentaram, embora de forma mais moderada. O rácio de cobertura por imparidades passou de 21,2 para 25,5 por cento e o rácio de cobertura por provisões de 18,9 para 20,8 por cento.

2.4.1.3 Rendibilidade

A rendibilidade do sistema bancário manteve-se globalmente estável em 2025, sustentada pelo crescimento da margem financeira e da margem complementar, não obstante o aumento dos custos operacionais e das imparidades e provisões.

Em 2025, a rendibilidade do sistema bancário manteve-se globalmente estável, com o retorno sobre os ativos (ROA) a permanecer em 1,96 por cento e o retorno sobre os capitais próprios (ROE) a reduzir-se ligeiramente, de 18,52 para 18,04 por cento. A margem financeira continuou a constituir o principal suporte dos resultados, tendo a sua evolução sido acompanhada pelo crescimento da margem complementar, com destaque para o aumento das comissões líquidas. Em sentido contrário, o aumento dos custos operacionais e de algumas rubricas de imparidade condicionou parcialmente a evolução da rendibilidade.

Figura 17. Evolução do ROA e ROE e do produto bancário



Fonte: Banco de Cabo Verde

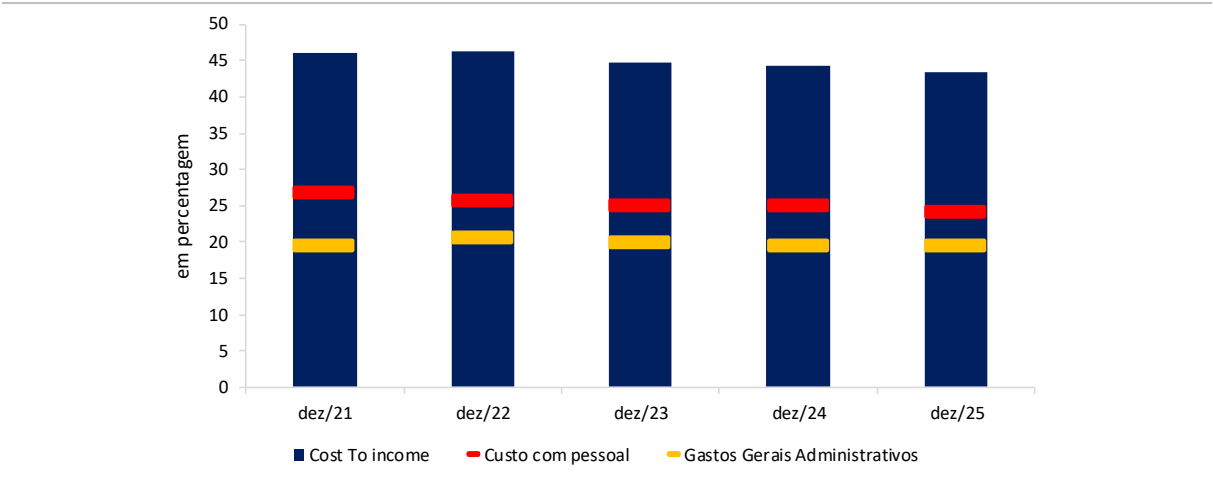
A margem financeira aumentou 9,7 por cento, acima da variação registada no ano anterior (8,8 por cento), refletindo o crescimento dos juros e proveitos equiparados (+9,0 por cento) a um ritmo superior ao dos juros e custos equiparados (+6,4 por cento). A evolução dos proveitos com juros foi sustentada, sobretudo, pelos juros de crédito e, em menor medida, pelos juros de aplicações em instituições financeiras, num contexto de crescimento moderado da carteira de crédito (+2,5 por cento), cujo peso no balanço dos bancos continuou a diminuir, e de relativa estabilidade das taxas médias praticadas nas operações de crédito.

A evolução positiva da margem financeira foi acompanhada pelo crescimento de 10,8 por cento da margem complementar, invertendo a redução de 2,6 por cento registada no ano anterior. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, o aumento expressivo das comissões líquidas (+29,4 por cento), reforçando o contributo das receitas de serviços para a formação do produto bancário.

Em sentido contrário, os resultados de reavaliação cambial diminuíram 20 por cento e os outros resultados de exploração permaneceram relativamente estáveis (-0,9 por cento).

Os custos operacionais aumentaram 7,7 por cento, acima dos 5,3 por cento registados no ano anterior. Esta evolução refletiu o crescimento dos custos com o pessoal (+6,3 por cento) e, de forma mais acentuada, dos gastos administrativos (+9,6 por cento), estes últimos impulsionados sobretudo pelo aumento dos gastos com serviços. Não obstante o aumento dos custos operacionais, o crescimento mais expressivo do produto bancário contribuiu para a melhoria do rácio *cost-to-income*, que diminuiu 0,9 pontos percentuais, para 43,5 por cento.

Figura 18. Evolução do rácio *Cost-to-Income*

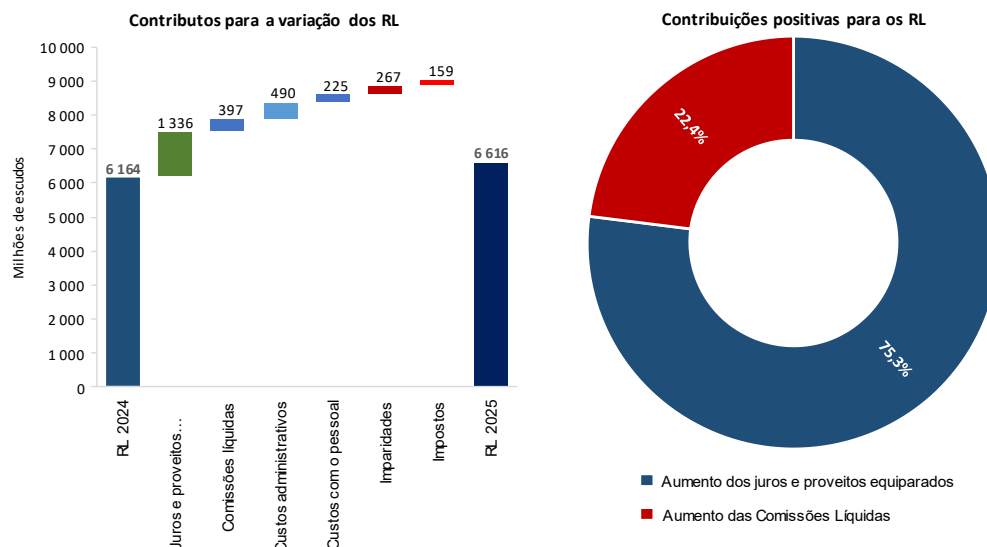


Fonte: Banco de Cabo Verde

Os fluxos de imparidades e provisões registaram um aumento, refletindo sobretudo o crescimento expressivo das imparidades líquidas associadas a outros ativos, que mais do que compensou a redução de 16,5 por cento das imparidades de crédito. Esta evolução traduziu-se num maior impacto das imparidades e provisões sobre os resultados do setor bancário face ao ano anterior.

Neste contexto, os resultados líquidos após impostos do sistema bancário cresceram 7,3 por cento, atingindo 6,6 mil milhões de escudos. Embora positiva, esta evolução representa uma desaceleração face ao crescimento de 16,4 por cento registado no ano anterior e situa-se abaixo da média de 16,5 por cento observada nos últimos cinco anos. Ainda assim, os resultados mantiveram-se em níveis elevados, contribuindo para a capacidade interna de geração de capital do sistema bancário.

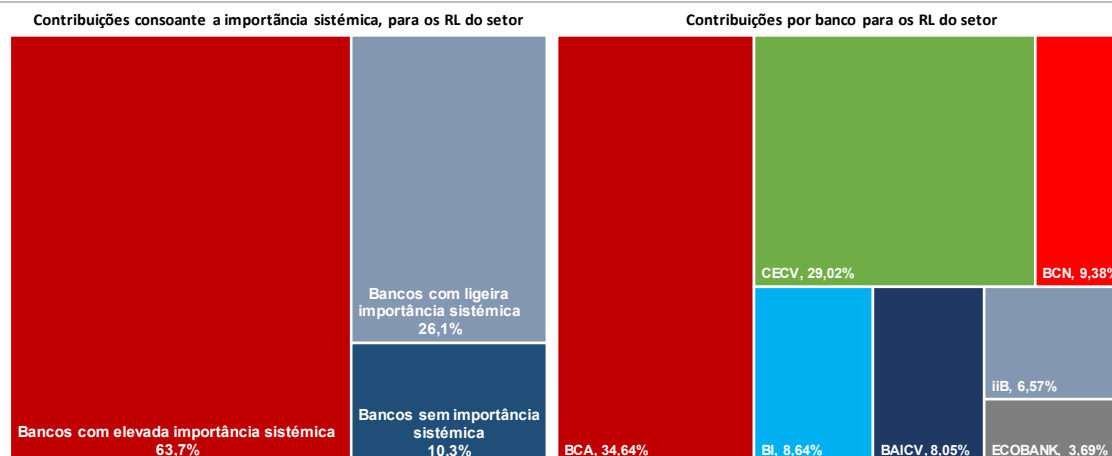
Figura 19. Contributos por rubrica para a variação positiva dos Resultados Líquidos



Fonte: Banco de Cabo Verde

As instituições domésticas de importância sistémica (D-SIBs) continuaram a apresentar níveis de rentabilidade superiores aos dos restantes bancos em 2025, com um ROA médio de 1,88 por cento, face a 1,57 por cento, e um ROE de 16,7 por cento, comparativamente a 16,4 por cento nos restantes bancos. Estas instituições mantiveram uma contribuição relevante para o desempenho agregado do sistema bancário, representando 89,9 por cento do produto bancário e 89,7 por cento dos resultados líquidos do setor. Não obstante, a sua participação nos resultados líquidos diminuiu face aos 91,1 por cento registados em 2024, refletindo um maior contributo relativo dos restantes bancos para os resultados do setor.

Figura 20. Contributos por bancos e sua relevância sistémica para a variação dos Resultados Líquidos



Fonte: Banco de Cabo Verde

A margem financeira das D-SIBs aumentou 11 por cento e manteve-se como a principal componente do produto bancário, representando 91,5 por cento do total. Por sua vez, os custos operacionais cresceram 8,9 por cento, refletindo o aumento dos custos com o pessoal (+6,5 por cento) e, de forma mais acentuada, dos gastos de funcionamento (+12,1 por cento). Em termos de eficiência operacional, o diferencial entre os dois grupos inverteu-se, com o rácio *cost-to-income* a situar-se em 45,4 por cento nas D-SIBs e em 44,5 por cento nos restantes bancos, comparativamente a 44,7 e 50,1 por cento, respetivamente, no ano anterior.

A capacidade de geração de resultados das D-SIBs assume particular relevância para a estabilidade financeira, atendendo ao seu peso no sistema e aos requisitos adicionais de capital que lhes são aplicáveis. A manutenção de níveis adequados de rendibilidade favorece a geração interna de capital, contribuindo para a capacidade destas instituições de acomodar os requisitos prudenciais e eventuais perdas.

2.4.1.4 Liquidez e financiamento

A posição de liquidez do sistema bancário reforçou-se em 2025, sustentada pelo aumento dos ativos líquidos e pelo crescimento dos depósitos, não obstante o aumento da concentração nos maiores depositantes e do peso dos depósitos à ordem.

A posição de liquidez do sistema bancário reforçou-se em 2025, com os principais rácios de liquidez a registarem uma evolução favorável face ao ano anterior, evidenciando uma maior disponibilidade de ativos líquidos para fazer face às responsabilidades do setor.

Os ativos líquidos aumentaram 19,6 por cento, refletindo o crescimento da caixa e disponibilidades (+15,5 por cento) e das aplicações financeiras (+17,8 por cento). A evolução das aplicações foi marcada pelo aumento das aplicações em instituições financeiras no país (+70,5 por cento), nomeadamente no Banco de Cabo Verde (+71,5 por cento), concentrado sobretudo em aplicações de muito curto prazo. Em sentido contrário, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro diminuíram 42,9 por cento, refletindo, principalmente, a redução dos depósitos a prazo noutras instituições de crédito (-60,8 por cento).

O crescimento dos ativos líquidos refletiu-se na melhoria dos principais indicadores de liquidez em 2025. O rácio de ativo líquido sobre ativo total aumentou 2,6 pontos percentuais, para 28,6 por cento, evidenciando um maior peso dos ativos líquidos no balanço do sistema bancário. O rácio de ativo líquido sobre passivo de curto prazo subiu 2,3 pontos percentuais, para 35,8 por cento, traduzindo uma maior cobertura das responsabilidades de curto prazo por ativos líquidos. Por sua vez, o rácio de ativo líquido sobre passivo total aumentou 1,1 pontos percentuais, para 56,8 por cento, mantendo-se amplamente acima do mínimo regulamentar de 20 por cento.

Quadro 03. Indicadores de liquidez |em percentagem

Indicadores de Liquidez (%)	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (pp)
Ativo Líquido / Ativo total	24,3	24,6	25,1	26,0	28,6	2,6
Ativo Líquido / Passivo de curto prazo	30,5	31,5	32,9	33,4	35,8	2,3
Ativo Líquido /Passivo Total (Aviso nº 8/2007)	54,4	55,2	55,3	55,7	56,8	1,1

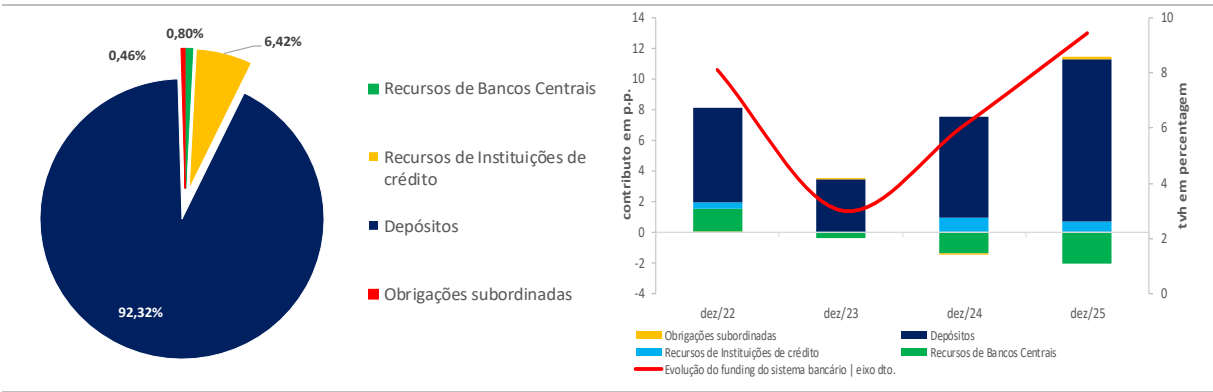
Fonte: Banco de Cabo Verde
Nota: pp – pontos percentuais.

As fontes de financiamento do sistema bancário aumentaram 9,4 por cento, atingindo cerca de 339 mil milhões de escudos. Esta evolução foi determinada, sobretudo, pelo crescimento dos depósitos, que se mantiveram como a principal fonte de financiamento do setor e aumentaram 11,8 por cento, para cerca de 313 mil milhões de escudos.

Relativamente às restantes fontes de financiamento, os recursos de instituições de crédito mantiveram uma evolução positiva, aumentando 10,3 por cento, para cerca de 21,8 mil milhões de escudos. Em sentido contrário, os recursos obtidos junto do banco central diminuíram 69,9 por cento, fixando-se em 2,7 mil milhões de escudos, registando o terceiro ano consecutivo de redução. Por sua vez, as obrigações subordinadas aumentaram 49,8 por cento, para cerca de 1,6 mil milhões de escudos, mantendo, apesar deste crescimento, um peso reduzido na estrutura global de financiamento do sistema bancário.

A estrutura de financiamento do sistema bancário manteve-se, assim, predominantemente assente em depósitos, que passaram a representar cerca de 92 por cento do total das fontes de financiamento, mantendo as restantes fontes um peso relativamente reduzido.

Figura 21. Principais fontes de financiamento do sistema bancário e seu contributo para a evolução do *funding* bancário (à direita)



Fonte: Banco de Cabo Verde

A estrutura dos depósitos por maturidade manteve a tendência de aumento do peso da componente à ordem em 2025. Os depósitos à ordem cresceram 16,5 por cento, para 177,8 mil milhões de escudos, passando a representar cerca de 56,7 por cento do total dos depósitos, face a 54,5 por cento no ano anterior. Os depósitos a prazo também aumentaram, embora a um ritmo mais moderado, de 6,3 por cento, atingindo 128,3 mil milhões de escudos. A crescente predominância dos depósitos à ordem na estrutura de financiamento bancário implica uma maior proporção de responsabilidades imediatamente exigíveis, podendo aumentar a sensibilidade do financiamento a alterações no comportamento dos depositantes.

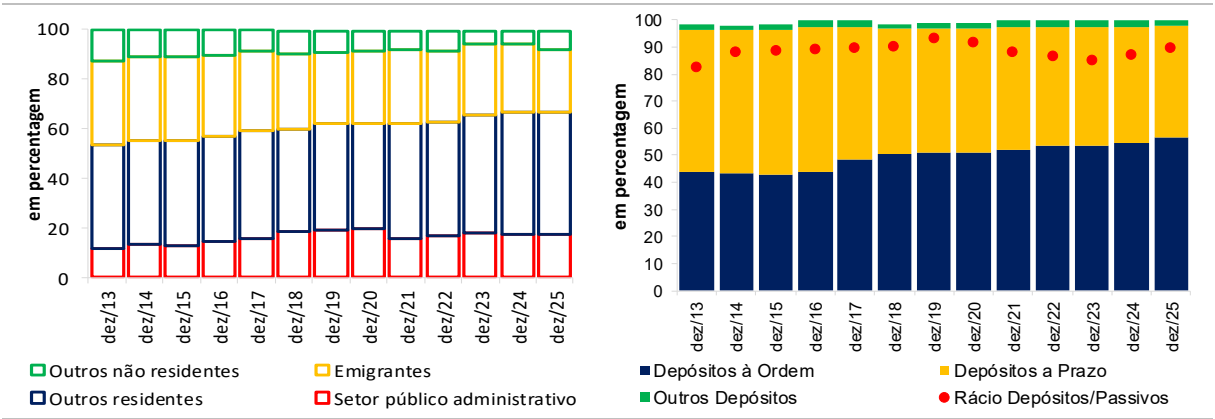
Quadro 04. Estrutura das fontes de financiamento do sistema bancário

	Em percentagem dos principais fontes de financiamento					Var. absoluta (milhões de escudos)	tvh (%)
	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25		
Depósitos	89,6	88,6	89,3	90,4	92,3	33 005	11,8
À ordem	46,4	47,3	47,7	49,2	52,4	25 235	16,5
A prazo	40,6	38,9	39,2	38,9	37,8	7 611	6,3
Outros	2,6	2,4	2,4	2,2	2,1	158	2,3
Recursos de Bancos Centrais	4,0	5,1	4,5	2,9	0,8	-6 315	-69,9
Obrigações Subordinadas	0,4	0,4	0,4	0,3	0,5	519	49,8
Recursos de instituições de crédito	6,0	6,0	5,8	6,4	6,4	2 040	10,3

Fonte: Banco de Cabo Verde
Nota: tvh – taxa de variação homóloga.

A evolução dos depósitos por entidade depositante foi positiva nas principais categorias. Os depósitos de outros residentes, que continuam a representar a maior parcela do total, aumentaram 11,1 por cento, atingindo 154,6 mil milhões de escudos. Os depósitos do setor público administrativo cresceram 13,8 por cento, para 54,8 mil milhões de escudos, enquanto os depósitos de emigrantes registaram um crescimento mais moderado, de 3,7 por cento, situando-se em 78,9 mil milhões de escudos. Destaca-se, ainda, o aumento de 52,1 por cento dos depósitos de outros não residentes, que atingiram 23,0 mil milhões de escudos, prolongando a recuperação iniciada no ano anterior.

Figura 22. Evolução da estrutura dos depósitos por entidade e por prazo (à direita)

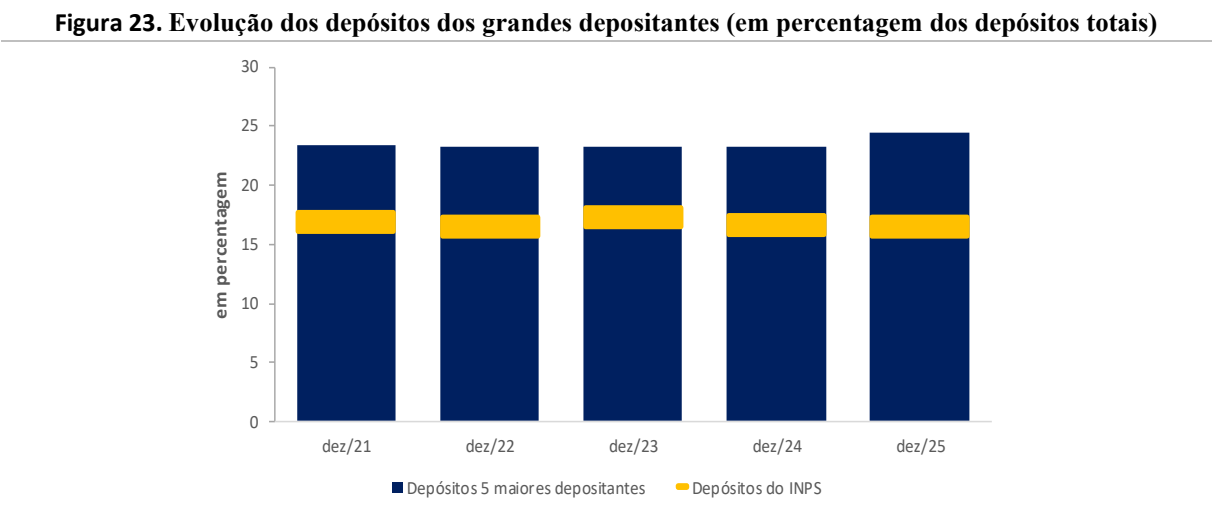


Fonte: Banco de Cabo Verde

Do ponto de vista da concentração, os depósitos dos cinco maiores depositantes aumentaram 17,4 por cento, atingindo cerca de 76,5 mil milhões de escudos. Este crescimento, superior ao observado no total dos depósitos (11,8 por cento), elevou o peso dos cinco maiores depositantes de 23,3 para 24,4 por cento. O Instituto Nacional de Previdência Social manteve-se como o maior depositante do sistema, tendo o seu peso no total passado de 16,5 para 16,4 por cento²⁰.

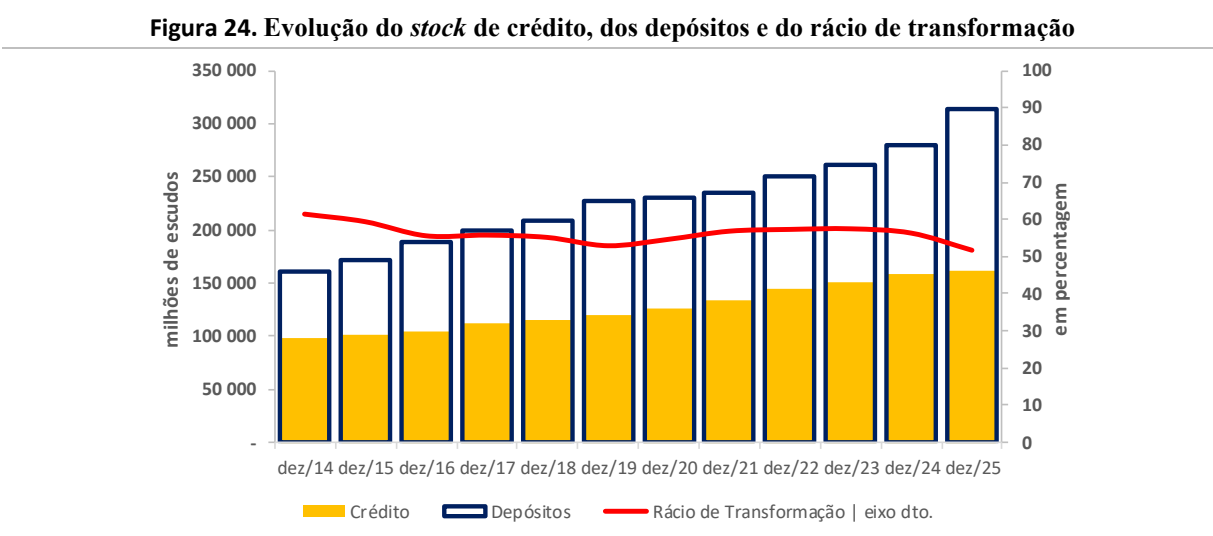
²⁰ O peso do INPS no total dos depósitos referente a 2024 foi revisto face ao valor publicado no Relatório de Estabilidade Financeira anterior.

A evolução observada traduz, assim, um aumento da concentração nos cinco maiores depositantes, associado aos restantes grandes depositantes, mantendo-se relevante a exposição do sistema a grandes depositantes.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O rácio de transformação do sistema bancário diminuiu de 56,4 por cento para 51,7 por cento, refletindo o crescimento dos depósitos significativamente superior ao do crédito. A redução do rácio evidencia uma menor proporção dos depósitos canalizada para o financiamento da carteira de crédito e reforça a posição de liquidez do sistema. O indicador mantém-se, assim, em níveis historicamente baixos, num contexto de elevada disponibilidade de recursos face ao crédito concedido.



Fonte: Banco de Cabo Verde

2.4.1.5 Riscos relacionados com a estrutura do balanço do Sector Bancário

Mantém-se a preferência por ativos de maior liquidez e menor risco.

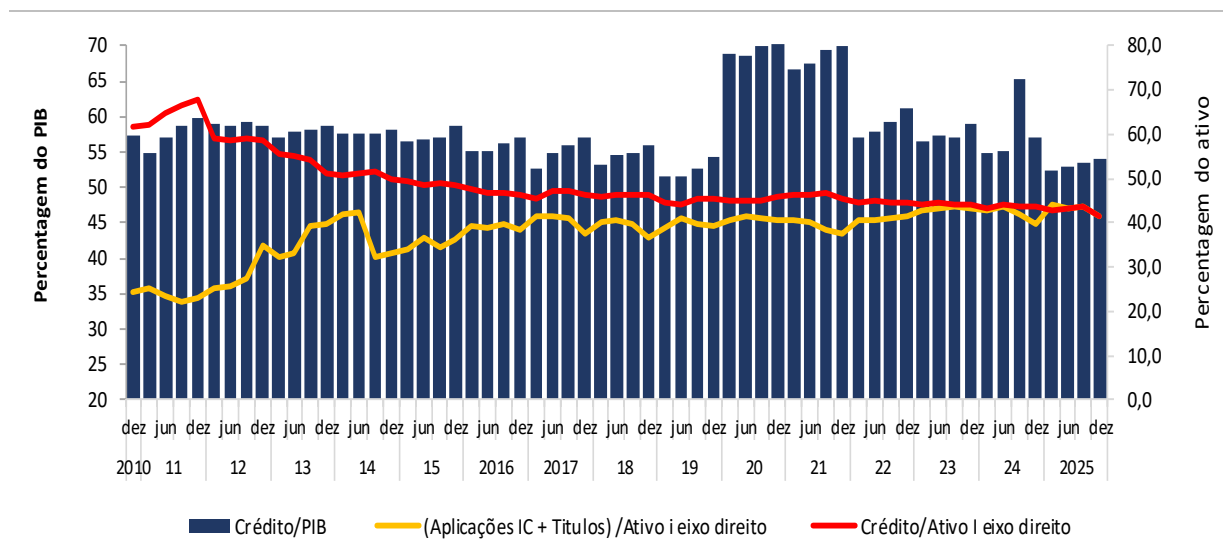
Em 2025, o ativo total do setor bancário aumentou 8,7 por cento, atingindo 392,1 mil milhões de escudos, equivalentes a 131,1 por cento do PIB, acima dos 130,4 por cento registados em 2024.

A composição do ativo continuou a evidenciar um peso significativo dos ativos de maior liquidez e menor risco. Embora a carteira de crédito tenha aumentado 2,5 por cento, o crescimento do ativo foi sobretudo impulsionado pelas aplicações em instituições financeiras, pelos títulos e pela caixa e disponibilidades, que aumentaram 17,8, 11,0 e 15,5 por cento, respetivamente.

Esta evolução acentuou a alteração da composição do ativo observada nos últimos anos. O peso do crédito no ativo total reduziu-se de 43,8 por cento, em 2024, para 41,3 por cento, o valor mais baixo desde 2010. Em sentido contrário, os títulos e as aplicações em instituições financeiras reforçaram a sua importância relativa no balanço, passando a representar, em conjunto, 41,7 por cento do ativo total. Considerando adicionalmente a caixa e disponibilidades, estas componentes representaram 56,5 por cento do ativo, confirmando a crescente relevância destas rubricas na estrutura do balanço.

A evolução da estrutura do ativo foi acompanhada pela redução do rácio crédito/PIB, de 57,1 por cento, em 2024, para 54,1 por cento, em 2025, e do rácio de transformação dos depósitos em crédito, de 56,4 para 51,7 por cento. O crescimento mais moderado da carteira de crédito face às restantes componentes do ativo e, em particular, face aos depósitos evidencia que a expansão do balanço bancário não se traduziu numa expansão proporcional da intermediação através do crédito, reforçando o peso relativo de outras componentes do ativo.

Figura 25. Evolução da estrutura do ativo



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os depósitos mantiveram o seu papel central no financiamento da atividade bancária.

Do lado do passivo, o passivo total aumentou 8,4 por cento, para cerca de 349,5 mil milhões de escudos, mantendo-se uma estrutura de financiamento fortemente assente em depósitos de clientes. As restantes fontes de financiamento continuaram a assumir um peso relativamente reduzido na estrutura do balanço.

O crescimento dos depósitos foi observado na generalidade do sistema bancário, embora com intensidades diferenciadas entre instituições. O aumento mais expressivo registou-se numa instituição não sistémica, enquanto as restantes instituições apresentaram crescimentos mais moderados.

A predominância dos depósitos reduz a dependência de outras fontes de financiamento, mas torna a estabilidade do financiamento particularmente dependente do comportamento e da composição da base de depositantes.

Neste contexto, assume particular relevância a distribuição dos depósitos entre depositantes e instituições. A existência de depositantes de dimensão significativa e de fontes de financiamento comuns a várias instituições constitui um elemento estrutural a considerar na avaliação do risco de liquidez e dos potenciais canais de transmissão de choques no sistema bancário.

O crescimento do capital próprio acompanhou a expansão do balanço.

O capital próprio aumentou 11,6 por cento, fixando-se em 42,5 mil milhões de escudos, a um ritmo superior ao crescimento do ativo total. A evolução refletiu, designadamente, o reforço das reservas, dos resultados transitados e dos resultados do exercício.

O aumento do capital próprio permitiu acompanhar a expansão do balanço e reforçou o peso dos recursos próprios na respetiva estrutura. Esta evolução complementa o perfil predominantemente assente em depósitos do lado do passivo, contribuindo para uma estrutura de financiamento em que os recursos de clientes e os capitais próprios continuam a assumir um peso preponderante.

Mantém-se estruturalmente elevada a concentração nos mercados de crédito e depósitos.

Em 2025, o Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH)²¹ do mercado de crédito aumentou para 2.104 pontos, face a 2.010 pontos em 2024, interrompendo a trajetória de redução observada nos últimos anos. No mercado de depósitos, o índice diminuiu para 2.106 pontos, face a 2.190 pontos no ano anterior. Apesar das evoluções distintas, ambos os indicadores permaneceram em níveis compatíveis com uma elevada concentração do mercado bancário.

Quadro 05. Concentração do sistema bancário em Cabo Verde - Índice de Herfindahl e Hirschman (IHH)

	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
IHH - Crédito	2 194	2 087	2 031	2 010	2 104
R1 (*)	31,1%	30,4%	29,6%	29,0%	29,9%
R2 (**)	58,8%	56,6%	55,2%	54,1%	55,4%
IHH - Depósito	2 321	2 283	2 310	2 190	2 106
R1 (*)	33,9%	32,7%	31,9%	30,4%	29,5%
R2 (**)	63,7%	63,0%	63,2%	60,5%	58,7%

Fonte: Banco de Cabo Verde
Nota: (*) Índice de concentração em relação à maior instituição bancária nacional; (**) Índice de concentração em relação às duas maiores instituições bancárias nacionais.

A concentração assume particular relevância num sistema em que um número reduzido de instituições detém uma parcela significativa dos mercados de crédito e depósitos. A elevada participação das instituições de importância sistémica nestes dois segmentos aumenta a relevância das interligações entre a situação financeira das maiores instituições e o funcionamento do sistema bancário no seu conjunto.

²¹ O Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH) é uma medida frequentemente utilizada para avaliar a concentração da indústria bancária. Este índice varia de 0 a 10.000 pontos e é obtido pela soma das participações proporcionais ao quadrado de todos os bancos no mercado. Considera-se que o sector está moderadamente concentrado se o IHH se situar entre 1000 e 1800 pontos e altamente concentrado se situar acima dos 1800 pontos.

Para além da concentração entre instituições, persistem concentrações relevantes dentro dos respetivos balanços. Do lado do ativo, os créditos de grande risco representam, em média, 14,7 por cento da carteira, observando-se, contudo, uma elevada heterogeneidade entre instituições, com níveis de exposição significativamente superiores à média em algumas delas. Mantém-se igualmente relevante a exposição associada ao mercado imobiliário, considerando o crédito à habitação, à construção e ao financiamento de atividades imobiliárias, que, em conjunto, representam cerca de 40,8 por cento da carteira de crédito.

Estas exposições tornam as instituições mais sensíveis a choques que afetem grandes mutuários, grupos económicos ou setores de atividade específicos. A existência de exposições comuns entre instituições pode, adicionalmente, ampliar a dimensão sistémica desses choques, na medida em que a deterioração da situação financeira de um conjunto restrito de contrapartes ou de um determinado setor pode afetar simultaneamente várias instituições.

Do lado do *funding*, a concentração da base de depositantes constitui igualmente uma dimensão relevante. Os cinco maiores depositantes representam 24,4 por cento dos depósitos do sistema bancário, observando-se, contudo, uma elevada heterogeneidade entre instituições, com níveis de concentração significativamente superiores em algumas delas. Acresce a relevância de um depositante institucional comum a várias instituições bancárias, cujo peso nos depósitos evidencia a existência de uma fonte comum de financiamento com expressão significativa no sistema.

A concentração da base de depositantes pode aumentar a vulnerabilidade das instituições a saídas significativas de recursos, pressionando a sua posição de liquidez e aumentando a necessidade de recurso a fontes alternativas de financiamento, potencialmente mais onerosas ou menos estáveis. A existência de fontes comuns de financiamento pode, adicionalmente, aumentar a vulnerabilidade do sistema a choques de liquidez, caso alterações no comportamento desses depositantes se traduzam em saídas significativas de depósitos em várias instituições. Em situações mais adversas, eventuais dificuldades na substituição dos recursos retirados podem traduzir-se em restrições à capacidade de concessão de crédito, ampliando a transmissão do choque à economia.

A importância sistémica de determinadas instituições justifica uma monitorização reforçada.

Num sistema bancário concentrado, perturbações significativas numa instituição de importância sistémica podem repercutir-se no funcionamento do sistema financeiro através de diferentes canais, incluindo a oferta de crédito, os fluxos de depósitos e a prestação de serviços

financeiros essenciais. Em situações mais severas, a eventual insolvência ou descontinuidade de uma destas instituições poderá ainda gerar efeitos de contágio, comprometer a confiança no sistema financeiro e acarretar custos económicos e sociais significativos, incluindo potenciais implicações de natureza fiscal.

A natureza sistémica destas instituições justifica, por isso, uma monitorização reforçada, articulando três dimensões complementares: a supervisão microprudencial, orientada para a solidez e os riscos individuais das instituições; a análise macroprudencial, centrada nos riscos e vulnerabilidades suscetíveis de afetar o sistema financeiro no seu conjunto; e o planeamento de resolução, destinado a assegurar a preparação para situações de crise e a continuidade das funções críticas.

No plano macroprudencial, a identificação das instituições de importância sistémica e a aplicação de reservas de capital proporcionais à sua importância sistémica visam reforçar a capacidade de absorção de perdas destas instituições e limitar as potenciais repercussões de uma eventual situação de dificuldade sobre o conjunto do sistema bancário.

2.4.1.6 Evolução do índice de estabilidade financeira

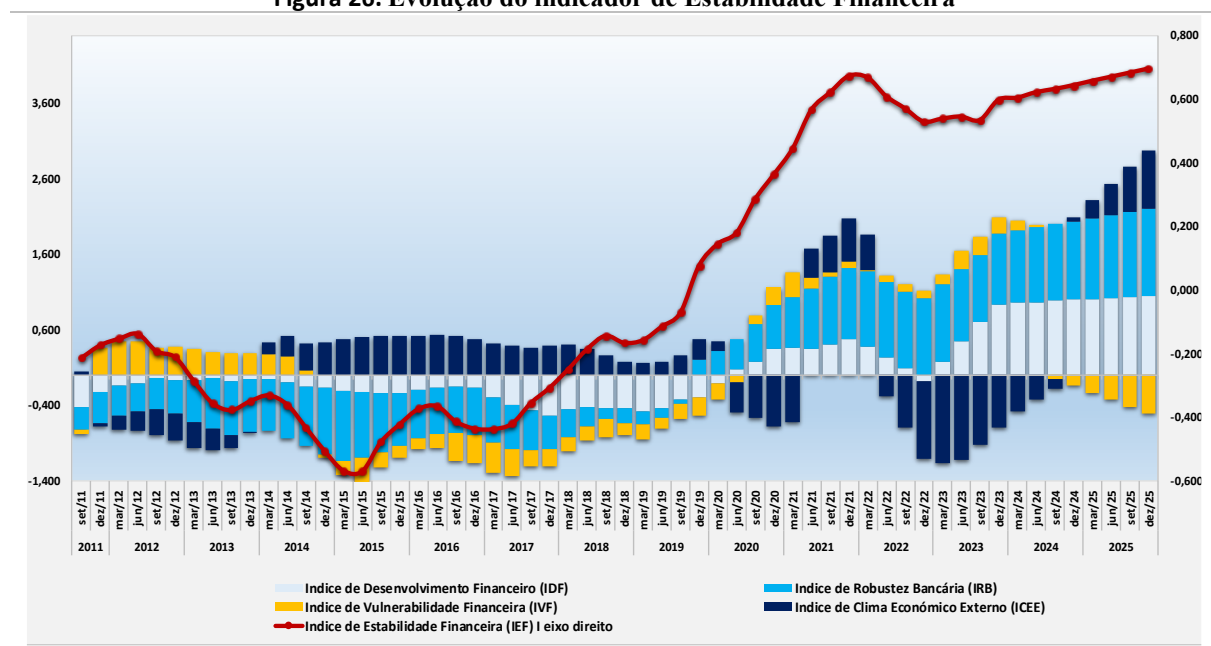
Aumento do índice, impulsionado essencialmente pelo fortalecimento do setor bancário.

Em 2025, o índice global de estabilidade manteve a trajetória ascendente, atingindo 6.965 pontos, o valor mais elevado desde 2010. Esta evolução refletiu, sobretudo, o fortalecimento da solidez do setor bancário e, em menor escala, a redução das vulnerabilidades financeiras, que mais do que compensaram o ligeiro agravamento do clima económico externo.

O contributo positivo do setor bancário esteve associado ao reforço dos fundos próprios das instituições, à evolução favorável dos resultados e da rentabilidade e à manutenção de níveis elevados de liquidez. A redução das vulnerabilidades financeiras refletiu, por sua vez, o crescimento da atividade económica, a melhoria das contas públicas e externas, bem como o aumento dos ativos líquidos e das reservas externas.

No curto e médio prazo, contudo, a evolução do indicador permanece sujeita a riscos descendentes. No plano externo, persistem riscos associados às tensões geopolíticas e à evolução da inflação e da atividade económica nos principais parceiros do país. Internamente, um eventual abrandamento da atividade económica, o recrudescimento das pressões inflacionistas ou uma deterioração das contas públicas e externas poderão aumentar as vulnerabilidades financeiras. Adicionalmente, uma evolução menos favorável da solidez, rentabilidade ou liquidez do setor bancário poderá reduzir o seu contributo positivo para o índice.

Figura 26. Evolução do indicador de Estabilidade Financeira



Fonte: Banco de Cabo Verde

2.4.1.7 Avaliação da resiliência do Sector Bancário

Os testes de stress apontam para um reforço da resiliência do setor bancário.

Os resultados dos testes de *stress* apontam para uma maior capacidade do setor bancário para absorver choques adversos de crédito e de liquidez, em 2025, face ao ano anterior. O reforço da base de capital contribuiu para reduzir o impacto dos choques sobre os níveis de solvabilidade, enquanto, no domínio da liquidez, diminuiu o número de instituições que evidenciariam dificuldades perante um cenário de saídas acentuadas de depósitos. Persistem, contudo, vulnerabilidades associadas à concentração das exposições de crédito e à capacidade de algumas instituições para resistir a choques de maior severidade.

Os testes de *stress* avaliam a capacidade das instituições bancárias para absorver perdas decorrentes da materialização de choques hipotéticos de crédito e de liquidez. No risco de crédito, são considerados três cenários de severidade crescente, designadamente o cenário base, o adverso e o severo. Nos choques setoriais, a severidade dos cenários é determinada com base no comportamento histórico do incumprimento em cada setor, considerando-se, respetivamente, os níveis médios observados, um agravamento desses níveis e os máximos históricos. Os mesmos cenários são aplicados ao risco de concentração, considerando a falência sucessiva dos principais devedores de cada instituição²². No risco de liquidez, considera-se um cenário de corrida aos depósitos durante cinco dias consecutivos.

Quadro 06. Pressupostos dos Testes de Stress

Cenários do choque de crédito			
Níveis de incumprimento			
Crédito setorial (simples e agregado)	Cenário-base	Adverso	Cenário severo
	Médios sectoriais (2013-2025)	Médios sectoriais (2013-2025) +1σ	Máximos (2013-2025)
Construção	14,1%	18,5%	36,5%
Comércio	19,8%	27,8%	33,0%
Turismo	11,9%	19,6%	25,7%
Apoio a negócios	15,5%	22,1%	25,3%
Habituação	7,7%	9,3%	10,2%
Consumo	10,8%	13,3%	15,6%
Choque à concentração	Falência do maior devedor	Falência dos dois maiores devedores	Falência dos três maiores devedores
* níveis de incumprimento médio, excluem o ano de 2020. Rácio de cobertura do NPL de 67,96% - valor médio do sistema bancário nos últimos 5 anos.			
Cenários do choque de liquidez (deposit run)			
Indisponibilidade de acesso às disponibilidades mínimas de caixa e de transformação dos títulos em liquidez			
Duração: Corrida aos depósitos (deposit run) durante 5 dias consecutivos			
Saques diários dos depósitos à ordem: ritmo diário de 3, 5, 7, 10 e 15 por cento			
Incremento diário dos levantamentos dos depósitos a prazo: 1, 3, 5, 7 e 10 por cento			
Redução diária da disponibilidade de ativos líquidos: 35, 25, 20, 15 e 10 por cento, respetivamente			
Capacidade de transformação diária de ativos não líquidos em cash: à razão diária de um por cento			

Fonte: Banco de Cabo Verde

²² Nos choques de crédito, assume-se um nível de provisionamento de perdas de 67,9 por cento, correspondente à média do sistema bancário dos últimos cinco anos, e o impacto direto das perdas sobre o capital.

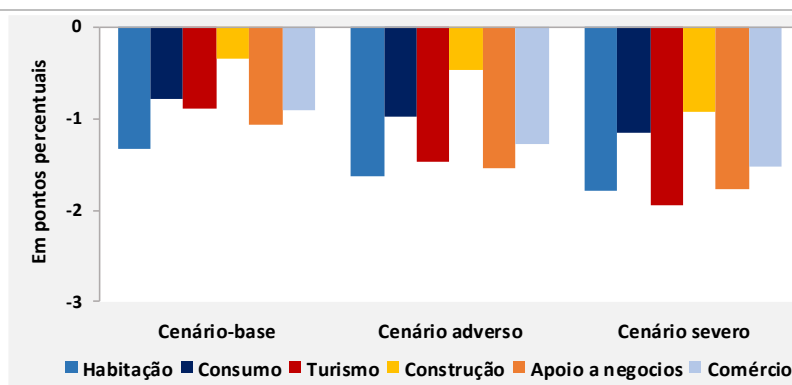
Análise dos Resultados

Choques de crédito

A capacidade de absorção de choques de crédito reforçou-se face ao ano anterior.

Considerados isoladamente, os choques setoriais produzem impactos mais significativos sobre o capital nos cenários adverso e severo. A habitação apresenta o maior impacto nos cenários base e adverso, enquanto, no cenário severo, o turismo se destaca como o setor com maior impacto sobre o capital. O apoio a negócios, serviços sociais e pessoais apresenta igualmente impactos relevantes nos cenários de maior severidade. Não obstante, os resultados evidenciam, de um modo geral, uma maior capacidade do setor bancário para absorver estes choques em 2025, comparativamente a 2024.

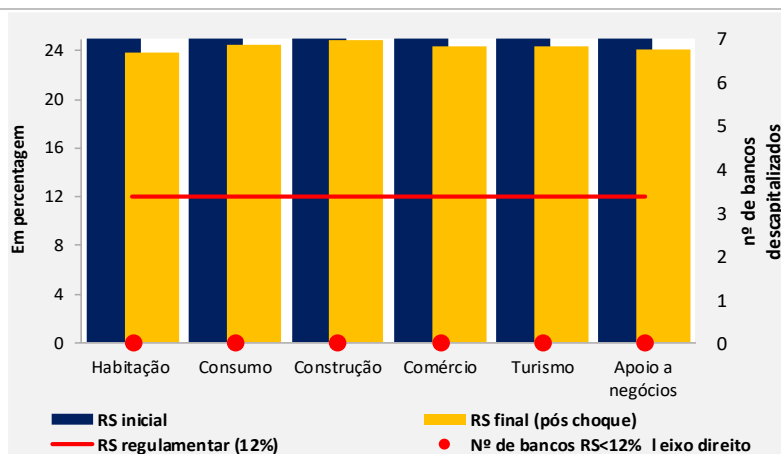
Figura 27. Magnitude dos choques e impacto sobre o capital



Fonte: Banco de Cabo Verde

O impacto dos choques sobre as instituições bancárias varia em função da dimensão e da natureza das exposições, bem como da severidade do cenário considerado. No cenário base, os choques considerados isoladamente não produziram uma redução significativa da solvabilidade do sector, em linha com os resultados observados no ano anterior. Todas as instituições manteriam rácios de solvabilidade acima dos respetivos requisitos regulamentares, preservando margens confortáveis de capital.

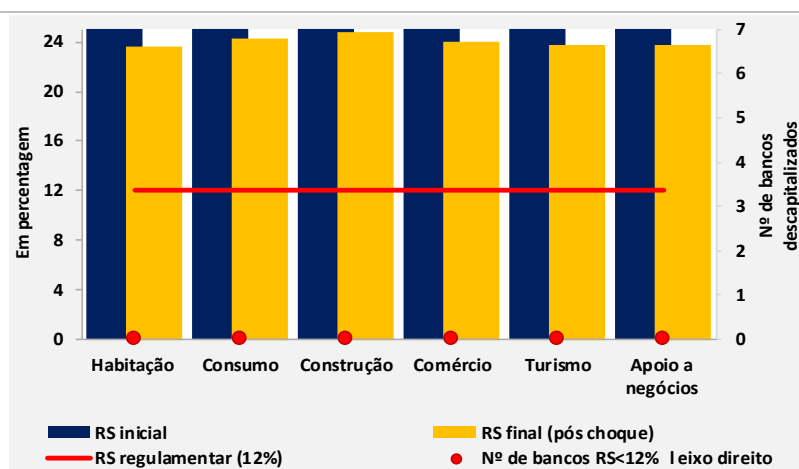
Figura 28. Impacto dos choques no cenário-base



Fonte: Banco de Cabo Verde

No cenário adverso, os impactos sobre o capital seriam mais expressivos, embora sem comprometer a solvabilidade das instituições. Todas permaneceriam acima dos respetivos requisitos regulamentares, ainda que com uma redução das margens de capital face ao cenário base.

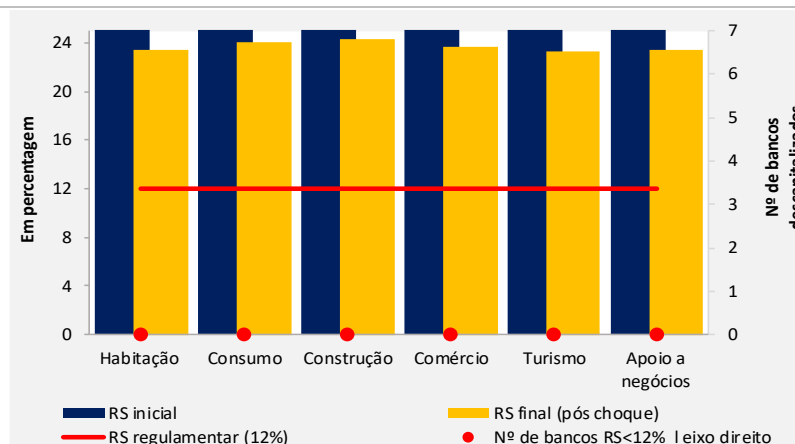
Figura 29. Impacto dos choques no cenário adverso



Fonte: Banco de Cabo Verde

No cenário severo, a maior intensidade dos choques traduzir-se-ia numa redução mais acentuada dos níveis de capital. Ainda assim, quando considerados isoladamente, os choques não colocariam em causa o cumprimento dos requisitos regulamentares de solvabilidade pelas instituições.

Figura 30. Impacto dos choques no cenário severo



Fonte: Banco de Cabo Verde

No conjunto, os resultados dos choques isolados evidenciam uma elevada capacidade de absorção de perdas pelo setor bancário. As instituições de importância sistémica manteriam igualmente rácios de capital superiores aos requisitos aplicáveis, incluindo as reservas adicionais associadas à sua importância sistémica. Face a 2024, observa-se uma melhoria da capacidade de resiliência das instituições, favorecida, sobretudo, pelo reforço da respetiva base de capital.

A materialização simultânea dos choques setoriais teria impactos mais expressivos sobre a solvabilidade.

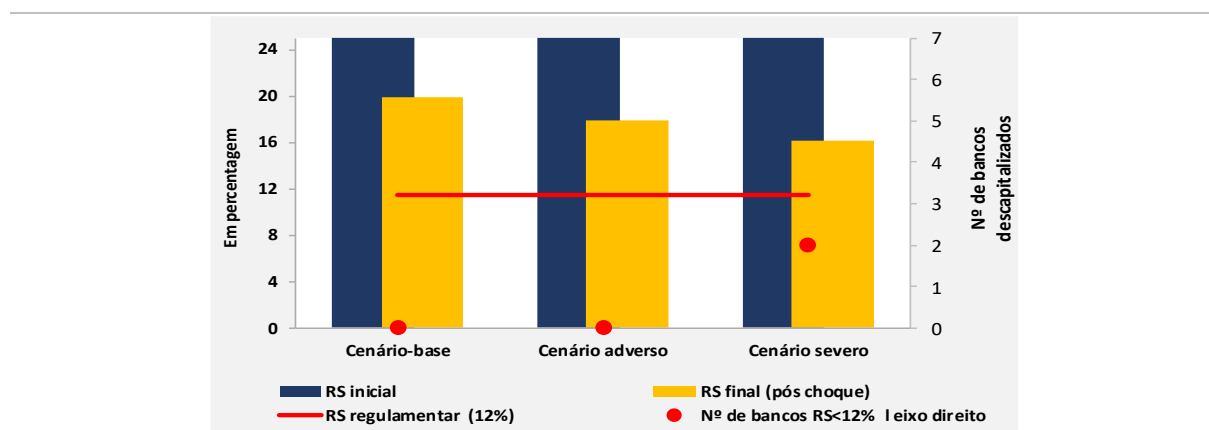
Quando se considera a ocorrência simultânea dos choques setoriais, o impacto sobre a solvabilidade torna-se substancialmente mais significativo, aumentando progressivamente com a severidade dos cenários. Ainda assim, face a 2024, os resultados apontam para uma maior capacidade de absorção de perdas, traduzida em menores impactos sobre o capital e, no cenário mais severo, num menor número de instituições com necessidades de recapitalização.

No cenário base, o rácio de solvabilidade do setor reduzir-se-ia em 4,4 pontos percentuais, para 20,8 por cento, permanecendo significativamente acima do mínimo regulamentar. Apesar da redução do capital, nenhuma instituição apresentaria um rácio de solvabilidade inferior ao requisito aplicável.

No cenário adverso, a redução seria de 6,1 pontos percentuais, situando o rácio de solvabilidade do setor em 19,1 por cento. Todas as instituições continuariam a cumprir respetivos requisitos de capital, incluindo os requisitos adicionais aplicáveis às instituições de importância sistémica.

No cenário severo, o impacto seria mais acentuado, com uma redução de 7,6 pontos percentuais e a descida do rácio de solvabilidade do setor para 17,7 por cento. Neste cenário, duas instituições de importância sistémica apresentariam rácios de capital inferiores aos respetivos requisitos regulamentares, implicando necessidades de recapitalização, face a três instituições em 2024.

Figura 31. Impacto do choque sectorial agregado



O setor bancário permanece exposto ao risco de concentração.

A concentração das exposições em grandes devedores constitui uma vulnerabilidade relevante do setor bancário, particularmente quando esses devedores se encontram associados aos mesmos setores de atividade. A conjugação da concentração por devedor e por setor pode amplificar o impacto de situações de incumprimento sobre o capital das instituições.

Os resultados dos testes mostram, contudo, uma melhoria da capacidade de absorção deste tipo de choque face a 2024. Nos cenários base e adverso, todas as instituições manteriam rácios de capital acima dos respetivos requisitos regulamentares. Apenas no cenário severo, correspondente à falência dos três maiores devedores de cada instituição, duas instituições apresentariam rácios inferiores aos requisitos aplicáveis, sendo uma delas de importância sistémica²³.

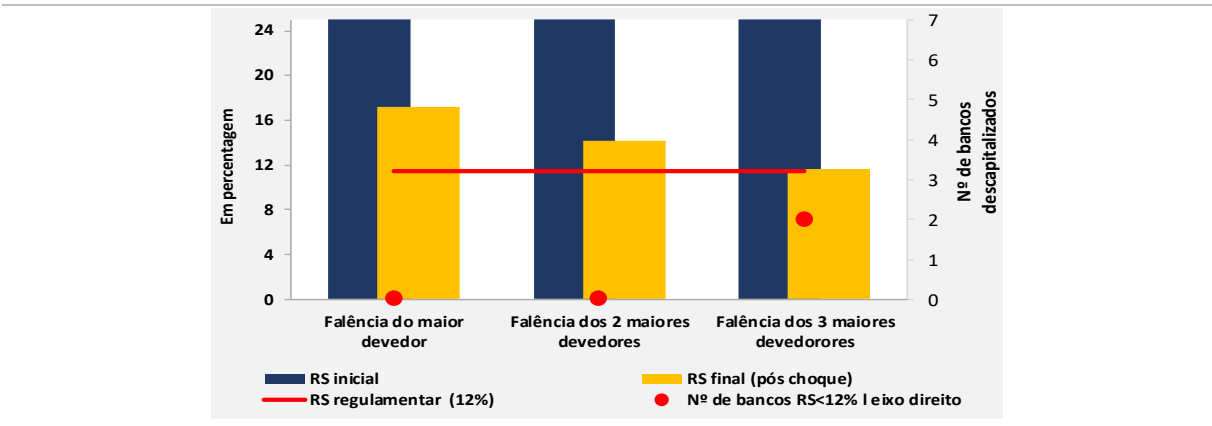
Esta situação contrasta com os resultados de 2024, quando já no cenário de falência do maior devedor uma instituição apresentaria um rácio de solvabilidade inferior ao mínimo

²³ Esta instituição, embora se mantenha solvente, isto é, com um rácio de capital superior ao limite regulamentar de 12%, teria um rácio de capital ligeiramente inferior ao nível exigível, de acordo com a sua importância sistémica.

regulamentar, aumentando o número de instituições nessa situação à medida que se intensificava o choque.

Os resultados evidenciam, assim, uma maior capacidade de absorção de perdas associadas à concentração das exposições, embora o cenário severo revele a persistência de vulnerabilidades a este risco.

Figura 32. Risco de concentração – falência dos principais devedores



Fonte: Banco de Cabo Verde

Choque de liquidez

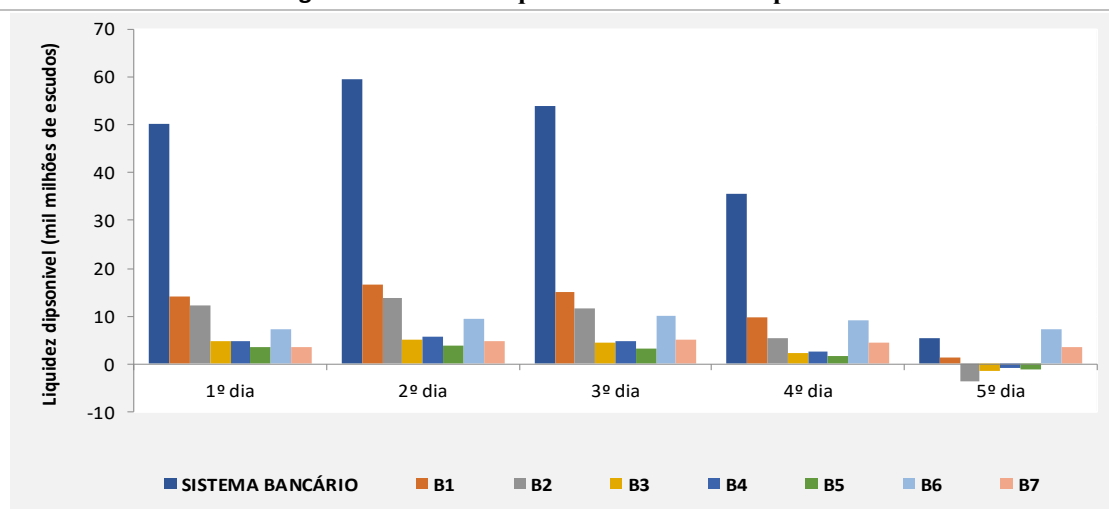
O setor bancário reforçou a resiliência a choques de liquidez, embora persistam vulnerabilidades.

Num cenário de elevado *stress*²⁴, algumas instituições continuariam a evidenciar vulnerabilidades a choques de liquidez. Perante uma corrida aos depósitos durante cinco dias consecutivos, três instituições, uma das quais de importância sistémica, enfrentariam dificuldades para satisfazer as suas necessidades de liquidez ao longo do horizonte do teste, apesar da sua posição inicial confortável.

Os resultados evidenciam, contudo, uma melhoria face a 2024, quando mais de metade das instituições, incluindo instituições de importância sistémica, enfrentariam dificuldades perante o mesmo choque. A redução do número de instituições vulneráveis traduz uma maior capacidade do setor bancário para resistir a saídas acentuadas de depósitos, embora persistam vulnerabilidades em algumas instituições.

²⁴ Neste cenário considera-se vedado o acesso das instituições bancárias aos depósitos mantidos no Banco Central no regime de disponibilidades mínimas de caixa.

Figura 33. Risco de liquidez e corrida aos depósitos



Fonte: Banco de Cabo Verde

Maior resiliência do setor bancário, embora persistam vulnerabilidades.

Os resultados dos testes de *stress* de 2025 evidenciam, globalmente, uma maior resiliência do setor bancário a choques de crédito e de liquidez face ao ano anterior, favorecida, em particular, pelo reforço da base de capital e da posição de liquidez das instituições. Nos choques de crédito considerados isoladamente, as instituições mantêm níveis de capital superiores aos respetivos requisitos regulamentares, enquanto a materialização simultânea de choques setoriais produz impactos mais expressivos, sobretudo nos cenários de maior severidade.

Persistem, contudo, vulnerabilidades associadas à concentração das exposições nos principais devedores e à liquidez de algumas instituições. No cenário mais severo de concentração, duas instituições apresentariam rácios de capital inferiores aos requisitos aplicáveis. No domínio da liquidez, três instituições evidenciariam dificuldades para fazer face às saídas de depósitos ao longo do horizonte do teste, embora em menor número do que em 2024.

Face aos resultados, mantém-se relevante o reforço das práticas de gestão e controlo do risco de crédito, em particular dos riscos associados à concentração das exposições, bem como a manutenção de níveis adequados de capital e de reservas de liquidez. A persistência de vulnerabilidades em algumas instituições justifica, igualmente, a continuidade da sua monitorização, em particular perante cenários de maior severidade.

2.4.2Riscos relacionados com o Sector Segurador

O sector segurador desempenha um papel relevante na proteção da vida e do património, bem como na canalização de recursos para a economia através da sua atividade de investimento. Do ponto de vista da estabilidade financeira, os riscos associados ao sector decorrem sobretudo das suas interconexões com o sector bancário, das responsabilidades assumidas e da exposição a riscos emergentes, designadamente os associados às alterações climáticas, aos ataques cibernéticos e às tensões geopolíticas, reforçando a importância da sua monitorização pelas autoridades de supervisão.

Em 2025, apesar da desaceleração da atividade económica nacional, o setor segurador registou uma aceleração da atividade. Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite aumentaram 11,7 por cento (9,1 por cento em termos reais), significativamente acima dos 4,9 por cento (3,9 por cento em termos reais) de 2024, e da média de 2019-2024 (8,6 por cento).

O crescimento foi transversal aos ramos Vida e Não Vida, embora mais expressivo no primeiro. Os prémios de seguros dos ramos Vida aumentaram 29,7 por cento em 2025, face ao ano 2024 e os prémios de seguros dos ramos Não Vida aumentaram 8,3 por cento, enquanto a taxa de penetração total dos seguros na economia aumentou para 1,55 por cento (1,50 por cento em 2024).

A densidade do seguro também aumentou, com o prémio de seguro direto per capita a atingir os 99,1 USD (+8,85 USD face a 2024). Não obstante esta evolução, a taxa de penetração dos seguros permanece reduzida em comparação com os níveis observados no continente africano, evidenciando margem para o desenvolvimento da atividade seguradora nacional.

Quadro 07. Taxa de penetração e densidade do seguro		
	2024	2025
Taxa de Penetração do Seguro na Economia ⁽¹⁾	1,50%	1,55%
Prémios de Seguro Directo per capita em USD ⁽²⁾	90,2	99,1

Fonte: Banco de Cabo Verde. [Nota: ⁽¹⁾ Cálculos efetuados com base nas estimativas do PIB do INE; ⁽²⁾ Cálculos efetuados com base nas previsões de crescimento da população do INE.

O mercado segurador passou a integrar, em 2025, uma terceira seguradora, mantendo-se, contudo, altamente concentrado. A reduzida penetração dos seguros e o desenvolvimento ainda limitado de alguns segmentos, designadamente dos ramos Vida e Saúde, apontam para a existência de potencial de crescimento da atividade.

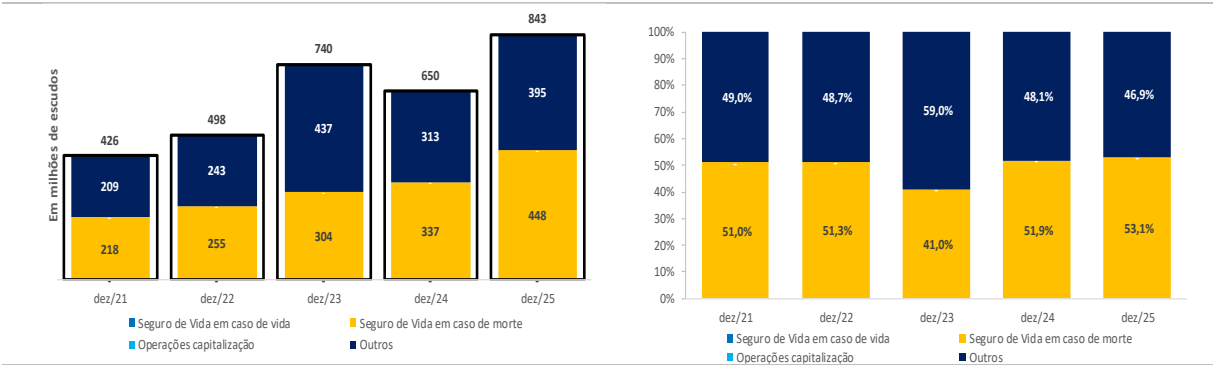
O sector segurador mantém uma reduzida dimensão relativa no sistema financeiro nacional, representando 3,6 por cento dos ativos do sistema financeiro, face a 96,4 por cento do sector bancário. A sua reduzida dimensão limita o seu potencial de geração direta de riscos sistémicos. Persistem, contudo, canais relevantes de interligação com o setor bancário, através, nomeadamente, de participações financeiras, responsabilidades de crédito e depósitos junto das instituições bancárias, justificando a monitorização destas exposições e dos potenciais canais de contágio.

Forte recuperação da produção do ramo Vida em 2025.

Em 2025, o ramo Vida retomou a sua trajetória de crescimento, com a produção de seguro direto a aumentar 29,7 por cento, após contração de 12,2 por cento registada em 2024. A evolução foi transversal aos principais segmentos, com o ramo Vida Risco a crescer 32,9 por cento (11,4 por cento em 2024) e o ramo Vida Financeiro 26,3 por cento (- 28,4 por cento em 2024), passando estes dois ramos cumulativamente a representar 18,1²⁵ por cento da produção de todo o setor em 2025, face a 6,7 por cento em 2015.

Numa perspetiva de médio prazo, o ramo Vida mantém uma trajetória globalmente crescente, com uma taxa média de crescimento de 23,2 por cento nos últimos cinco anos, apesar da contração registada em 2024. Esta evolução tem sido acompanhada pelo desenvolvimento dos produtos de poupança, designadamente dos Planos Poupança Reforma (PPR), e por uma maior dinamização da distribuição de seguros através do *bancassurance*.

Figura 34. Evolução da produção de seguro direto do ramo Vida e peso do Vida Risco e Vida Financeiro

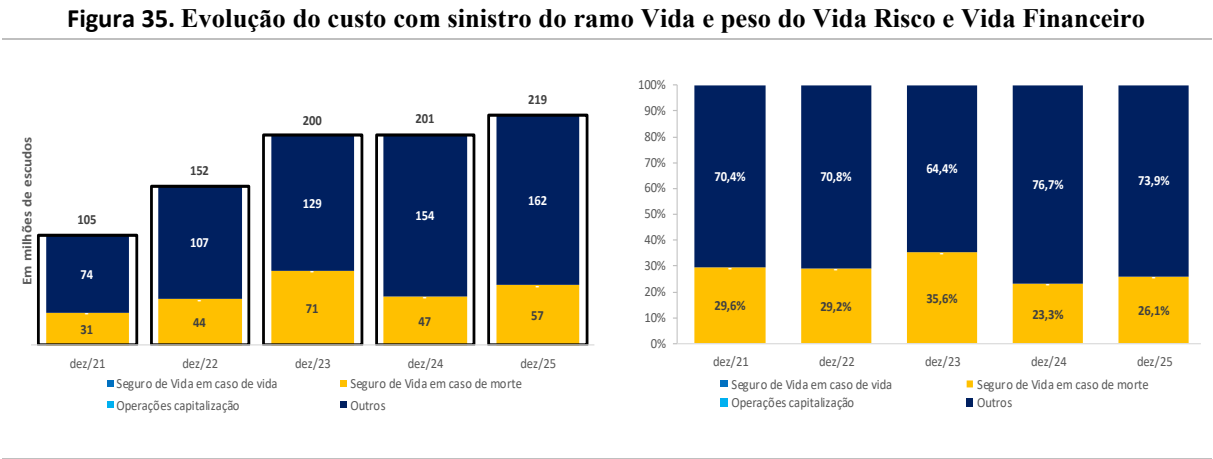


Fonte: Banco de Cabo Verde

Os custos com sinistros do ramo Vida aumentaram 9,1 por cento, após o crescimento residual de 0,5 por cento em 2024.

²⁵ A média africana, em 2024 era de 66,9 por cento. Se excluída a África do Sul, a média cairia para 40,8 por cento. Fonte: https://african-insurances.org/ova_doc/2025-aio-annual-report/

A estrutura de custos com sinistros manteve-se predominantemente concentrada no Vida Financeiro, que representou 73,9 por cento do total, embora abaixo dos 76,7 por cento registados em 2024, refletindo, ainda que em níveis inferiores aos observados em anos anteriores, o aumento global dos resgates, e o menor peso do Vida Risco (26,1 por cento).



Fonte: Banco de Cabo Verde

O resseguro reduz significativamente a exposição ao risco das seguradoras nacionais.

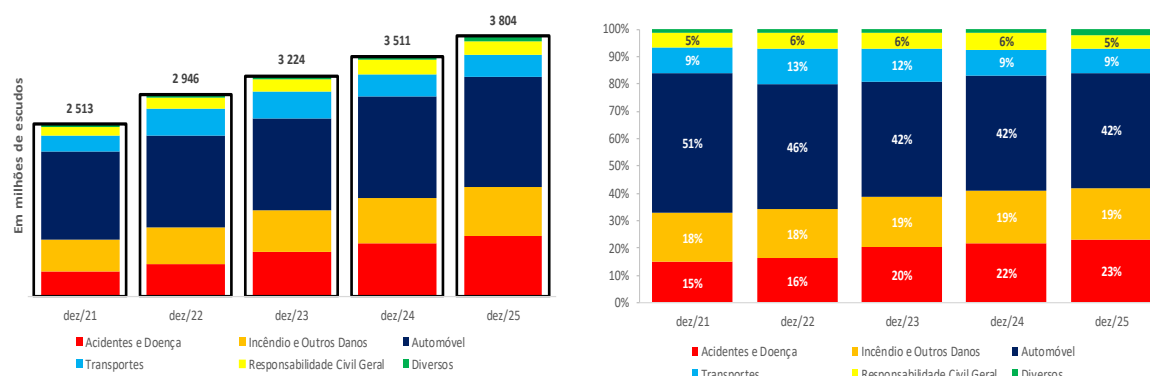
O capital em risco no ramo Vida atingiu em 2025 os 61.003 milhões de escudos, o equivalente a 4,2 vezes o valor do ativo do sector e a 20,7 por cento do PIB. A transferência de parte deste risco para resseguradoras internacionais permitiu reduzir em cerca de 44 por cento a exposição das seguradoras nacionais, situando o capital em risco retido em 2,4 vezes o valor do ativo do sector. O recurso ao resseguro constitui, assim, um importante mecanismo de mitigação do risco assumido pelas seguradoras.

Crescimento da produção do ramo Não Vida, transversal à generalidade dos segmentos.

O ramo Não Vida, que representou 81,9 por cento da carteira total de prémios, registou um crescimento de 8,3 por cento em 2025, com expansão na generalidade dos segmentos. A evolução foi impulsionada sobretudo pelo Seguro Automóvel, com uma contribuição de 3,7 pontos percentuais para o crescimento, mantendo o maior peso na estrutura de prémios, e pelo Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (SOATDP), com uma contribuição de 3,2 pontos percentuais.

O ramo Responsabilidade Civil Geral constituiu a exceção, registando uma redução dos prémios de 6,5 por cento (-14,1 milhões de escudos face a 2024).

Figura 36. Evolução da produção de seguro direto dos ramos Não Vida



Fonte: Banco de Cabo Verde

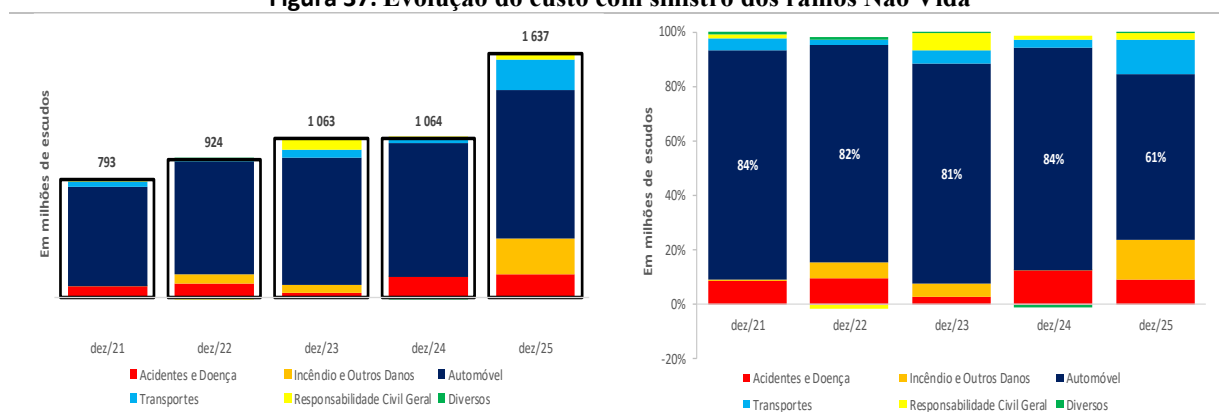
Forte aumento dos custos com sinistros dos ramos Não Vida, impulsionado por eventos de elevada severidade.

Os custos com os sinistros do ramo Não Vida aumentaram 53,7 por cento em 2025, o equivalente a 573,1 milhões de escudos, registando o crescimento mais elevado dos últimos dez anos. Esta evolução foi impulsionada sobretudo pelos ramos Incêndio e Outros Danos e Transportes, que, em conjunto, responderam por cerca de 72 por cento do acréscimo registado. O aumento refletiu, em particular, sinistros de elevada severidade associados à tempestade Erin, ao naufrágio do navio Padre Benjamin e ao acidente com a aeronave das Forças Armadas.

Os custos com sinistros do ramo automóvel e de Responsabilidade Civil Geral aumentaram, respetivamente, 102,5 e 24,5 milhões de escudos face a 2024. No SOATDP, após o aumento excecional de 377 por cento registado no ano anterior, os custos com sinistros cresceram 12,1 por cento em 2025.

Na estrutura de custos com sinistros, o ramo Automóvel manteve o maior peso, representando 60,8 por cento do total, seguido pelo ramo Incêndio e Outros Danos (14,6 por cento), Acidentes e Doença (9,3 por cento), Responsabilidade Civil Geral (2,4 por cento) e Diversos (0,3 por cento).

Figura 37. Evolução do custo com sinistro dos ramos Não Vida



Fonte: Banco de Cabo Verde

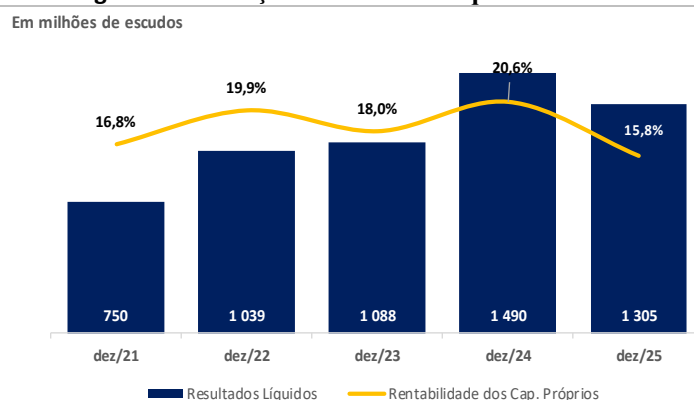
Redução da rentabilidade do setor segurador, mantendo-se relevante o contributo da carteira de investimentos.

Os resultados líquidos do setor atingiram 1.305 milhões de escudos em 2025, diminuindo 12,4 por cento (-184,7 milhões de escudos) face ao ano anterior. Esta evolução ocorreu num contexto de crescimento dos prémios adquiridos líquidos de resseguro (12,6 por cento), acompanhado pelo reforço de provisões matemáticas (37,8 por cento) e pelo aumento dos custos de exploração (16,8 por cento).

A carteira de investimentos manteve um contributo relevante para os resultados das empresas seguradoras. Em particular, cerca de 33,7 por cento dos resultados do setor foram provenientes de uma participação detida numa instituição de crédito, evidenciando a relevância das interligações entre os setores segurador e bancário.

A redução dos resultados líquidos, conjugada com o reforço de 14,3 por cento dos capitais próprios (+1.035,1 milhões de escudos), determinou uma diminuição da rentabilidade dos capitais próprios (ROE), de 20,6 por cento em 2024 para 15,8 por cento em 2025.

Figura 38. Evolução do resultado líquido e o ROE

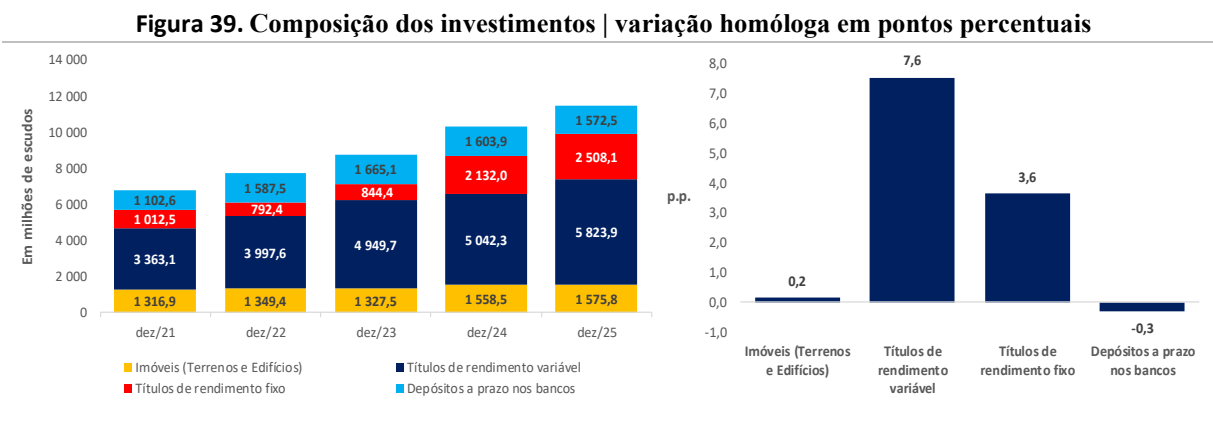


Fonte: Banco de Cabo Verde

Mantém-se elevada a exposição da carteira de investimentos ao setor bancário.

A gestão dos investimentos assume particular relevância na atividade seguradora, devendo a seleção dos ativos observar princípios de segurança, liquidez e rendibilidade, tendo em conta a natureza e a duração das responsabilidades assumidas.

No final de 2025, a carteira de investimentos atingiu 11.480,4 milhões de escudos, aumentando 11,1 por cento face a 2024 e representando 78,6 por cento do total dos ativos do setor. Esta evolução mantém-se em linha com a trajetória de crescimento observada nos últimos anos, correspondente a uma taxa média anual de 13 por cento entre 2019 e 2025.



Fonte: Banco de Cabo Verde

A carteira de investimentos manteve-se predominantemente constituída por títulos de rendimento variável, que representaram 50,7 por cento do total em 2025. Destes, 97,2 por cento correspondiam a ações de instituições de crédito, cujo valor aumentou 773,1 milhões de escudos face a 2024. Esta concentração reforça a interligação entre os setores segurador e bancário e constitui um potencial canal de transmissão de choques entre os dois segmentos do sistema financeiro.

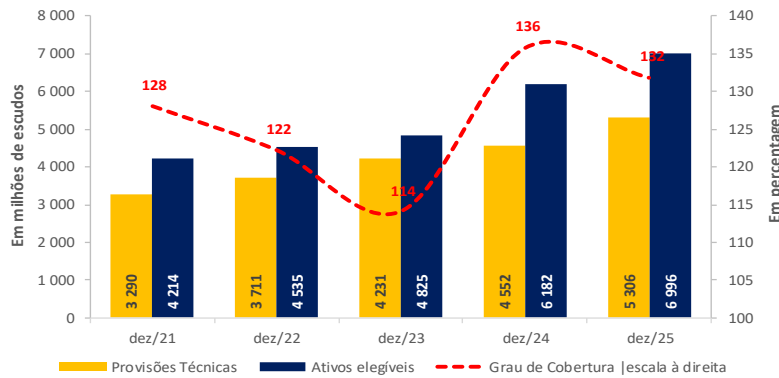
Os títulos de rendimento fixo representaram 21,8 por cento da carteira de investimentos, aumentando 1,2 pontos percentuais face ao ano anterior, o equivalente a 376,1 milhões de escudos.

Os investimentos em imóveis aumentaram 17,3 milhões de escudos, enquanto os depósitos a prazo diminuíram 31,3 milhões de escudos, passando ambas as categorias a representar 13,7 por cento da carteira de investimentos.

Os investimentos elegíveis mantêm-se acima das provisões técnicas, apesar da redução do grau de cobertura.

Em finais de 2025, os investimentos elegíveis superavam as provisões técnicas em 1.690 milhões de escudos, correspondendo a um grau de cobertura de 132 por cento, inferior em 4 pontos percentuais face ao registado em 2024. Apesar da redução observada, o nível de cobertura manteve-se acima do mínimo exigido proporcionando uma margem adicional face às responsabilidades assumidas com os segurados.

Figura 40. Grau de Cobertura das provisões técnicas



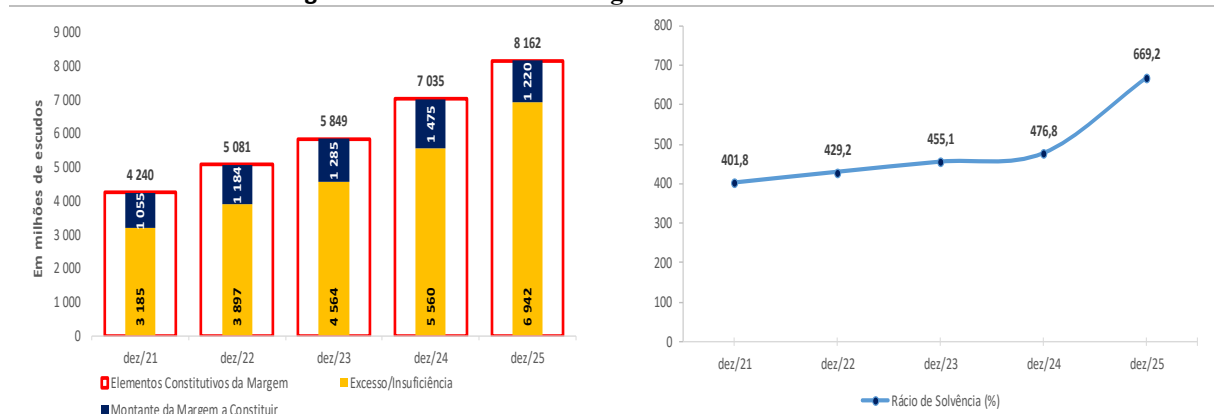
Fonte: Banco de Cabo Verde

Para além dos investimentos afetos à cobertura das provisões técnicas, as empresas seguradoras detinham 697 milhões de escudos em investimentos livres, bem como outras garantias financeiras, designadamente o fundo de garantia e a margem de solvência, que reforçam a sua capacidade de absorção de perdas em caso de materialização de eventos severos. O grau de liquidez dos ativos manteve-se igualmente em níveis adequados, contribuindo para limitar o risco de liquidez.

Reforço significativo da posição de solvência das seguradoras em 2025.

Os elementos constitutivos da margem de solvência totalizaram 8.161,8 milhões de escudos em 2025, face a um montante mínimo exigido de 1.219,7 milhões de escudos. O rácio de solvência atingiu, assim, 669,2 por cento, aumentando 192,3 pontos percentuais face a 2024 e situando-se em 6,7 vezes o requisito mínimo legal. Esta evolução evidencia o reforço da capacidade do setor para absorver perdas e fazer face a eventos adversos.

Figura 41. Montantes da margem e Rácio de Solvabilidade



Fonte: Banco de Cabo Verde

Riscos para a estabilidade financeira permanecem contidos, apesar das fortes interligações com o sector bancário.

Os riscos à estabilidade financeira associados ao sector segurador permanecem contidos em 2025, num contexto de níveis elevados de cobertura das provisões técnicas e de solvência. Persistem, contudo, vulnerabilidades associadas sobretudo às fortes interligações com o sector bancário.

A elevada concentração da carteira de investimentos em ações de instituições de crédito, a par das participações cruzadas entre bancos e seguradoras, reforça as interligações entre os dois setores e constitui um potencial canal de transmissão e amplificação de choques.

Estes riscos são, contudo, mitigados pela reduzida dimensão relativa do sector segurador no sistema financeiro, pelos níveis de cobertura das provisões técnicas e de solvência e pelo recurso a mecanismos de resseguro, que contribuem para reforçar a capacidade de absorção de perdas e limitar a propagação de choques ao sistema financeiro.

Caixa 1: Penetração de seguros em África: limitações e oportunidades

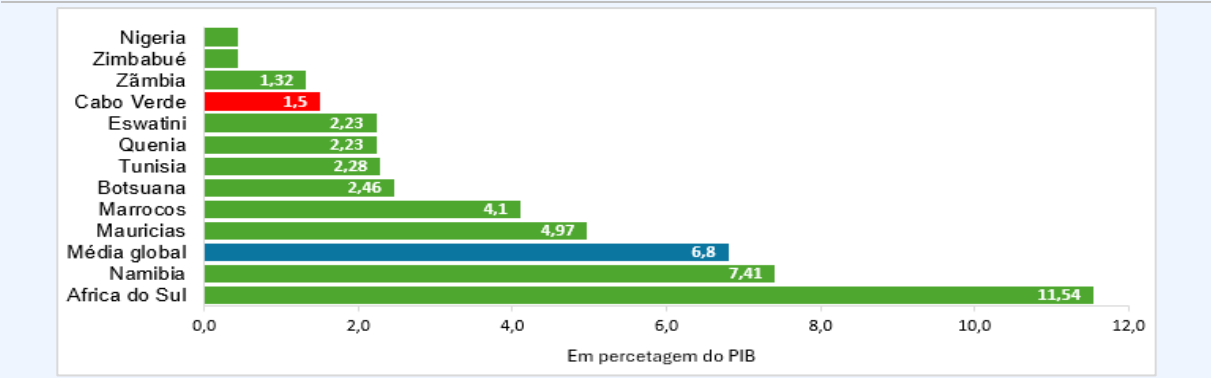
Taxa de penetração dos seguros na economia – indicador da importância da atividade seguradora

A taxa de penetração dos seguros na economia constitui um dos principais indicadores da atividade seguradora, medindo o peso relativo do setor na economia através da relação entre o volume de prémios de seguros e o Produto Interno Bruto (PIB). Em termos gerais, uma taxa de penetração mais elevada traduz uma maior expressão da atividade seguradora relativamente à dimensão da economia.

A penetração dos seguros permanece reduzida em África comparativamente à média mundial, refletindo o peso ainda limitado da atividade seguradora na generalidade das economias do continente. Em 2024, a taxa de penetração não ultrapassou os 3 por cento na maioria dos países africanos, face a uma média global de 6,8 por cento. A África do Sul e a Namíbia constituem exceções, com taxas de penetração de 11,5 e 7,5 por cento, respetivamente, segundo o relatório anual de 2025 da Organização Africana de Seguros (AIO). Em Cabo Verde, a taxa de penetração dos seguros fixou-se em 1,55 por cento do PIB em 2025, mantendo-se em níveis reduzidos e próximos dos observados na generalidade dos países africanos.

A reduzida penetração dos seguros pode traduzir uma menor capacidade de transferência e mutualização dos riscos na economia, deixando famílias e empresas mais expostas às consequências financeiras da materialização de eventos adversos. Neste contexto, uma menor cobertura seguradora pode implicar que uma maior parcela das perdas seja suportada diretamente pelas famílias e empresas e, em determinadas circunstâncias, pelo Estado.

Figura 42. Taxa de penetração dos seguros na economia (África)



Fonte: Relatório Anual da Organização Africana de Seguros, 2025 e Banco de Cabo Verde

Fatores condicionantes da penetração dos seguros em África

A reduzida penetração dos seguros em grande parte dos países africanos tem sido associada a um conjunto de fatores económicos, estruturais e institucionais. Entre estes destacam-se os reduzidos níveis de rendimento e de inclusão financeira, a dimensão significativa do setor informal, a limitada abrangência dos canais de distribuição de seguros, os baixos níveis de literacia financeira e de perceção dos riscos, bem como a reduzida confiança nos produtos e serviços de seguros.

Do lado da procura, os reduzidos níveis de rendimento, associados, em muitos casos, à sua irregularidade, podem limitar a capacidade das famílias e das pequenas empresas para afetar recursos à contratação de seguros. A reduzida literacia financeira e perceção dos riscos pode, por sua vez, limitar a compreensão dos benefícios associados à cobertura seguradora e, consequentemente, condicionar a procura destes produtos. Do lado da oferta, a limitada abrangência dos canais de distribuição e os custos associados à comercialização de seguros podem dificultar o acesso e a disponibilização de produtos adequados às necessidades e à capacidade financeira de diferentes segmentos da população.

Desafios e medidas para o aumento da penetração dos seguros

O aumento da penetração dos seguros em África coloca desafios tanto às autoridades de regulação e supervisão como às empresas de seguros, exigindo a adoção de medidas que favoreçam o acesso aos produtos e serviços de seguros, a inovação e a confiança dos consumidores, sem comprometer a adequada gestão dos riscos e a proteção dos tomadores de seguros e beneficiários.

Entre as medidas apontadas pelo *Indepth Research Institute (IRES)*²⁶ para favorecer a expansão dos seguros destacam-se, ao nível das autoridades de regulação e supervisão, o desenvolvimento de enquadramentos regulamentares que promovam a inovação, incluindo a utilização de *regulatory sandboxes*, a definição de regras aplicáveis aos seguros paramétricos e a adequação dos requisitos relativos aos canais de distribuição.

Ao nível das empresas de seguros, destacam-se:

- O desenvolvimento de produtos simples, acessíveis e adaptados às necessidades de diferentes segmentos da população, designadamente microsseguros;
- O recurso a tecnologias digitais e à utilização de dados para facilitar a distribuição, subscrição e gestão de sinistros;
- O estabelecimento de parcerias com canais de distribuição alternativos, incluindo operadores de telecomunicações, instituições de microfinanças, cooperativas e outras redes de distribuição;
- O desenvolvimento de soluções de seguros paramétricos, nomeadamente para a cobertura de riscos meteorológicos;
- A utilização de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) na avaliação dos riscos e na gestão de sinistros;
- O reforço da informação e educação financeira dos consumidores, contribuindo para uma melhor compreensão dos produtos e para o fortalecimento da confiança no setor segurador;
- A avaliação dos resultados e dos riscos associados às soluções testadas em projetos-piloto, tendo em vista a sua eventual adoção em maior escala.

Oportunidades de crescimento da atividade seguradora em África

Os reduzidos níveis de penetração dos seguros observados na generalidade dos países africanos evidenciam uma margem significativa para o desenvolvimento da atividade seguradora no continente. O crescimento económico, a evolução dos níveis de rendimento e de inclusão financeira e a crescente digitalização dos serviços financeiros

²⁶ <https://ke.linkedin.com/company/indepth-research-institute>

poderão favorecer a expansão do mercado, designadamente através do desenvolvimento de produtos mais acessíveis e de novos canais de distribuição.

A concretização deste potencial dependerá, contudo, da capacidade de ultrapassar os constrangimentos que ainda condicionam o desenvolvimento do setor e de assegurar que a expansão da atividade seja acompanhada por uma adequada avaliação e gestão dos riscos e pela proteção dos tomadores de seguros e beneficiários.

Neste contexto, o desenvolvimento da atividade seguradora poderá contribuir para reforçar os mecanismos de transferência e partilha de riscos e aumentar a capacidade de famílias e empresas absorverem as perdas decorrentes de eventos adversos. Em Cabo Verde, onde a taxa de penetração dos seguros permanece reduzida, o aprofundamento do setor segurador poderá, assim, assumir um papel relevante no reforço da resiliência financeira dos agentes económicos e da economia em geral.

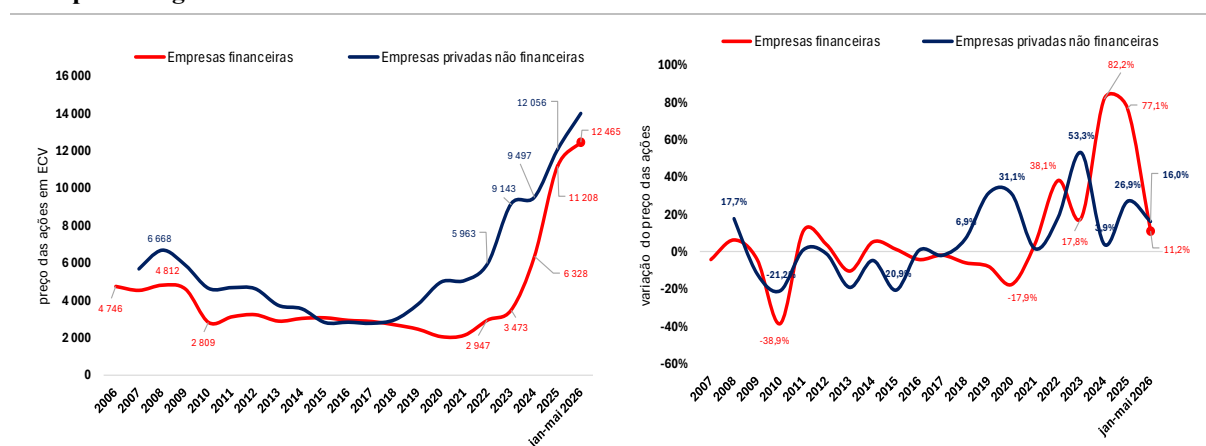
2.4.3 Riscos relacionados com o Mercado de Capitais

O mercado acionista manteve uma trajetória de valorização em 2025, embora a atividade no mercado secundário tenha permanecido reduzida.

Em 2025, permaneceram cotadas quatro empresas na Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC), duas das quais instituições do sector bancário. As ações cotadas registaram, em média, uma valorização de 52 por cento, contribuindo para um aumento da capitalização bolsista do segmento acionista de aproximadamente 47 por cento. A valorização foi transversal às empresas cotadas, tendo sido mais expressiva nas instituições financeiras (77 por cento) do que nas empresas não financeiras (28 por cento).

A trajetória de valorização prolongou-se nos primeiros cinco meses de 2026. Face ao preço médio de 2025, as ações das empresas financeiras e não financeiras registaram valorizações de 11,2 e 16 por cento, respetivamente.

Figura 43. Evolução do preço das ações cotadas no mercado de valores mobiliários |valor e variação em percentagem



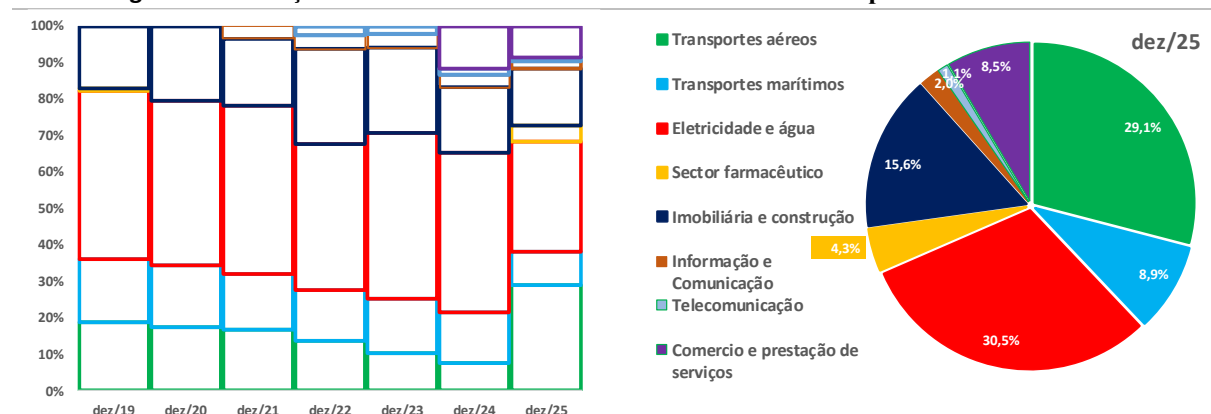
Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde. | Nota: O preço das ações resulta da média anual simples dos preços das ações cotadas em bolsa, tanto das empresas financeiras como das não financeiras

Em contraste com a evolução dos preços das ações, a atividade no mercado secundário foi menos dinâmica em 2025. Excluindo o efeito da sessão especial realizada em 2024, o volume de transações diminuiu 50,7 por cento, face a ano anterior. No mercado de bolsa foram transacionados 111 milhões de escudos, menos 1.282 milhões de escudos do que em 2024, enquanto as transações fora de bolsa atingiram 641 milhões de escudos, mais 509 milhões de escudos. No conjunto, o volume transacionado ascendeu a 752 milhões de escudos, equivalente a 0,25 por cento do PIB, mantendo-se reduzida a expressão do mercado secundário no contexto da economia nacional.

As emissões de obrigações empresariais aumentaram expressivamente em 2025.

A emissões de obrigações *corporate* aumentaram expressivamente em 2025, invertendo a trajetória de queda observada no ano anterior. As emissões de empresas não financeiras, excluindo autarquias, aumentaram de 1.373 para 7.044 milhões de escudos, enquanto as emissões de empresas financeiras passaram de 0 para 1.000 milhões de escudos. Esta evolução refletiu sobretudo as emissões realizadas por duas empresas do setor público, dos ramos dos transportes aéreos e da eletricidade, e por uma instituição bancária.

Figura 44. Evolução da estrutura do *stock* de dívida titulada das empresas não financeiras



Fonte: Auditoria Geral de Mercados de Valores Mobiliários

O *stock* total da dívida titulada das empresas aumentou 15,8 por cento face ao ano anterior, atingindo 18,4 mil milhões de escudos, dos quais 85,5 por cento correspondiam a dívidas de empresas não financeiras.

A dívida titulada das empresas não financeiras apresentava uma elevada concentração sectorial, com os setores da eletricidade e água, dos transportes aéreos e do imobiliário e construção a representarem, respetivamente, 30,5, 29,1 e 15,6 por cento do total.

O rácio de incumprimento dos juros das obrigações *corporate* aumentou para 3,7 por cento, face a 0,2 por cento em 2024. Esta evolução resultou do efeito conjugado do aumento de 12,1 por cento do montante dos juros vencidos e não pagos e da redução de 17,2 por cento dos juros vencidos e pagos, excluindo juros dos títulos do Tesouro.

Do valor acumulado de capital e juros em incumprimento desde 2011, cerca de 872 milhões de escudos, correspondente a 38,7 por cento do total, eram devidos a instituições bancárias. A concentração desta exposição no setor bancário continua a constituir um foco de vulnerabilidade relevante para a estabilidade financeira.

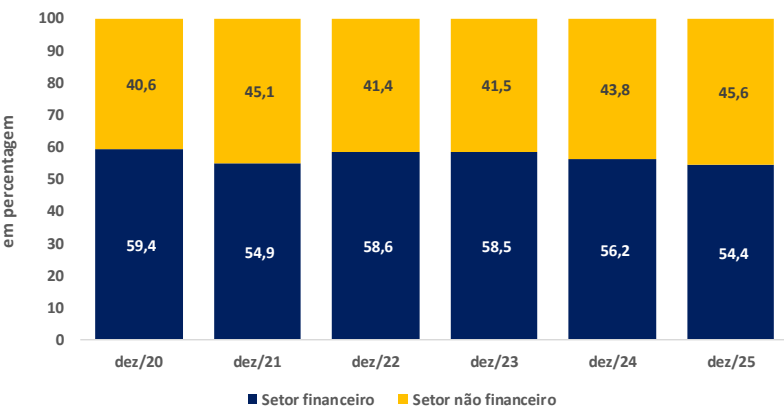
A emissões de títulos do Tesouro voltaram a aumentar, mantendo um peso predominante no mercado primário.

Num contexto de consolidação das contas públicas e de redução do rácio do *stock* da dívida pública sobre o PIB, as emissões de títulos do Tesouro aumentaram 23 por cento em 2025, atingindo 24,6 mil milhões de escudos, face a 19,9 mil milhões de escudos em 2024. As Obrigações do Tesouro representaram 65 por cento do montante emitido, correspondendo o remanescente a Bilhetes do Tesouro.

As emissões do Estado, que representaram 74 por cento do volume total de operações no mercado primário, e a valorização do mercado acionista foram os principais determinantes da capitalização bolsista global, que atingiu 146,1 mil milhões de escudos, equivalente a 48,8 por cento do PIB. A dívida pública e o segmento acionista representaram, respetivamente, 68,5 e 20,8 por cento da capitalização total.

O setor bancário manteve-se como o principal detentor da dívida pública interna, com 54,4 por cento do *stock* total em 2025, abaixo dos 56,2 por cento registados no ano anterior. Apesar desta redução, a elevada exposição do sector bancário à dívida pública mantém relevante a interligação entre o setor bancário e o soberano e os principais riscos daí decorrentes.

Figura 45. Evolução da estrutura do *stock* de dívida interna pública por tomador



Fonte: Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças

2.5 Riscos relacionados com as infraestruturas do mercado financeiro

Os sistemas de pagamento permaneceram estáveis e operacionais em 2025, num contexto de aumento das operações processadas.

As Infraestruturas de Mercado Financeiro que operam em Cabo Verde mantiveram um funcionamento estável, seguro e operacionalmente resiliente em 2025, assegurando a continuidade dos serviços de pagamento, compensação e liquidação, num contexto de aumento das operações processadas.

Atendendo à sua importância sistémica, destaca-se o Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL)²⁷, sistema de pagamentos sistemicamente importante, gerido e operado pelo Banco de Cabo Verde. O SGDL assegura a liquidação bruta, operação a operação e em tempo real, das operações de grande montante e das transações financeiras provenientes de outras infraestruturas, designadamente do SIGMA (mercado monetário), do SIFOX (mercado de capitais e dívida pública) e do SICIL (sistemas de pagamentos de retalho).

O SGDL processou, em 2025, 56.871.876 operações, no valor de 18.667.801,8 milhões de escudos, o equivalente a 62,1 vezes o PIB a preços correntes de 2025²⁸. O número de operações liquidadas aumentou 13,9 por cento face ao ano anterior, refletindo sobretudo a maior utilização dos cartões de pagamento para aquisição de bens e serviços através da rede vinti4²⁹.

Não obstante o aumento do volume de pagamentos, os participantes mantiveram níveis adequados de liquidez para assegurar a liquidação regular das suas obrigações no SGDL. A liquidez disponível permaneceu acima das necessidades observadas ao longo do ano, mantendo reduzido o risco de insuficiência de fundos.

O indicador “Dia do Pico”³⁰ permite acompanhar potenciais pressões operacionais e financeiras, através da identificação dos dias com maior número de operações e maior valor liquidado. Em 2025, o indicador não evidenciou pressões relevantes sobre o funcionamento do SGDL.

²⁷ De acordo com os critérios do Bank for International Settlements (BIS), o SGDL é classificado como Sistema de Pagamentos Sistemicamente Importante em Cabo Verde. Trata-se do principal sistema do país em termos do valor agregado dos pagamentos processados, pelo que uma eventual descontinuidade do seu funcionamento poderá provocar disrupções no sistema financeiro e comprometer o normal funcionamento da economia.

²⁸ Fonte: Projeções do BCV.

²⁹ A rede vinti4, infraestrutura do mercado financeiro classificada como sistema de pagamento de retalho proeminentemente importante, registou aumento de 14 por cento no número de operações liquidadas.

³⁰ Indicador “dia do pico” é um indicador de risco que destaca o maior/menor número de operações liquidadas (Risco Operacional) e o maior/menor valor transacionado (Risco Financeiro) nos dias de funcionamento do SGDL em comparação a picos históricos identificados no passado no que respeita às quantidades e valores de operações processadas.

Em termos operacionais, o maior número de operações liquidadas num único dia foi registado em 23 de dezembro de 2025, com 485 operações, abaixo do pico histórico de 806 operações observado em 28 de dezembro de 2022. O índice de aproximação ao pico histórico situou-se, assim, em 60,2 por cento, não tendo sido observados constrangimentos à capacidade de processamento do SGDL.

Em termos financeiros, o maior valor diário liquidado foi registado em 22 de dezembro de 2025, totalizando 239.715,3 milhões de escudos, face ao pico histórico de 381.306,3 milhões de escudos, observado em 13 de setembro de 2019. O correspondente índice de aproximação ao pico histórico situou-se em 62,9 por cento, não evidenciando pressões significativas sobre a liquidação das operações.

Os riscos associados ao funcionamento das infraestruturas de pagamento permaneceram contidos em 2025.

No âmbito do acompanhamento dos incidentes ocorridos no SGDL, nos sistemas periféricos e nos subsistemas de compensação que integram o Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), a taxa média de prorrogação³¹ do serviço de liquidação do SGDL situou-se em 0,43 por cento, diminuindo 0,52 pontos percentuais face aos 0,95 por cento registados em 2024.

A redução da taxa de prorrogação, para níveis inferiores aos observados no ano anterior, evidencia a manutenção de condições operacionais adequadas para assegurar a liquidação das operações dentro do horário regulamentar definido pelo Banco de Cabo Verde, entre as 8h00 e as 16h00.

O Banco de Cabo Verde iniciou, em 2025, o processo de avaliação da capacidade de gestão do risco cibernético das entidades operadoras das infraestruturas de pagamento, com base nas orientações do *Bank for International Settlements* constantes do documento *Guidance on Cyber Resilience for Financial Market Infrastructures* (BIS, 2016). A iniciativa reforça a abordagem de superintendência baseada no risco, com enfoque na governação das operadoras, na identificação das interligações, na proteção dos ativos críticos e nas capacidades de deteção, resposta e recuperação perante incidentes cibernéticos.

³¹ Taxa de Prorrogação: relação entre o tempo mensal de prorrogação e o tempo mensal regulamentar do serviço de liquidação do SGDL. O indicador visa avaliar os impactos operacionais e financeiros associados às prorrogações do serviço de liquidação.

2.6 Riscos relacionados com o cibercrime

O risco cibernético tem vindo a assumir uma relevância crescente num contexto de intensificação das tensões geopolíticas, de crescente complexidade das cadeias de fornecimento tecnológico e de rápida adoção de tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial (IA). Estes desenvolvimentos contribuem para um ambiente digital mais complexo e interligado, favorecendo o surgimento de novas vulnerabilidades e a evolução dos vetores de ataque. Paralelamente, a proliferação de requisitos regulamentares em matéria de cibersegurança tem aumentado as exigências e os custos associados ao cumprimento das obrigações de conformidade³².

De acordo com as estimativas do *Statista Research Department*³³, os custos associados ao cibercrime terão atingido 10,29 mil milhões de dólares americanos a nível mundial em 2025, prevendo-se que continuem a aumentar nos próximos anos, para cerca de 16 mil milhões de dólares americanos até 2029. As ameaças cibernéticas assumem múltiplas formas, incluindo *phishing*, *ransomware*, roubo de credenciais e fraude, afetando organizações de diferentes naturezas e dimensões. O setor financeiro encontra-se particularmente exposto, dada a elevada dependência de redes, dados, infraestruturas tecnológicas e sistemas interligados para a prestação de serviços essenciais, nomeadamente pagamentos, autenticação, compensação e liquidez e comunicação entre instituições.

A crescente digitalização da economia e dos serviços financeiros, associada à evolução contínua das ameaças cibernéticas, deverá manter elevados os desafios em matéria de cibersegurança nos próximos anos, exigindo das instituições uma capacidade contínua de adaptação e de reforço dos mecanismos de prevenção, deteção e resposta.

Manutenção da resiliência das infraestruturas financeiras em 2025.

As infraestruturas do sistema financeiro nacional mantiveram-se resilientes em 2025, num contexto internacional marcado pelo aumento e pela crescente sofisticação das ameaças cibernéticas. As vulnerabilidades associadas a tentativas de intrusão, indisponibilidade de sistemas e comprometimento de dados permaneceram contidas. Apesar do aumento das tentativas de intrusão fraudulenta face a 2024, os eventos identificados foram atempadamente

³² *Global Cybersecurity Outlook 2025*, <https://www.weforum.org/publications/global-cybersecurity-outlook-2025/in-full/>

³³ *Statista Research Department* (<https://www.statista.com/forecasts/1280009/cost-cybercrime-worldwide>)

detetados e bloqueados. As interrupções do sistema mantiveram-se igualmente reduzidas, assegurando níveis elevados de disponibilidade da rede.

A SISP, Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, prosseguiu, em 2025, a implementação de medidas destinadas ao reforço da segurança das infraestruturas, processos, serviços e recursos humanos. Entre as iniciativas desenvolvidas destacam-se o reforço dos mecanismos de prevenção de perda de dados (*Data Loss Prevention*), a realização de ações de sensibilização e formação em segurança e a renovação de certificações relevantes, designadamente PCI, ISO, PKI, SWIFT e HDI. Foram igualmente realizados testes de penetração (*pentests*)³⁴, destinados à identificação de vulnerabilidades e à avaliação da resiliência dos sistemas perante potenciais ataques.

Os bancos comerciais continuaram a investir na modernização das infraestruturas tecnológicas e na implementação de medidas destinadas ao reforço da segurança da informação e das operações bancárias.

³⁴ Os testes de penetração permitem identificar vulnerabilidades de segurança em aplicações, sistemas e infraestruturas tecnológicas, internas ou externas, mediante a simulação controlada de ataques.

Caixa 2: Risco cibernético, uma preocupação crescente para a estabilidade macrofinanceira

Os riscos cibernéticos têm assumido uma relevância crescente para a estabilidade financeira, num contexto de maior digitalização dos serviços financeiros, crescente dependência de infraestruturas tecnológicas e maior interligação entre instituições e prestadores de serviços. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a frequência dos incidentes cibernéticos aumentou significativamente nas últimas duas décadas, com uma aceleração particularmente acentuada desde 2020.

No *Global Financial Stability Report* de abril de 2024³⁵, o FMI destaca, entre outras, as seguintes conclusões:

- O número de ciberataques quase duplicou face ao período antes da pandemia da COVID-19;
- Embora a maioria das perdas diretas reportadas na sequência de ciberataques seja relativamente reduzida, rondando os 0,5 milhões de dólares, aumentou o risco de perdas extremas, que podem atingir, pelo menos, 2,5 mil milhões de dólares;
- O setor financeiro encontra-se particularmente exposto a risco cibernético, concentrando quase um quinto dos incidentes reportados;
- Embora, até ao momento, os incidentes cibernéticos não tenham assumido natureza sistémica, a ocorrência de incidentes graves em grandes instituições financeiras pode constituir uma ameaça à estabilidade macrofinanceira, designadamente através da perda de confiança, da interrupção de serviços críticos e das interligações tecnológicas e financeiras;
- A existência de legislação adequada em matéria de cibersegurança e o reforço dos mecanismos de governação das instituições podem contribuir para reduzir a frequência dos incidentes;
- Os quadros de política de cibersegurança têm registado progressos nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, embora permaneçam insuficientes em vários países.

Neste contexto, o risco cibernético assume uma dimensão que ultrapassa a esfera operacional das instituições individualmente consideradas. A materialização de um incidente de elevada severidade pode propagar-se ao sistema financeiro através das interligações operacionais, tecnológicas e financeiras, afetando a continuidade de serviços financeiros críticos e a confiança dos agentes económicos. A crescente utilização de prestadores terceiros de serviços tecnológicos pode, adicionalmente, constituir uma fonte de risco de concentração e um potencial canal de transmissão de choques entre instituições.

Para reforçar a resiliência cibernética do sistema financeiro, o FMI recomenda uma abordagem abrangente, assente, nomeadamente:

- No desenvolvimento de estratégias nacionais de cibersegurança, acompanhadas de quadros regulamentares e de supervisão adequados, recursos humanos especializados e mecanismos de partilha de informação a nível nacional e internacional;

³⁵ *Global Financial Stability Report*, April 2024, Chapter 3: “Cyber Risk: A Growing Concern for Macrofinancial Stability,” April 9, 2024

- No reforço dos mecanismos de comunicação de incidentes cibernéticos pelas instituições financeiras às autoridades de supervisão, permitindo uma identificação e monitorização mais eficazes dos riscos;
- No reforço do papel dos órgãos de administração das instituições financeiras na governação do risco cibernético e na promoção de uma cultura de risco adequada, apoiada em boas práticas, formação e sensibilização em matéria de cibersegurança;
- No desenvolvimento e teste regular de procedimentos de resposta, recuperação e continuidade operacional pelas instituições financeiras, complementados, ao nível das autoridades, por protocolos de atuação e mecanismos de gestão de crises para fazer face a incidentes com potencial impacto sistémico.

A crescente exposição do sistema financeiro ao risco cibernético reforça, assim, a necessidade de integrar esta dimensão na monitorização da estabilidade financeira. Para além da prevenção e mitigação do risco ao nível de cada instituição, assume particular relevância a avaliação das dependências e interligações tecnológicas, da concentração em prestadores críticos e dos potenciais canais de propagação de incidentes, numa perspetiva sistémica.

2.7 Riscos de contágio entre as instituições dos diferentes sectores económicos

A interconexão entre instituições financeiras pode potenciar riscos de contágio, através do financiamento, das participações cruzadas no capital ou da exposição comum a determinados sectores, instituições ou ativos. Um choque adverso numa instituição pode, assim, propagar-se às demais entidades interligadas, amplificando os seus efeitos e criando condições para a materialização do risco sistémico.

Manteve-se baixo o risco de contágio no mercado monetário interbancário

O risco de contágio através do mercado monetário interbancário (MMI) manteve-se baixo, dada a natureza esporádica e de curta redução das operações realizadas entre um número limitado de instituições. Em 2025, as operações de cedência de liquidez entre instituições bancárias diminuíram significativamente, mantendo-se pouco expressivas face à dimensão do sistema bancário. A reduzida exposição entre instituições através deste mercado limita, assim, o potencial de transmissão de choque por esta via.

Quadro 08. Operações no Mercado Monetário Interbancário (milhões de escudos)							
	2021	2022	2023	2024	2025	Variação (2024/2025)	
MMI	1 372	0	0	12 670	3 350	-9 320	-278,2%
Crédito	133 686	144 116	150 120	157 943	161 935	3 991	2,5%
% do crédito	1,0	0,0	0,0	8,0	2,0	-	-

Fonte: Banco de Cabo Verde

As interligações societárias no sector financeiro mantiveram-se estáveis.

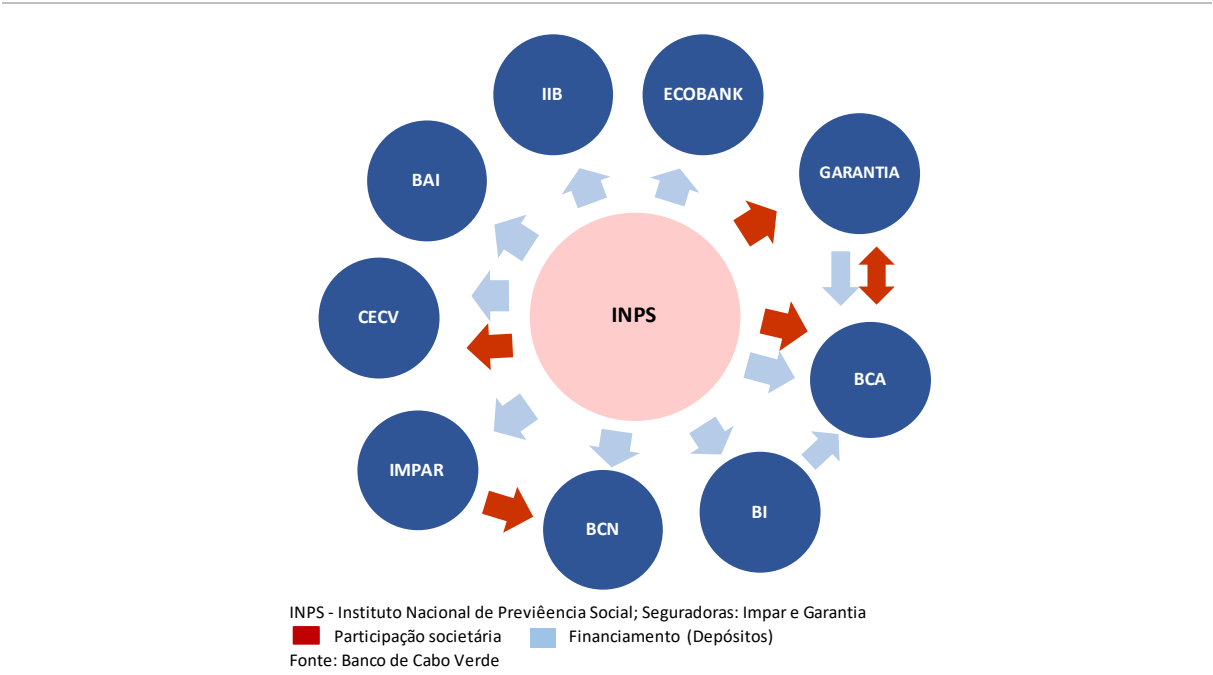
Entre as instituições bancárias nacionais verificava-se apenas uma participação societária, envolvendo duas instituições. Entre bancos e seguradoras, observaram-se igualmente interligações societárias relevantes: as seguradoras detinham participações qualificadas em duas instituições bancárias relevantes no sistema, sendo que uma delas detinha a maior participação no capital de uma instituição bancária de importância sistémica. Por sua vez, uma das maiores instituições bancárias nacionais integrava a estrutura acionista de uma seguradora. Estas relações societárias mantiveram-se estáveis em 2025, não se observando, por esta via, um aumento das interligações entre as instituições.

O INPS manteve uma posição relevante nas interligações do sistema financeiro.

O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) manteve uma posição relevante nas interligações do sistema financeiro nacional, por via de participações no capital de instituições

bancárias e seguradoras e do financiamento ao setor bancário. Em 2025, o INPS detinha a maior participação individual no capital de uma instituição bancária de elevada importância sistémica e participações qualificadas noutra instituição bancária e numa seguradora. Paralelamente, manteve-se como o maior provedor institucional de *funding* do sistema bancário, com depósitos correspondentes a 16,4 por cento do total de depósitos do sistema. Em cinco instituições bancárias, três das quais de importância sistémica, os depósitos do INPS representavam mais de 20 por cento do respetivo total de depósitos.

Figura 46. Interligações entre os sectores bancário e segurador e a previdência social



Fonte: Banco de Cabo Verde

A posição do INPS no sistema financeiro, simultaneamente enquanto detentor de participações relevantes no capital de instituições financeiras e importante provedor de *funding* do sistema bancário, reforça a sua centralidade nas interligações entre instituições. Pela via das participações societárias, esta interligação constitui um potencial canal de transmissão de choques, designadamente através de perdas associadas às participações detidas. Pela via do financiamento, a elevada concentração do *funding* bancário num único investidor institucional constitui uma vulnerabilidade, sobretudo para as instituições com maior exposição. Uma redução significativa dos depósitos do INPS poderia gerar pressões de liquidez simultâneas em várias instituições e potenciar a transmissão de choques no sistema bancário, particularmente atendendo ao seu peso no financiamento de algumas instituições de importância sistémica.

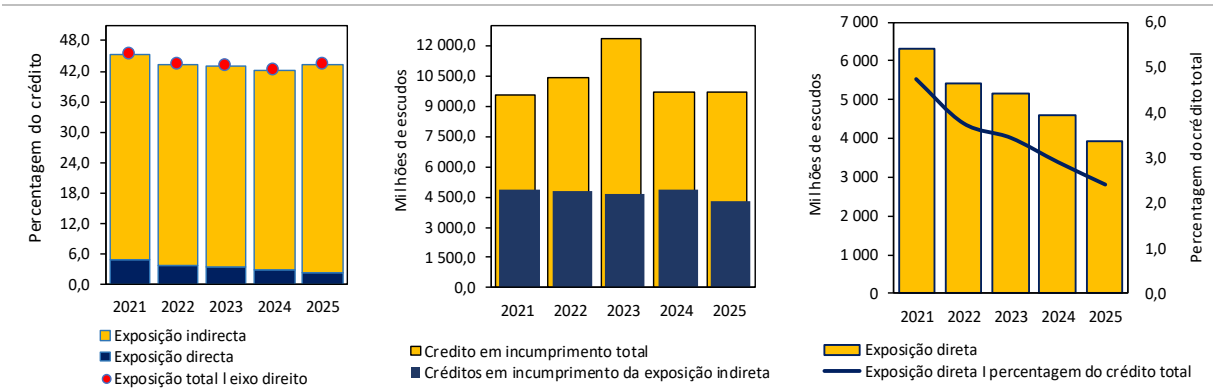
Elevada exposição do sector bancário a ativos imobiliários e redução do risco de fire sales.

A exposição do setor bancário ao mercado imobiliário, direta e indireta, constitui um canal relevante de potencial contágio. A exposição direta resulta da detenção, nos balanços, de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, cujo *stock* ascendeu a 3.917 milhões de escudos, diminuindo 14,8 por cento face a 2024 e passando a representar 2,4 por cento do crédito total e 1,0 por cento do ativo total, menos 0,5 e 0,3 pontos percentuais, respetivamente, face ao ano anterior. Esta evolução contribuiu para reduzir o risco associado à eventual alienação destes ativos em condições adversas.

A exposição indireta, correspondente ao crédito à habitação e à construção e ao financiamento de atividades imobiliárias, aumentou 6,6 por cento em 2025, para 66,1 mil milhões de escudos, passando a representar 40,8 por cento do crédito total e 16,9 por cento do ativo total, mais 1,5 e menos 0,3 pontos percentuais, respetivamente, do que em 2024.

No total, a exposição direta e indireta a ativos imobiliários aumentou face a 2024, ascendendo a 70 mil milhões de escudos e representando 43,2 por cento do crédito total e 17,9 por cento do ativo total, mais 1 e menos 0,6 pontos percentuais, respetivamente, face a 2024. Esta evolução refletiu o aumento da exposição indireta, que mais do que compensou a redução dos imóveis detidos nos balanços bancários. Adicionalmente, o crédito em incumprimento associado à exposição indireta representou 44,5 por cento do total do crédito em incumprimento do sistema bancário, evidenciando a relevância destas exposições para o risco de crédito do sistema bancário.

Figura 47. Exposição a ativos imobiliários e o risco de *fire sales*



Fonte: Banco de Cabo Verde

A elevada exposição a ativos imobiliários mantém o sector bancário vulnerável a uma eventual deterioração da qualidade da carteira de crédito associada a estas exposições, com potenciais

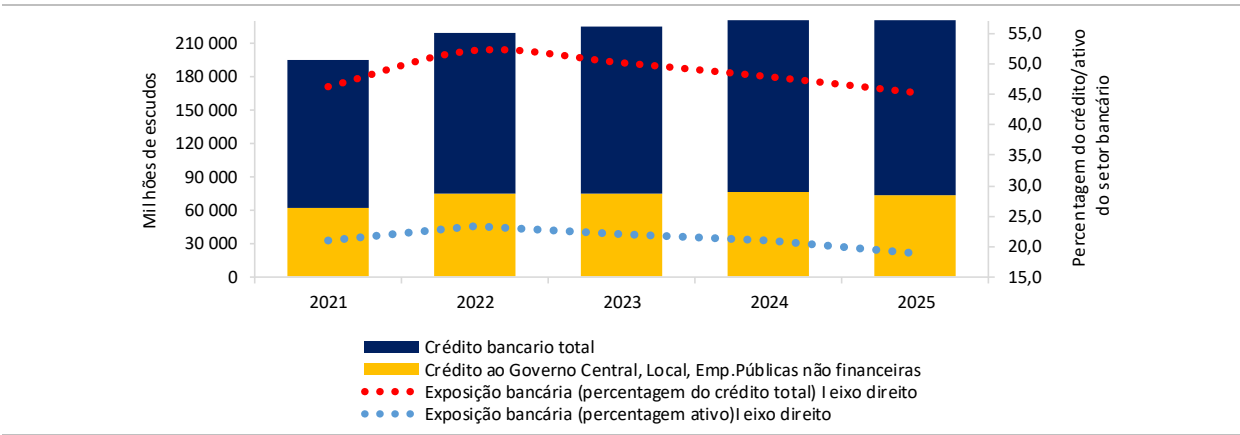
impactos sobre a rendibilidade e a solvabilidade das instituições. Acresce o risco de *fire sales* associado aos bens recebidos em dação, cujo valor de alienação poderá sofrer desvalorizações em situações de *stress*, gerando perdas adicionais. A manutenção de um *stock* elevado destes ativos poderá ainda exercer pressão sobre os fundos próprios das instituições, atendendo ao respetivo tratamento prudencial.

Manteve-se elevada a interligação entre os setores público e bancário.

A interligação entre os setores público e bancário manteve-se elevada em 2025, apesar da ligeira redução da exposição face ao ano anterior. A exposição dos bancos ao governo central, às empresas públicas não financeiras e às autarquias ascendeu a 73,6 mil milhões de escudos, correspondendo a 18,8 por cento do ativo total e a 45,5 por cento do crédito total do setor bancário, menos 2,2 e 2,6 pontos percentuais, respetivamente, do que em 2024. A exposição ao governo central, que representava a maior parcela do total, era maioritariamente constituída por títulos da dívida pública. Os dois maiores bancos de importância sistémica concentravam 63,2 por cento da exposição total.

A redução da exposição relativa do sector bancário ao sector público ocorreu num contexto de menor recurso do Estado ao financiamento interno e de melhoria das contas públicas em 2025, ano em que o saldo global registou um excedente pela primeira vez desde 2007.

Figura 48. Exposição ao risco soberano



Fonte: Banco de Cabo Verde

Apesar desta evolução favorável, o nível ainda elevado de exposição ao sector público manteve este canal de transmissão de choques relevante para o sistema bancário. Uma deterioração da situação financeira do setor público pode aumentar o risco de perdas nas exposições detidas pelos bancos, com potenciais repercussões sobre a sua rendibilidade e solvabilidade. A concentração de uma parcela significativa destas exposições nos dois maiores bancos de

importância sistémica reforça a relevância deste canal para a estabilidade do sistema financeiro. Adicionalmente, no caso das empresas do Sector Público Empresarial do Estado, algumas apresentavam, de acordo com a informação mais recente disponível, níveis elevados ou muito elevados de risco³⁶.

Em termos prospetivos, não obstante a trajetória descendente da dívida pública e a melhoria da notação de crédito soberano do país, persistem vulnerabilidades associadas ao nível ainda elevado da dívida pública e ao enquadramento externo³⁷. As tensões geopolíticas e a incerteza macrofinanceira constituíram fatores adicionais de risco, suscetíveis de exercer pressão sobre as finanças públicas e de reforçar, por esta via, nos canais de transmissão entre os sectores público e bancário.

³⁶ Relatório do UASE, 2024; O risco é calculado, segundo o Relatório de Desempenho do SPE de Cabo Verde, com base no SOE Health Check Tool do Fundo Monetário Internacional (FMI).

³⁷ Elevação pela S&P Global Ratings, em fevereiro de 2026, do rating do crédito soberano de longo prazo de Cabo Verde, em moeda estrangeira e local, de B para B+, com outlook positivo, mantendo o rating do crédito soberano de curto prazo do país em B.

3. Principais Medidas Prudenciais

Principais iniciativas regulatórias e prudenciais em 2025

No domínio da regulação e supervisão prudencial, o Banco de Cabo Verde prosseguiu, em 2025, com a revisão e atualização dos normativos integrados no projeto de *Reporting*, com vista à modernização dos procedimentos de recolha, reporte e controlo da informação prestada pelas instituições supervisionadas.

No âmbito deste processo, foram aprovadas quatro Instruções Técnicas (IT), que entraram em vigor em 2025 e incidem, designadamente, sobre o reporte de imparidades e provisões, as provisões regulamentares mínimas, os limites à concentração do risco de crédito e a informação relativa à qualidade do crédito:

- Instrução Técnica nº 245/2025, de 25 de outubro – aprova o mapa de reporte de movimento acumulado de imparidades e provisões e procede à revogação da Instrução Técnica nº 138/2008, de 29 de fevereiro.
- Instrução Técnica nº 246/2025, de 25 de outubro – Define o cálculo de provisões regulamentares mínimas para efeitos prudenciais, a fim de se proceder à determinação dos fundos próprios das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde, em base individual e base consolidada e base consolidada ajustada.
- Instrução Técnica nº 247/2025, de 25 de outubro – Define o cálculo dos limites à concentração de riscos de crédito e afins, a fim de se proceder à determinação dos fundos próprios das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde, em base individual e base consolidada e base consolidada ajustada.
- Instrução Técnica nº 248/2025, de 25 de outubro – Define os elementos de informação que devem ser reportados pelos bancos no que se refere ao crédito em incumprimento, com vista à aferição da qualidade de crédito.

No mesmo período, foi aprovado o Aviso n.º 6/2025, de 24 de outubro, que regulamenta a Assistência de Liquidez de Emergência (ALE), estabelecendo os termos e condições para a concessão, pelo Banco de Cabo Verde, de liquidez de emergência a instituições de crédito que enfrentem necessidades temporárias de liquidez. A assistência é concedida fora do âmbito das operações de política monetária e está sujeita ao cumprimento dos requisitos e condições previstos no referido Aviso.

Ainda em 2025, prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento do Regime Jurídico da Taxonomia de Sustentabilidade de Cabo Verde, destinado a estabelecer critérios comuns para

a classificação de atividades económicas ambientalmente sustentáveis. O processo foi concluído com a publicação do respetivo regime em 2026.

No domínio macroprudencial, o Banco de Cabo Verde prosseguiu a identificação e classificação dos bancos de importância sistémica doméstica e a aplicação dos correspondentes requisitos adicionais de fundos próprios, nos termos do Aviso n.º 2/2023, de 28 de dezembro.

Caixa 3: A nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde e o reforço do quadro macroprudencial

Embora posterior ao período de referência do presente Relatório, a aprovação da nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, através da Lei n.º 70/X/2026, de 26 de janeiro, constitui um desenvolvimento institucional relevante para o quadro de estabilidade financeira em Cabo Verde. A nova Lei reforça e torna mais explícito o mandato do Banco neste domínio, consagrando-o formalmente como autoridade macroprudencial nacional.

A nova Lei Orgânica estabelece uma hierarquia clara entre os objetivos do Banco, mantendo a estabilidade dos preços como objetivo principal e consagrando a promoção da estabilidade do sistema financeiro como objetivo secundário. Em consonância com este enquadramento, a definição e execução da política macroprudencial passam a integrar expressamente as funções do Banco de Cabo Verde.

No exercício das suas atribuições enquanto autoridade macroprudencial, compete ao Banco identificar, acompanhar e avaliar os riscos sistémicos, bem como propor e adotar medidas destinadas à sua prevenção, mitigação ou redução, com vista ao reforço da resiliência do setor financeiro. Para a prossecução destes objetivos, o Banco pode ainda emitir determinações, alertas e recomendações dirigidos a autoridades e entidades públicas ou privadas e estabelecer mecanismos de cooperação com outras autoridades públicas e entidades relevantes.

Este enquadramento reforça a base legal para uma atuação preventiva sobre os riscos para a estabilidade financeira e confere maior clareza às responsabilidades do Banco de Cabo Verde neste domínio. A política macroprudencial complementa, deste modo, a supervisão prudencial das instituições consideradas individualmente, ao centrar-se nos riscos suscetíveis de afetar o sistema financeiro no seu conjunto, incluindo os decorrentes da acumulação de vulnerabilidades ao longo do tempo e das interligações entre instituições, mercados e setores da economia.

A consagração legal do mandato constitui, contudo, uma etapa no processo de desenvolvimento do quadro macroprudencial. A sua plena operacionalização pressupõe a consolidação de um quadro que permita traduzir os objetivos estabelecidos na Lei em procedimentos de identificação e avaliação dos riscos sistémicos, critérios de decisão e instrumentos adequados às características do sistema financeiro cabo-verdiano. Neste contexto, assumem particular importância o desenvolvimento das capacidades analíticas, a disponibilidade de informação suficientemente granular e tempestiva e a definição de metodologias para a seleção, calibração e avaliação dos instrumentos macroprudenciais.

A nova Lei reforça igualmente a importância da articulação entre as diferentes funções do Banco e da cooperação institucional. A interação entre as políticas macroprudencial, microprudencial e monetária, bem como a natureza transversal de alguns riscos sistémicos, exige mecanismos adequados de coordenação e partilha de informação. A própria Lei prevê o estabelecimento de mecanismos de cooperação com outras autoridades públicas e entidades para o exercício das atribuições macroprudenciais.

Por último, o reforço das competências do Banco neste domínio é acompanhado por maiores exigências de transparência e prestação de contas. A comunicação regular da avaliação dos riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro, designadamente através do Relatório de Estabilidade Financeira, assume particular relevância para a compreensão das decisões de política macroprudencial e para a promoção da previsibilidade da atuação da autoridade.

A nova Lei Orgânica estabelece, assim, uma base institucional mais clara para o desenvolvimento da política macroprudencial em Cabo Verde. A sua operacionalização deverá contribuir para reforçar a capacidade de identificação e mitigação dos riscos sistémicos e, consequentemente, para a preservação da estabilidade e da resiliência do sistema financeiro.

Artigos

Artigo 1: Migração para o acordo de Basileia III em Cabo Verde: desafios e implicações para a estabilidade financeira

Breve historial dos acordos de Basileia

Os acordos de Basileia consistem num conjunto de padrões internacionais de regulação bancária desenvolvidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS)³⁸, sediado no Banco de Compensações Internacionais (BIS), com o objetivo de reforçar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional.

Em 1988, foi publicado o primeiro Acordo de Basileia, conhecido como Basileia I, inicialmente adotado pelos países do G10³⁹. O acordo estabeleceu requisitos de capital destinados essencialmente à cobertura do risco de crédito, definiu o conceito de capital regulatório e os fatores de ponderação dos ativos pelo risco e fixou em 8 por cento o rácio mínimo de capital (rácio *Cook*). Basileia I foi transposto para o regulamento prudencial nacional através do Aviso 1/1999, de 29 de março.

Dadas as insuficiências de Basileia I, o Comité de Basileia, envolvendo então treze países⁴⁰, divulgou, em junho de 2004, o Novo Acordo de Capital, comumente conhecido como Basileia II. O novo acordo introduziu uma abordagem mais abrangente, assente em três pilares: (i) requisitos mínimos de fundos próprios para a cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional (Pilar I); (ii) processo de revisão pela supervisão da adequação dos fundos próprios e dos processos internos de gestão dos riscos (Pilar II); e (iii) disciplina de mercado, através do reforço dos requisitos de divulgação de informação (Pilar III).

A incorporação de elementos de Basileia II no quadro prudencial nacional, ocorreu nos três pilares, designadamente:

- a) no âmbito de âmbito do Pilar I, através dos Avisos n.º 3/2007, relativo ao cálculo dos fundos próprios, n.º 4/2007, relativo ao cálculo do rácio de solvabilidade e aos requisitos de capital para os riscos de crédito, de mercado e operacional, n.º 7/2007, relativo à concentração do risco de crédito, e n.º 5/2011, relativo ao risco de taxa de câmbio;
- b) no âmbito de Pilar II, através de diversas iniciativas regulamentares, nomeadamente a Lei de Bases do Sistema Financeiro (Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de abril) a Lei das Atividades e das Instituições Financeiras (Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril), o Aviso n.º 4/2006 (Classificação de Operações de Crédito e Provisões) e o Aviso n.º 7/2007 (Concentração de Riscos de Crédito e Afins), bem como através de ações de inspeção *onsite*;
- c) no âmbito de Pilar III, particularmente através da Lei de Bases do Sistema Financeiro e da Lei das atividades e das Instituições Financeiras.

³⁸ Basel Committee of Banking Supervision (BCBS) – Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB)

³⁹ G10 (Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia).

⁴⁰ Ao G10 juntaram-se a Espanha, o Luxemburgo e a Suíça

A crise financeira de 2007-2008 veio expor as fragilidades do quadro prudencial então vigente e evidenciar a necessidade de reforçar a qualidade do capital e a cobertura dos riscos, limitar a alavancagem, introduzir colchões de conservação de capital e mecanismos destinados a reduzir a pró-ciclicidade, reforçar a regulação do risco de liquidez e estabelecer um tratamento específico para as instituições financeiras de importância sistémica. Neste contexto, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia desenvolveu um conjunto de reformas destinadas a reforçar a regulação internacional em matéria de capital e liquidez, que ficou genericamente conhecido como Basileia III.⁴¹

Desafios à implementação de Basileia III em economias em desenvolvimento

A implementação de Basileia III pode colocar desafios acrescidos aos países em desenvolvimento, tendo em conta as características dos respetivos sistemas financeiros e a capacidade das instituições e das autoridades de regulação e supervisão. Entre os principais desafios geralmente identificados destacam-se (Beck et al, 2019):

- a) Potencial redução da disponibilidade de crédito: requisitos mais exigentes de capital e liquidez poderão, sobretudo durante o período de ajustamento, condicionar a capacidade de concessão de crédito à economia, com possíveis efeitos sobre o financiamento das empresas e das famílias;
- b) Elevados custos de implementação: os bancos em países emergentes e em desenvolvimento poderão enfrentar custos acrescidos associados à adaptação dos sistemas de informação, à recolha e tratamentos de dados, ao reporte regulamentar e à capacitação dos recursos humanos;
- c) Mercados financeiros menos profundos: a reduzida profundidade dos mercados financeiros pode limitar as possibilidades de captação de capital de longo prazo e a disponibilidade de ativos líquidos de elevada qualidade necessários ao cumprimento dos requisitos prudenciais;
- d) Potenciais efeitos pró-cíclicos: o ajustamento a requisitos prudenciais mais exigentes, particularmente em períodos de tensão, poderá reforçar incentivos à redução da concessão de crédito, embora Basileia III incorpore mecanismos destinados a mitigar a pró-ciclicidade do sistema financeiro;
- e) Dependência de financiamento externo: nos sistemas bancários mais dependentes de fontes externas de financiamento, episódios de saída de capitais e de maior volatilidade financeira poderão dificultar o cumprimento de requisitos de liquidez;
- f) Capacidade institucional e regulatória: a maior complexidade dos novos requisitos prudenciais poderá exigir o reforço dos recursos técnicos, tecnológicos e humanos das autoridades de regulação e supervisão, nomeadamente para a implementação, calibração e acompanhamento das novas regras.

⁴¹ Basileia III corresponde a um conjunto de reformas desenvolvidas pelo BCBS na sequência da crise financeira internacional, cujos principais elementos foram acordados em 2010 e posteriormente objeto de desenvolvimento e revisão.

Nestas condições, a implementação de Basileia III deverá ter em consideração as especificidades dos sistemas financeiros nacionais, observando princípios de proporcionalidade e adequação ao contexto local. Neste sentido, uma abordagem gradual, acompanhada da avaliação dos respetivos impactos e ajustada ao perfil de risco e à dimensão das instituições, poderá facilitar a transição para o novo quadro prudencial.

O quadro prudencial atual em Cabo Verde

O atual quadro regulamentar de capital do Banco de Cabo Verde baseia-se, em grande parte, no primeiro conjunto de normas de capital publicado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, conhecido como Basileia I. A regulamentação nacional estabelece que os bancos calculem os requisitos de capital utilizando a abordagem padronizada para o risco de crédito e as definições de capital previstas em Basileia I. Adicionalmente, encontram-se previstos requisitos relativos aos riscos operacional e cambial, baseados em metodologias de Basileia II.

O quadro regulamentar em matéria de gestão de riscos abrange parcialmente os riscos de crédito e de liquidez, subsistindo margem para o aprofundamento da regulamentação nestas matérias.

Não obstante Basileia III não ter ainda sido adotado, o Banco de Cabo Verde introduziu, em 2023, elementos de natureza macroprudencial, designadamente um quadro para a identificação e classificação de bancos domésticos de importância sistémica e requisitos adicionais de fundos próprios aplicáveis a essas instituições.

Desafios à implementação de Basileia III em Cabo Verde

Embora o atual conceito de capital se encontre, de um modo geral, alinhado com os padrões prudenciais internacionais, o requisito mínimo regulamentar se situe em 12 por cento, acima do mínimo estabelecido por Basileia, e o setor bancário apresente níveis relativamente elevados de capitalização, subsiste a necessidade de atualização do quadro regulamentar de capital à luz das disposições de Basileia III.

As definições de capital e as abordagens relativas aos riscos de crédito, operacional e cambial constituem áreas a considerar neste processo, com vista a aumentar a sensibilidade dos requisitos prudenciais ao risco e a reforçar a robustez do quadro regulamentar.

No domínio da liquidez, a implementação de novos requisitos prudenciais poderá enfrentar desafios relacionados com a reduzida profundidade do mercado nacional e com a disponibilidade de ativos que cumpram os critérios de elegibilidade como ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA), necessários ao cumprimento do LCR⁴².

A implementação de Basileia III implicará ainda a introdução de novos requisitos prudenciais, designadamente o rácio de alavancagem, e o reforço do quadro de gestão de riscos. A efetiva implementação

⁴² *Liquidity Coverage Ratio (LCR – rácio de cobertura de liquidez)*

do novo quadro exigirá, por seu turno, informação sólida e fiável, sistemas e recursos tecnológicos adequados e a capacitação contínua dos recursos humanos.

Neste contexto, a implementação do novo quadro deverá atender às especificidades do sistema bancário nacional e à heterogeneidade das instituições, segundo critérios de gradualidade e proporcionalidade, sem comprometer os objetivos prudenciais subjacentes às reformas de Basileia III

Implicações prudenciais da adoção de Basileia III – dimensões micro e macroprudencial

O quadro de Basileia III incorpora medidas com dimensões micro e macroprudenciais. A dimensão microprudencial centra-se no reforço da robustez das instituições individualmente consideradas, enquanto a dimensão macroprudencial visa reforçar a resiliência do setor bancário perante aos riscos de natureza sistémica.

Ao nível microprudencial, a adoção de Basileia III contribui para aumentar a robustez das instituições bancárias individualmente consideradas, através, nomeadamente, de critérios mais exigentes de qualidade e elegibilidade do capital, de uma maior cobertura dos riscos, da introdução de requisitos adicionais de capital e de padrões de liquidez mais exigentes, bem como do aprimoramento das práticas de gestão de risco e dos requisitos de divulgação de informação (*disclosure*). Estas medidas aumentam a capacidade dos bancos para absorver perdas e contribuem para reduzir a probabilidade de insolvência

Ao nível macroprudencial, Basileia III introduz instrumentos destinados a reforçar a resiliência do sistema bancário e a mitigar o risco sistémico. Entre estes destaca-se o colchão contracíclico de capital (*countercyclical capital buffer – CCyB*), que permite constituir capital adicional em períodos de acumulação de riscos sistémicos de natureza cíclica e libertá-lo quando esses riscos se materializam, contribuindo para limitar a amplificação do ciclo financeiro. O quadro prevê igualmente requisitos adicionais de capital para as instituições de importância sistémica, tendo em conta as externalidades que uma eventual situação de dificuldade nessas instituições poderá gerar para o sistema financeiro.

Basileia III contempla ainda o colchão de conservação de capital (*capital conservation buffer*), destinado a assegurar que as instituições disponham de uma margem de capital que possa ser utilizada para absorver perdas em períodos de tensão.

Apesar de Basileia III não ter ainda sido adotado, o quadro prudencial nacional já incorpora alguns elementos de natureza macroprudencial.

A introdução de requisitos quantitativos de liquidez assume igualmente relevância para a estabilidade financeira, ao reforçar a capacidade das instituições para responder a situações de tensão e reduzir vulnerabilidades associadas à estrutura de financiamento, contribuindo para limitar potenciais mecanismos de propagação e contágio no sistema financeiro.

Não obstante os desafios associados à implementação de Basileia III, a migração para um novo quadro prudencial em Cabo Verde deverá contribuir, numa perspetiva microprudencial, para reforçar a capacidade

das instituições bancárias para absorver perdas e responder aos riscos a que se encontram expostas e, numa perspetiva macropudencial, para aumentar a resiliência do sistema bancário perante a materialização de riscos sistémicos. Uma transição gradual e proporcional, adaptada às especificidades do sistema bancário cabo-verdiano e acompanhada de uma adequada avaliação dos respetivos impactos, será fundamental para que a implementação do novo quadro contribua para o reforço da estabilidade financeira.

Referencias bibliográficas

- Banco de Cabo Verde. (2006, 4 de janeiro). *Aviso n.º 4/2006: Classificação de Operações de Crédito e Provisões*
- Banco de Cabo Verde. (2007, 16 de novembro). *Aviso n.º 3/2007: Fundos Próprios Das Instituições De Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais*
- Banco de Cabo Verde. (2007, 19 de novembro). *Aviso n.º 4/2007: Rácio de solvabilidade*
- Banco de Cabo Verde. (2007, 25 de fevereiro). *Aviso n.º 7/2007: Limites à Concentração De Riscos De Crédito E Afins*
- Banco de Cabo Verde. (2011, 26 de outubro). *Aviso n.º 5/2011: Risco Cambial*
- Basel Committee on Banking Supervision. (2009). *Strengthening the resilience of the banking sector* (Consultative Document). Bank for International Settlements. bis.org
- Basel Committee on Banking Supervision. (2010). *Basel III: International framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring*. Bank for International Settlements. bis.org
- Basel Committee on Banking Supervision. (2016). *Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP) – Assessment of Basel III risk-based capital regulations – Indonesia*. Bank for International Settlements. bis.org
- Beck, T., Jones, E., and Knaack, P. (2019, 28 de janeiro). “*Basel III in Developing Countries - A Difficult Relationship*”, International Banker, disponível em <https://internationalbanker.com/banking/basel-iii-in-developing-countries-a-difficult-relationship/> (acessado em: 18 de maio, 2019).
- Beck, Thorsten, (2018b, maio) “*Basel III and Emerging Markets and Developing Economies: Challenges on Infrastructure and SME Lending*.” Center For Global Development (blog)
- Beck, Thorsten. (2018a, maio). “*Basel III & Emerging Markets: Effects on Capital Market Development and the Real Economy*.” Center For Global Development (blog)
- Gobat, J., Yanase, M., & Maloney, J. (2014). *The Net Stable Funding Ratio: Impact and issues for consideration*. IMF Working Papers, 14(106). imf.org
- Griffith-Jones, S., & Gottschalk, R. (Eds.). (2016). *Achieving Financial Stability and Growth in Africa*. London: Routledge Taylor & Francis Group
- Kumar, R., & Oliveira, P. C. (2026, fevereiro). Cabo Verde – *Strengthening liquidity risk management of banks* (Technical Assistance Report). International Monetary Fund
- Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de abril - *Lei de Bases do Sistema Financeiro*. Boletim Oficial n.º 28, I Série
- Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de abril - *Lei das Atividades e das Instituições Financeiras*. Boletim Oficial n.º 28, I Série
- Masters, B. (2012, 14 de junho). Basel III will ‘damage developing countries’. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/d18ac52a-b615-11e1-a511-00144feabdc0>

Moody's Analytics (2011, setembro), *Implementing Basel III: Challenges, Options & Opportunities*, [White paper]. moodysanalytics.com

Ozili, P. K. (2021). Basel III in Nigeria: Making it work. *CBN Bullion*, 45(1), 16–23. <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/108495/>

Ukwuoma, V., & Dutra, F. R. (2024, setembro). *Supporting the implementation of Basel Capital Framework – Cabo Verde* (Technical Assistance Report). International Monetary Fund

Artigo 2: Análise do rácio *cost to-income* na perspetiva de eficiência bancária

Rácio *cost-to-income*: conceito e *benchmark*

O rácio *cost-to-income* mede a relação entre os custos operacionais incorridos no desenvolvimento da atividade bancária e os proveitos operacionais gerados. Os custos operacionais compreendem, essencialmente, os custos com pessoal e os gastos gerais administrativos, podendo incluir, consoante a metodologia adotada, as amortizações do exercício. Os proveitos operacionais correspondem, em termos gerais, ao produto bancário, que integra a margem financeira, as comissões líquidas, os resultados de operações financeiras e outros resultados de exploração.

O indicador constitui uma das principais medidas de eficiência operacional do setor bancário, permitindo avaliar a proporção dos proveitos absorvida pelos custos de funcionamento e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo. É igualmente utilizado para comparar o desempenho entre instituições ou sistemas bancários, desde que consideradas as diferenças nas respetivas características estruturais e modelos de negócio.

Em termos gerais, um rácio *cost-to-income* mais baixo está associado a uma maior eficiência operacional, na medida em que uma menor proporção de proveitos gerados é absorvida pelos custos operacionais. A evolução do indicador deve, contudo, ser interpretada em função da dinâmica das suas duas componentes, uma vez que a sua redução pode resultar da contenção ou diminuição dos custos, do crescimento dos proveitos a um ritmo superior ao dos custos, ou de uma combinação de ambos.

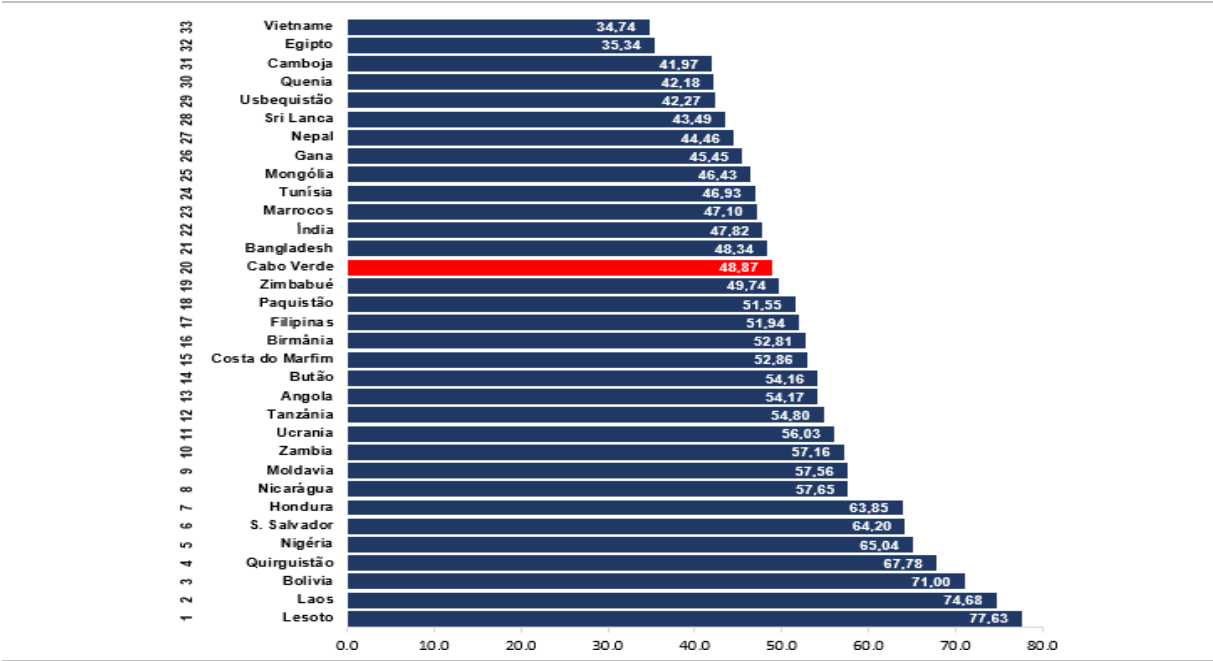
Não existe, por conseguinte, um nível de *cost-to-income* universalmente considerado ótimo. A interpretação do indicador depende, entre outros fatores, do modelo de negócio, da estrutura de financiamento, da dimensão e escala de atividade, do grau de digitalização e das características do mercado em que as instituições operam.

A evidência empírica mostra, em particular, que o modelo de negócio e a estrutura de financiamento estão associados a diferenças no desempenho e na eficiência das instituições bancárias. Em particular, Roengpitya et al. (2017) mostram que os bancos comerciais cuja atividade assenta em fontes de financiamento relativamente estáveis, predominantemente depósitos, e numa limitada atividade interbancária tendem a apresentar um melhor desempenho em termos de eficiência operacional. O sistema bancário cabo-verdiano apresenta algumas destas características. Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de financiamento das instituições, representando mais de 80 por cento do *funding*, enquanto a atividade no mercado monetário interbancário permanece limitada, concentrando-se num conjunto reduzido de operações.

Tratando-se predominantemente de bancos de retalho tradicionais, os níveis do rácio *cost-to-income* observados no sistema bancário nacional devem ser avaliados tendo em consideração as características específicas deste modelo de negócio. A título indicativo, rácios entre 50 e 60 por cento são frequentemente associados a níveis razoáveis de eficiência em modelos de banca de retalho tradicional, enquanto instituições com maior grau de digitalização podem apresentar rácios significativamente inferiores, refletindo, entre

outros fatores, estruturas operacionais distintas e uma menor dependência de redes físicas. Estes intervalos devem, contudo, ser entendidos como referências indicativas, e não como limiares normativos de eficiência.

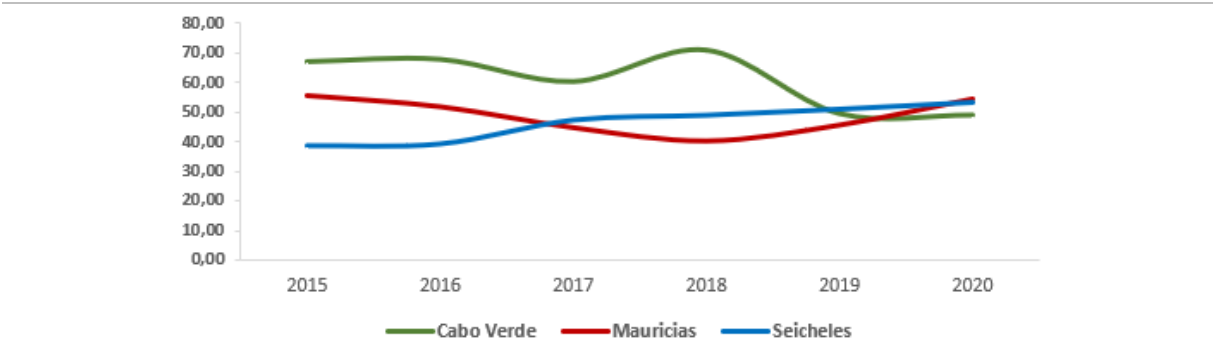
Figura 49. Rácio de eficiência bancária - países de rendimento médio baixo



Fonte: Adaptado de The global economy.com

A comparação com Maurícias e Seicheles, economias insulares consideradas *aspirational peers* de Cabo Verde, evidencia, apesar das oscilações observadas entre 2015 e 2020, uma tendência de aproximação do rácio *cost-to-income* do sistema bancário cabo-verdiano aos níveis registados nestas economias.

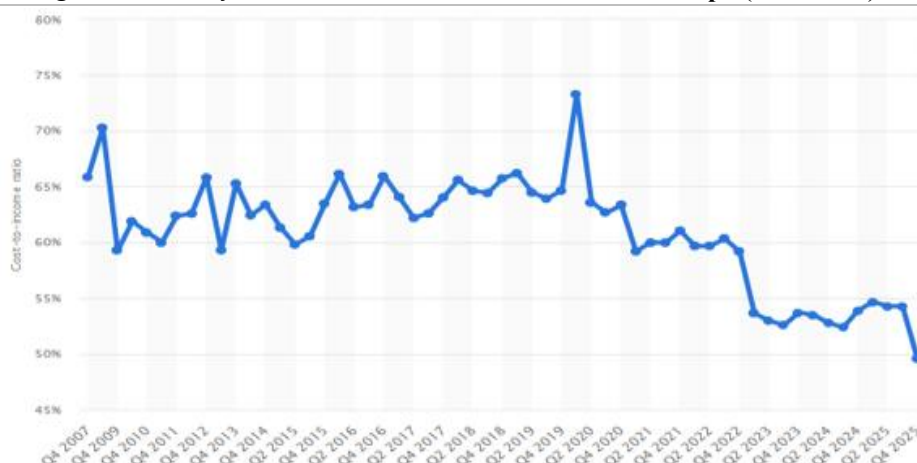
Figura 50. Rácio *cost-to-income*: Cabo Verde vs *aspirational peers*



Fonte: Banco de Cabo Verde e The global economy.com

A melhoria da eficiência operacional observada no sistema bancário cabo-verdiano insere-se num contexto internacional igualmente marcado pela redução do rácio *cost-to-income* em diversos sistemas bancários. Na União Europeia, por exemplo, após o aumento observado durante o período da pandemia, o indicador registou uma trajetória descendente a partir de 2021, traduzindo uma redução da proporção dos custos operacionais face aos proveitos.

Figura 51. Evolução do rácio de eficiência bancária na Europa (2007-2025)



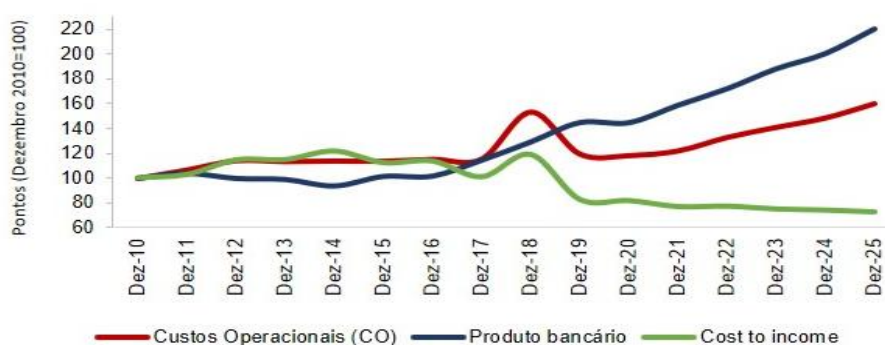
Fonte: Statista - <https://www.statista.com/statistics/995174/cost-to-income-ratios-for-banks-in-europe/>

Evolução do rácio – 2010 a 2025

Entre 2012 e 2025, o rácio *cost-to-income* do sistema bancário nacional situou-se, em média, em 63,4 por cento, apresentando, contudo, uma trajetória diferenciada ao longo do período. Num contexto ainda marcado pelos efeitos da crise financeira internacional de 2007-2008, entre 2010 e 2014, o indicador registou uma tendência de aumento, refletindo o crescimento dos custos operacionais num período de redução do produto bancário.

A partir de 2014, esta trajetória inverteu-se, observando-se uma tendência global de redução do indicador, à medida que a recuperação do produto bancário passou a superar o crescimento dos custos operacionais. Desde 2019, o rácio tem-se mantido consistentemente abaixo de 60 por cento, evidenciando uma melhoria sustentada da eficiência operacional do sistema bancário.

Figura 52. *Cost-to-income*: evolução do numerador e do denominador

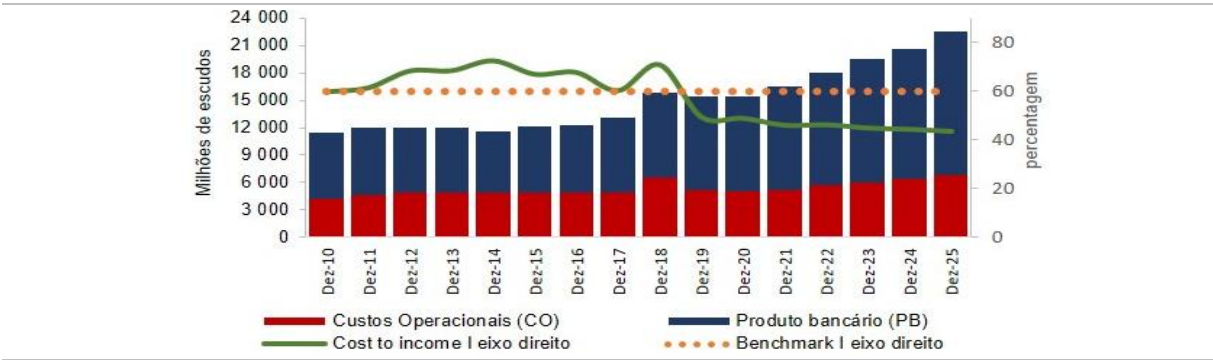


Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução das componentes do indicador permite identificar diferenças importantes na dinâmica dos custos e dos proveitos. No conjunto do período entre 2010 e 2025, o produto bancário cresceu, em média, 5,6 por cento ao ano, acima do crescimento médio de 3,5 por cento registado pelos custos operacionais. Esta

diferença tornou-se particularmente expressiva no período mais recente: entre 2020 e 2025, o produto bancário cresceu, em média, 8,8 por cento ao ano, enquanto os custos operacionais aumentaram 6,2 por cento.

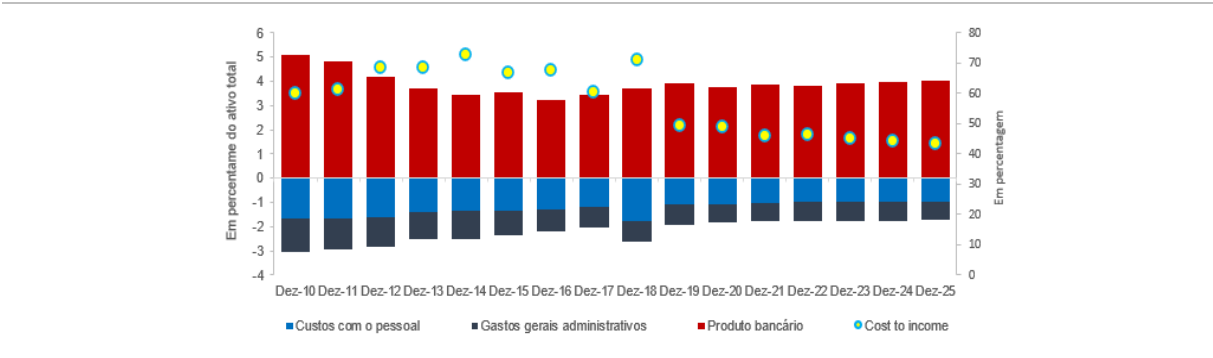
Figura 53. Rácio *cost-to-income*: evolução entre 2010 e 2025



Fonte: Banco de Cabo Verde

Os custos com pessoal e outros gastos administrativos constituem as principais componentes dos custos operacionais do sistema bancário, representando, em média, 1,3 por cento do ativo total no período analisado. O produto bancário, por sua vez, representou, em média, 3,9 por cento do ativo total, destacando-se a margem financeira como a sua principal componente, com um peso médio de 2,2 por cento do ativo.

Figura 54. Produto bancário, custos operacionais e *cost-to-income*



Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução dos custos operacionais não foi, contudo, linear. O aumento particularmente expressivo observado em 2018 refletiu um evento de natureza extraordinária associado ao crescimento dos custos com pessoal, decorrente, sobretudo, da reposição de uma contribuição para o fundo de pensões dos trabalhadores abrangidos pelo sistema privativo de segurança social de um dos maiores bancos do país.

Figura 55. Custos operacionais: evolução das componentes



Fonte: Banco de Cabo Verde

A trajetória descendente do rácio *cost-to-income* observada ao longo da última década parece, assim, refletir sobretudo uma dinâmica de crescimento do produto bancário superior à dos custos operacionais, mais do que uma redução destes últimos. Esta evolução tornou-se particularmente evidente a partir de 2020, período em que o crescimento dos proveitos operacionais se intensificou, apesar do aumento simultâneo dos custos.

Neste sentido, a redução do rácio *cost-to-income* traduz uma melhoria da eficiência operacional medida por este indicador, mas não permite, por si só, determinar em que medida essa evolução resulta de ganhos estruturais de eficiência ou de uma dinâmica particularmente favorável dos proveitos. A avaliação da sustentabilidade desta trajetória requer, por conseguinte, uma análise das componentes do produto bancário e dos custos operacionais e dos fatores subjacentes à respetiva evolução.

Tendência de evolução do rácio *cost-to-income*

A progressiva digitalização dos processos, a modernização dos sistemas e a adoção de novas tecnologias poderão contribuir, a médio e longo prazo, para ganhos de eficiência operacional no setor bancário, através da automatização de processos, da racionalização de estruturas e de uma utilização mais eficiente dos recursos.

O impacto destas transformações sobre o rácio *cost-to-income* não é, contudo, necessariamente imediato. Numa fase inicial, os investimentos em tecnologia, cibersegurança, modernização de sistemas e qualificação de recursos humanos poderão traduzir-se em custos adicionais, sendo os potenciais ganhos de eficiência materializados de forma gradual. A evolução futura do indicador dependerá, assim, da capacidade das instituições para converter estes investimentos em ganhos de produtividade e de eficiência, bem como da evolução dos proveitos operacionais.

***Cost-to-income* - implicações para a supervisão bancária**

Na perspetiva da supervisão bancária, o rácio *cost-to-income* constitui um indicador relevante para a avaliação da eficiência operacional e da sustentabilidade do modelo de negócio das instituições. Um rácio persistentemente elevado pode refletir uma estrutura de custos elevada e/ou uma reduzida capacidade de geração de proveitos, condicionando a rentabilidade e, consequentemente, a capacidade de geração interna de capital e de absorção de choques adversos. A evidência empírica sugere, com efeito, que sistemas

bancários caracterizados por elevados custos operacionais tendem a apresentar menor capacidade de geração de resultados e de reforço da respetiva base de capital (Silva e Divino, 2012).

Um rácio muito baixo deve, por seu turno, ser igualmente interpretado com cautela. Quando associado a estratégias excessivas de contenção de custos, designadamente em recursos humanos e capacidades de monitorização e controlo, poderá comprometer funções relevantes para uma adequada gestão dos riscos. A denominada hipótese da racionalização (*skimping hypothesis*) desenvolvida por Berger e DeYoung (1997), sugere que uma menor afetação de recursos à avaliação e monitorização do crédito pode traduzir-se, no curto prazo, numa maior eficiência de custos, mas contribuir posteriormente para a deterioração da qualidade da carteira e para o aumento do crédito em incumprimento. Evidência posterior aponta igualmente para a existência de uma relação entre eficiência de custos e qualidade dos ativos (Ghosh, 2015).

No caso do sistema bancário cabo-verdiano, a trajetória de redução do rácio *cost-to-income* tem sido acompanhada por uma melhoria da qualidade da carteira de crédito e por uma evolução globalmente positiva da rentabilidade. Esta evolução sugere que os ganhos de eficiência operacional têm coexistido com a melhoria da qualidade dos ativos, não se observando, ao nível agregado, uma deterioração concomitante dos indicadores de risco de crédito.

A análise do rácio *cost-to-income* deve, por conseguinte, ser integrada numa avaliação mais abrangente da instituição e do seu modelo de negócio, considerando, designadamente, a rentabilidade, a qualidade dos ativos, a sustentabilidade das fontes de rendimento, a estrutura e evolução dos custos e a adequação dos recursos afetos às funções de gestão e controlo dos riscos. A interpretação do indicador deve ainda considerar a sua evolução ao longo do tempo, o enquadramento macroeconómico e a comparação com instituições e sistemas bancários com características semelhantes.

Referencias bibliográficas

Berger, A. N., & DeYoung, R. (1997). Problem loans and cost efficiency in commercial banks. *Journal of Banking & Finance*, 21(6), 849–870.

Ghosh, A. (2015). Banking-industry specific and regional economic determinants of non-performing loans: Evidence from US states. *Journal of Financial Stability*, 20, 93–104.

Roengpitya, R., Tarashev, N., Tsatsaronis, K., & Villegas, A. (2017, dezembro). Bank business models: Popularity and performance. *BIS Working Papers*, No. 682. Bank for International Settlements. bis.org

Silva, M., & Divino, J. (2012). Financial stability and market structure: International evidence. *Revista Brasileira de Finanças*, 10(1), 7–29. fgv.br

Sítios da internet

TheGlobalEconomy.com. (2021). Rácio de eficiência bancária - Classificações de países. Global Economy. https://pt.theglobaleconomy.com/rankings/bank_cost_to_income/WB-low-mid/

Statista. (2026, maio). *Average cost-to-income ratio for banks in the European Union from 4th quarter 2007 to 4th quarter 2025* [Gráfico]. statista.com

Glossário

Ativos líquidos - recursos de elevada liquidez que podem ser mobilizados rapidamente para satisfazer obrigações.

Aviso/Instrução Técnica - normativos emitidos pelo Banco de Cabo Verde no âmbito da regulação e supervisão das instituições financeiras.

Ativos ponderados pelo risco – conhecido internacionalmente por *Risk Weighted Asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada ativo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece os requisitos estipulados no Aviso nº4/2007, de 28 de fevereiro de 2008.

Basileia III - conjunto de normas internacionais de regulação bancária, desenvolvidas pelo Comité de Basileia, que definem requisitos mínimos de capital, alavancagem e liquidez.

Capital de Nível I (Tier 1) - capital principal dos bancos (capital social, reservas, lucros retidos), considerado de maior qualidade para absorver perdas.

Capital de Nível II (Tier 2) - instrumentos suplementares de capital (dívida subordinada, provisões), usados para reforçar a solvabilidade.

Concentração de Depósitos - situação em que uma parte significativa dos depósitos bancários está concentrada em poucos clientes, aumentando o risco de liquidez.

DMC - disponibilidades mínimas de caixa.

Fire Sales - venda forçada e rápida de ativos em situação de *stress* de liquidez, geralmente a preços muito baixos, podendo amplificar crises.

Funding - fontes de financiamento dos bancos, sobretudo depósitos de clientes, mas também obrigações, empréstimos de outras instituições e recursos junto do banco central.

Fundos Próprios - constituem a medida de referência central no quadro da supervisão prudencial, servindo de base para a aplicação de múltiplos rácios regulamentares e para a avaliação da solidez financeira das instituições de crédito. A sua definição, estrutura e regras de cálculo encontram-se estabelecidas no Aviso nº 3/2007, de 19 de novembro de 2007.

Grande Risco (*Large Exposure*) - situação em que o conjunto de riscos assumidos por uma instituição perante um cliente ou grupos de clientes ligados entre si, represente 10 por cento ou mais dos fundos próprios dessa instituição, de acordo com o Aviso nº 9/99, de 31 de maio de 1999.

Índice Herfindahl-Hirschman (HHI / IHH) - indicador de concentração de mercado, usado para medir a concorrência. Valores mais elevados indicam maior concentração.

IAS/IFRS – siglas em inglês referentes às *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* e dizem respeito a um conjunto de normas internacionais de contabilidade e de relato financeiro emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Imparidades – origem no termo em inglês *impairment* e corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os ativos. Este montante deve ser deduzido ao valor do respetivo ativo com o objetivo da correção do seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

INE - Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

PIB – Produto Interno Bruto

Provisões – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as atividades das instituições financeiras. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

Rácio de solvabilidade – indicador prudencial que relaciona os Fundos Próprios com os Ativos Ponderados pelo Risco. Mede a robustez de uma instituição bancária para absorver perdas inesperadas e sustentar a sua atividade em cenários adversos, constituindo a principal métrica de adequação de capital no âmbito da supervisão prudencial. O método de cálculo encontra-se definido no Aviso n.º 4/2007, de 19 de novembro de 2007, que estabelece as regras de determinação dos ativos ponderados pelo risco e dos requisitos mínimos de fundos próprios.

Riscos – fatores associados a incertezas e que em caso da sua materialização apresentam impactos nas metas e nos resultados.

Reserva de Conservação de Capital - almofada adicional de capital exigido aos bancos, que deve ser constituída com capital de melhor qualidade (Tier 1), para reforçar a resiliência.

ROA – sigla em inglês do *Return on Assets* que corresponde à rentabilidade do ativo.

ROE – sigla em inglês do *Return on Equity* que corresponde à rentabilidade do capital próprio.

Stage 1 – ativo financeiro sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Stage 2 – ativo financeiro que sofreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas que não tem evidência objetiva de imparidade.

Stage 3 - ativos financeiros com evidências objetivas de imparidade à data de referência, indicando que o ativo está em imparidade de crédito (crédito em *default*).

SPE - Sector Público Empresarial.

Testes de stress – *Stress Test* em inglês, correspondem a exercícios realizados para testar a capacidade de os bancos absorverem perdas não esperadas advenientes de choques hipotéticos, como recessões económicas, crises pandémicas, entre outros.

Too Big To Fail - instituições de tal forma grandes ou interligadas que a sua falência poderia pôr em risco todo o sistema financeiro.

Vulnerabilidades – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

Write-off - processo de desreconhecimento do balanço de valores de créditos que estejam totalmente cobertos pelas imparidades e cuja expectativa de recuperabilidade é nula; no entanto, mantêm-se os direitos contratuais e legais de recebimento; tais créditos passam a estar registados em rubricas extrapatrimoniais (*off-balance sheet*).

Indicadores calculados pelo Banco de Cabo Verde⁴³:

Ponderador médio de risco – rácio entre o total de ativos ponderados do período e o ativo total

Rácio de alavancagem – quociente entre os fundos próprios de base (nível 1) e a exposição total (inclui o ativo total, derivados e posições extrapatrimoniais).

Custo do risco de crédito – rácio entre o fluxo de imparidades e provisões do período (líquido de reversões e recuperação – Demonstração de Resultados) e o crédito total médio do período.

⁴³ Trata-se de novos indicadores calculados pelo Banco de Cabo Verde, ainda não regulamentados.

Anexos

Anexo 1: Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
I. Sector Real								
Produto Interno Bruto	variação real em %	6,9	-20,8	7,0	15,8	4,8	7,0	6,3
Inflação Média dos Últimos 12 Meses	taxa variação em %	1,1	0,6	1,9	7,9	3,7	1,0	2,3
Taxa de Desemprego*	taxa variação em %	11,3	14,5	---	11,0	10,3	8,0	6,2
II. Sector Monetário Cambial								
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	24,8	-9,9	5,2	8,4	17,4	24,5	22,0
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	2,0	-12,4	2,7	5,1	9,4	7,5	44,6
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	-2,1	6,7	4,8	8,4	4,4	2,0	-1,5
Crédito à Economia	taxa variação em %	3,9	4,8	6,1	6,5	5,5	5,6	4,8
Massa Monetária	taxa variação em %	8,1	3,6	3,0	5,9	6,3	7,5	8,3
Índice de Câmbio Efetivo Nominal	2001=100; valores médios	101,0	101,2	101,2	100,5	100,8	100,7	100,9
Índice de Câmbio Efetivo Real	2001=100; valores médios	97,2	97,8	96,5	94,4	92,5	90,9	N.D. ¹
III. Sector Externo								
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-0,4	-14,2	-10,7	-2,6	-2,0	4,9	4,6
Balança Corrente	em % do PIB	-1,0	-15,5	-12,1	-3,5	-2,7	4,0	3,7
Reservas / Importações	meses	6,9	7,9	7,5	6,0	6,2	6,5	8,8
Posição do Investimento Internacional	em % do PIB	-133,6	-179,9	-174,4	-146,7	-136,7	-123,2	-108,4
IV. Finanças Públicas								
Saldo Global	em % do PIB	-1,6	-8,5	-7,5	-4,1	-0,3	-1,1	1,1
Saldo Primário	em % do PIB	0,6	-5,8	-5,3	-1,8	2,0	1,3	3,2
Dívida Pública do Governo Central (inclui TRMC)	em % do PIB	114,7	152,9	154,1	133,1	124,2	118,2	107,5
Indicadores de Solvência e de Liquidez**								
Valor presente da dívida externa em % do PIB (limite = 55%)	em % do PIB	55,8	70,3	57,2	53,5	52,7	47,3	47,3
Valor presente da dívida externa em % das exportações (limite = 240%)	em % das Exportações	119,9	335,9	197,4	123,9	123,9	110,9	110,9

* Dados de 2016 - 2021, Resolução da 13ª CIST de 1982; 2022, Resolução da 19ª CIST de 2013

** *Debt Sustainability Analysis, FMI*

N.D. Não disponível

¹ A aguardar a publicação do Harmonized Index of Consumer Prices (HICP) dos EUA atualmente suspenso.

Fonte: Banco de Cabo Verde

Notas: 1) Os dados estão sujeitos a atualização. 2) O Índice de Câmbio Efetivo Nominal (TEN) é a média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais da moeda doméstica relativamente à moeda dos países parceiros. Um aumento da TEN representa uma apreciação nominal do escudo de Cabo Verde. A Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculada deflacionando a TEN, utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros. 3) TRMC - Títulos de Rendimento e Mobilização de Capital.

Anexo 2: Indicadores de robustez financeira (FSI)

(Em percentagem; valores em final de período)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
SECTOR BANCÁRIO								
Adequação de capital								
Rácio de adequação global dos fundos próprios	16,2	17,7	19,4	21,4	22,2	23,8	23,9	25,2
Tier I / Ativos ponderados pelo risco	16,1	18,2	19,8	21,1	22,6	24,4	24,8	25,9
Qualidade de ativos								
Crédito em incumprimento / Crédito Total (Instr. Téc. nº 195 de 21/12/2018)	12,2	10,4	9,5	8,1	7,8	7,3	7,9	5,2
Crédito vencido / Crédito Total	12,9	10,8	9,6	7,2	7,2	8,2	5,5	5,3
Crédito em risco / Crédito total	14,3	15,5	15,2	14,1	16,5	23,9	23,7	18,5
Imparidade / Crédito vencido	71,0	77,0	86,4	95,5	88,4	72,3	91,6	89,6
Imparidade / Crédito em incumprimento (IT nº 195)	74,8	80,0	87,2	84,5	82,0	81,3	63,7	90,7
Rendibilidade								
ROE - rendibilidade dos capitais próprios (antes de impostos)	4,8	17,8	15,4	14,9	16,0	18,0	18,5	18,0
ROA - rendibilidade do ativo (antes de impostos)	0,3	1,3	1,3	1,4	1,5	1,8	2,0	2,0
MF - Margem financeira (% do ativo total)	3,0	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,2	3,3
Comissões líquidas (% do ativo total)	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4
Custos operacionais/produto bancário	69,6	49,4	48,9	46,0	46,2	44,8	44,3	43,5
Custos operacionais/ativo total líquido	2,6	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7
Liquidez								
Ativo líquido/ativo total	21,4	24,3	25,1	24,3	24,6	25,1	26,0	28,6
Ativo líquido /passivo de curto prazo	25,5	28,3	29,9	30,5	31,5	32,9	33,4	35,8
Rácio crédito/depósitos	55,2	52,9	54,7	56,9	57,4	57,5	56,4	51,7
SECTOR SEGURADOR								
Evolução dos Prémios Brutos Emitidos (%)	5,8	10,5	-6,2	9,9	17,2	15,1	4,9	11,7
Grau de penetração dos seguros na economia (% do PIB)	1,3	1,3	1,5	1,5	1,5	1,6	1,5	1,6
Return on Equity - ROE	16,4	16,4	14,3	16,8	19,9	18,0	20,6	15,8
Grau de cobertura das provisões técnicas por ativos	127,2	127,2	128,5	128,1	122,2	114,1	135,8	131,9
Margem de solvência	378,4	364,9	450,6	401,8	429,2	455,1	476,8	669,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

Anexo 3: Balanço e Demonstração de Resultados do Sistema Bancário

(em milhões de escudos)

BALANÇO AGREGADO	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (2025/2024)	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (2025/2024)
Caixa e Disponibilidades	35 158	34 111	50 200	57 965	15,5%	Juros e proveitos equiparados	12 628	13 595	14 934	16 270	8,9%
Aplicações em instituições financeiras	65 562	74 691	68 263	80 404	17,8%	Juros e custos equiparados	2 788	2 883	3 279	3 490	6,4%
Crédito normal	133 688	137 847	149 258	153 403	2,8%	MARGEM FINANCEIRA	9 840	10 712	11 655	12 780	9,7%
Titulos	70 419	73 724	74 704	82 941	11,0%	Rendimentos de instrumentos de capital	54	150	201	200	-0,3%
Crédito vencido	10 428	12 274	8 685	8 532	-1,8%	Comissões Líquidas	1 185	1 176	1 336	1 733	29,7%
Imparidade Acumulada de crédito (exclui titulados)	-9 222	-8 869	-7 957	-7 649	-3,9%	Resultados de at. e passivos ao JV através de resultado	6	17	11	26	141,6%
Derivados	1	0	0	2	-	Resultados de ativos financeiros ao JV através outro Rei	-2	23	28	14	-50,7%
Propriedades de investimentos	882	864	759	608	-19,9%	Resultados de ativos financeiros ao custo amortizado	0	0	0	0	-
Ativos não correntes detidos para venda	175	168	56	308	452,8%	Resultados de reavaliação cambial	533	611	494	396	-20,0%
Ativos por impostos correntes e diferidos	825	768	916	1 039	13,3%	Resultados de alienação de outros ativos	227	-4	26	24	-8,0%
Imobilizações não financ. (líq.amort.)	6 772	7 319	7 498	7 651	2,0%	Outros resultados de exploração	459	760	567	558	-1,7%
Outros ativos	7 417	8 537	8 178	6 863	-16,1%	MARGEM COMPLEMENTAR	2 461	2 733	2 663	2 950	10,8%
TOTAL DO ATIVO	322 104	341 435	360 561	392 068	8,7%	PRODUTO BANCÁRIO	12 301	13 445	14 318	15 730	9,9%
Recursos de Bancos Centrais	14 335	13 123	9 035	2 720	-69,9%	Custo com pessoal	3 160	3 342	3 569	3 794	6,3%
Recursos de outras Instituições financeiras	16 993	17 085	19 744	21 785	10,3%	Gastos Gerais Administrativos	2 523	2 686	2 778	3 044	9,6%
Depósitos	251 179	260 889	280 187	313 191	11,8%	CASH FLOW DE EXPLORAÇÃO	6 618	7 417	7 970	8 893	11,6%
Obrigações subordinadas	1 079	1 086	1 042	1 561	49,8%	Amortização do exercício	622	671	750	809	7,8%
Derivados	0	0	0	0	0,0%	Provisões líquidas de reposições e anulações	-11	106	12	19	60,0%
Pass. não c/c DPV e oper. descontinuadas	0	0	0	0	-	Imparidade crédito Líq. Revers./recuperações	787	452	135	113	-16,5%
Provisões diversas	418	485	486	473	-2,7%	Imparidade de outros at. líq. revers./recuperações	295	61	11	278	2440,4%
Passivos por impostos correntes e diferidos	615	822	811	805	-0,8%	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	4 925	6 126	7 062	7 674	8,7%
Outros passivos	6 774	13 926	11 132	9 000	-19,2%	Impostos correntes	525	841	952	1 116	17,2%
Capital e reservas	24 934	26 168	29 627	32 964	11,3%	Impostos diferidos	-45	-11	-54	-58	8,4%
Resultados transitados	1 330	1 928	2 333	2 953	26,6%	RESULTADO APÓS IMPOSTOS	4 445	5 297	6 164	6 616	7,3%
Resultado do exercício	4 445	5 297	6 164	6 616	7,3%						
Outro rendimento integral acumulado		626		-							
TOTAL DO PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS	322 104	341 435	360 561	392 068	8,7%						

Fonte: Banco de Cabo Verde

Anexo 4: Balanço e Demonstração de Resultados do Sector Segurador													
(em milhões de escudos)													
BALANÇO AGREGADO	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (2025/2024)	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	Var. (2025/2024)
Ativo	8 886	10 073	11 395	12 863	14 613	13,6%	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 910	2 086	2 570	2 742	3 087	12,6%
Caixa e equiparados a depósito a ordem	400	415	404	554	682	37,0%	Custos com sinistros, líquidos de resseguros	-874	-993	-1 067	-1 196	-1 225	2,4%
Investimentos totais	6 795	7 727	8 787	10 337	11 480	17,6%	Outras provisões Técnicas , líquidas resseguro	1	-1	1	0	0	0
Provisões técnicas de resseguro cedido	828	910	968	922	1 295	-4,8%	Provisão matemática líquido-Ramo Vida (var.)	-149	-154	-340	-205	-283	37,8%
Outros devedores por oper. de seguro direto	592	749	918	633	571	-31,0%	Participação nos resultados líquidos de Resseguro	-1	-2	-3	1	-1	-234,1%
Outros Ativos	271	272	318	418	584	31,5%	Custos e gastos de exploração líquidas	-689	-763	-814	-906	-1 059	16,9%
			0				Comissão e participação nos resultados de resseguro	222	256	282	272	263	-3,3%
Passivo	4 428	4 842	5 349	5 637	6 352	12,7%	Rendimentos	108	138	177	308	340	10,4%
Provisões técnicas de seguro direto	3 290	3 711	4 231	4 552	5 271	15,8%	Gastos Financeiros	-25	-24	-33	-26	-30	17,3%
Outros credores por operações de seguro direto	490	649	619	558	595	6,8%	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	0	4	30	11	14	31,1%
Outros passivos	648	481	499	527	485	-7,9%	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-9	20	-13	144	15	-89,7%
Capitais Próprios	4 457	5 231	6 046	7 227	8 262	14,3%	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0	0	0	0	0	0,0%
Capital	800	800	800	800	800	0,0%	Perdas de Imparidade (líquidas reversão)	5	-9	15	14	7	-50,8%
Reservas	2 347	2 838	3 597	4 365	5 491	25,8%	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	0	0	0	1	0	-81,1%
Resultados transitados	560	555	561	572	666	16,5%	Outras provisões (var.)	6	-9	-44	-56	-11	-81,3%
Resultado líquido do exercício	750	1 039	1 088	1 490	1 305	-12,4%	Outros Rendimentos/gastos	-29	177	-14	-7	-1	-79,8%
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL	8 886	10 073	11 395	12 863	14 613	13,6%	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0	0	0	0	0	0,0%
							Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	387	442	495	536	446	-16,8%
								0	0	0	0	0	0,0%
							RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO	863	1 168	1 242	1 632	1 562	-4,3%
							Imposto corrente	-115	-130	-156	-168	-203	21,1%
							Imposto diferidos	2	0	1	25	-54	-312,5%
							RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTO	750	1 039	1 088	1 490	1 305	-12,4%
							Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0,0%
							RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	750	1 039	1 088	1 490	1 305	-12,4%

Fonte: Banco de Cabo Verde



Banco de Cabo Verde

Avenida OUA, nº 02
Cód.P. nº 7954 – 094 | Cx. P. 101
Praia - Cabo Verde
Tel.: +238 2607000 / Fax: +238 2607197

<http://www.bcv.cv>